



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS**

PATRÍCIA FERREIRA PAIVA DE SOUSA

**REPRESENTAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DE AGENTES POLÍTICOS DE
ARAGUAÍNA – TO - À LUZ DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Araguaína
2022

PATRÍCIA FERREIRA PAIVA DE SOUSA

**REPRESENTAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DE AGENTES POLÍTICOS DE
ARAGUAÍNA – TO - À LUZ DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação de conclusão de curso apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT. Linha de pesquisa a) Desenvolvimento e Tecnologias Sociais.

Orientador: Professor Dr. Adimilson Renato da Silva.

Araguaína

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F383r Ferreira Paiva de Sousa, Patrícia.

REPRESENTAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DE AGENTES
POLÍTICOS DE ARAGUAÍNA-TO - À LUZ DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL. / Patrícia Ferreira Paiva de Sousa. – Araguaína, TO,
2022.

151 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas
Regionais, 2022.

Orientador: Adimilson Renato da Silva

1. Planejamento urbano e regional. 2. Cidade média. 3. Amazônia
legal. 4. Projeto de Lei. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

PATRÍCIA FERREIRA PAIVA DE SOUSA

**REPRESENTAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DE AGENTES POLÍTICOS DE
ARAGUAÍNA – TO - À LUZ DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - Campus Universitário de Araguaína, Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, tendo como subárea Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 22/02/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adimilson Renato da Silva (Orientador PPGDIRE/UFNT)

Prof. Dr. João de Deus Leite (Membro Interno – UFNT/PPGDire)

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa (Membro Externo – UNIMONTES)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que puderam contribuir, compartilhar e colaborar com o processo! Dedico essa conquista e título à minha mãe, Valdina Ferreira de Paiva, que sempre foi meu tudo!

RESUMO

A presente pesquisa tem como escopo a busca da compreensão e da análise das representações de sustentabilidade dos agentes políticos da Câmara Municipal de Araguaína – TO (sua produção por meio de projetos de leis e leis). Em termos de gestão pública municipal, faz-se um panorama acerca da situação atual e registros\documentos oficiais da cidade. Região situada na Amazônia Legal, onde Araguaína ocupa a posição de capital econômica do estado do Tocantins e demonstra notável desenvolvimento. Na introdução são trazidos discursos e interações de sustentabilidade, que levam o leitor ao olhar para a legislação brasileira e todas as medidas e elementos que guiam o país para a sustentabilidade. Há a abordagem de cidades sustentáveis, e como o município se insere nessa discussão, além dos desafios municipais diante da necessidade do desenvolvimento sustentável e relações políticas. Ao final, os conceitos e apresentações das formações dos discursos, fecham esse primeiro capítulo. A metodologia foi direcionada à caracterização do universo de pesquisa e seus materiais, onde o corpus foi obtido e o método de análise desenvolvido. Os resultados com dados já analisados. Em grande maioria das interações obtidas pelos trechos de palavras-chaves havia uma interação com necessidades da sociedade; necessidades financeiras para que fosse possível alguma implementação no presente e com ganhos futuros; o zoneamento e/ou a organização local trazia inferência ao ambiental, porém sem dar tanta visibilidade. Dessa forma, para as tomadas de decisões, o desenvolvimento sustentável de acordo com os registros oficiais se dá por meio de melhorias sociais e econômicas, sem um olhar efetivo para o ambiente e o espaço geográfico de forma geral. Tal posicionamento pode demonstrar fragilidade por parte dos atores. Vale chamar a atenção ao discurso que inibe movimentos sinérgicos dentro das conjunturas internas e externas. Aliado às discussões filosóficas, e o que não é segredo; Araguaína - TO é uma cidade influente desde sua concepção, e os municípios acerca dessa cidade a tem como referência.

Palavras chaves: Cidade média, Amazônia Legal, Projetos de Lei.

ABSTRACT

This research aims to understand and analyze the representations of sustainability by the political agents of the City Council of Araguaína – TO (their production through legislative bills and laws). In terms of municipal public management, a panorama is presented regarding the current situation and official records/documents of the city. Located in the Legal Amazon, Araguaína holds the position of the economic capital of the state of Tocantins and demonstrates remarkable development. The introduction brings forth discourses and interactions on sustainability, guiding the reader to consider Brazilian legislation and all the measures and elements that steer the country towards sustainability. The concept of sustainable cities is addressed, as well as how the municipality fits into this discussion, along with the municipal challenges related to the need for sustainable development and political relations. In conclusion, the concepts and presentations of discourse formation close this first chapter. The methodology was directed towards characterizing the research universe and its materials, where the corpus was obtained and the analysis method developed. The results, with data already analyzed, show that most interactions from key-word excerpts involved society's needs; financial needs for the implementation of measures in the present, with future benefits; zoning and/or local organization referred to environmental aspects but did not provide significant visibility. Therefore, according to official records, for decision-making purposes, sustainable development is achieved through social and economic improvements, without a true focus on the environment or the geographic space in a broader sense. Such a stance may indicate fragility on the part of the actors. It is worth highlighting the discourse that inhibits synergistic movements within internal and external contexts. Coupled with philosophical discussions, and as is no secret, Araguaína – TO has been an influential city since its inception, and the municipalities surrounding it regard it as a reference.

Keywords: Medium-sized city, Legal Amazon, Legislative bills.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dados obtidos na plataforma ScienceDirect	27
Figura 2: Dados obtidos na plataforma SciELO	28
Figura 3: Dados obtidos no Google Acadêmico	30
Figura 4: 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS	35
Figura 5: 100 cidades com maior e menor IDSC – BR em 2022	42
Figura 6: Gráfico do IDSC-BR para 2022	43
Figura 7: Adaptação da relação IDSC-BR com as cidades médias de Araguaína – TO, Imperatriz – MA e Marabá - TO	45
Figura 8: Mapa da localização geográfica de Araguaína – TO, Imperatriz – MA e Marabá - TO	47
Figura 9: Autógrafo de Lei da Câmara Municipal de Araguaína	66
Figura 10: Atas manuscritas da Câmara Municipal de Araguaína - TO	67
Figura 11: Esquema de relação dos dados	74
Figura 12: Tripé da Sustentabilidade adaptado	75
Figura 13: Nuvem de palavras geradas na primeira análise	76
Figura 14: Gráfico de hierarquia das palavras chaves localizadas	77
Figura 15: Gráfico de hierarquia das palavras-chaves codificadas de acordo com maior frequência e ainda relação com sustentabilidade	78
Figura 16: Árvore de palavras relacionadas à tecnologia	79
Figura 17: Árvore de palavras relacionadas à sustentabilidade	79
Figura 18: Trechos da relação de ambiental com fomento	80
Figura 19: Nuvem de palavras dos projetos de lei, das leis em posição comparativa	83
Figura 20: Nuvem de palavras-código para o recorte de análise e compreensão dos resultados	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Análise comparativa dos termos multi, inter e transdisciplinaridade aplicados ao planejamento urbano e regional	20
Quadro 2: Quadro dos usos do Software NVivo	59
Quadro 3: Lista de Leis do Legislativo do Município de Araguaína/TO	69
Quadro 4: Lista de ementa das leis não localizadas no site institucional da Câmara Municipal de Araguaína – TO	73
Quadro 5: Recorte de consulta de frequência de palavras produzidas no NVivo com o <i>corpus</i>	82

ABREVIATURA E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
AD	Análise de Discurso
CITinova	Planejamento Integrado e Tecnologias para Cidades Sustentáveis
CTI	Cooperação Técnica Internacional
FD	Formação Discursiva
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
ISAP	Sustentáveis para a Administração Pública
LC	Lei Complementar
LO	Lei Ordinária
MA	Maranhão
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NCAS	Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PCS	Programa Cidades Sustentáveis
PGLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PLS	Plano de Logística Sustentável
PNAE	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNUMA	Nações Unidas para o Meio Ambiente
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
TO	Tocantins
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CONTRIBUIÇÕES PARA AS REPRESENTAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	19
1.1 AVANÇO E INTERAÇÕES DE DISCURSOS E SUSTENTABILIDADE	25
1.2 O OLHAR PARA A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AMPARO PARA MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE	33
1.3 CIDADES SUSTENTÁVEIS	38
1.4 DESAFIOS MUNICIPAIS DIANTE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RELAÇÕES POLÍTICAS	48
1.5 ENTRE AS FORMAÇÕES DOS DISCURSOS E AS ANÁLISES	54
2 METODOLOGIA	57
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA	61
2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MATERIAIS DE PESQUISA	63
<i>I - Processos da pesquisa (o corpus)</i>	<i>64</i>
<i>II – Método de análise dos dados</i>	<i>68</i>
3 DAS ANÁLISES E RESULTADOS	69
a) Dados iniciais	69
b) Análises de dados no NVIVO	76
c) Dados gerais e resultados	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como escopo a busca da compreensão e da análise das representações de sustentabilidade dos agentes políticos da Câmara Municipal de Araguaína – TO. Essas representações são percebidas no que diz respeito às exemplificações e interpretações atribuídas ao sujeito que as recebe. Para Videira (2006), uma representação partia da razão humana, como fonte da origem das representações. Para tanto, é realizado, nesta dissertação, um panorama da situação atual de onde a temática está inserida, em termos de gestão pública municipal.

No âmbito dessa abordagem, a filiação teórica é construída a partir de uma interlocução entre teorias da geografia urbana (SANTOS), tomando como base as seguintes temáticas: “cidades sustentáveis”, “desenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável” (SACHS), com alguns fundamentos da Análise de Discurso brasileira. O amparo teórico também teve sua origem na sociologia com políticas públicas sustentáveis, junto a referenciais teóricos organizados, a fim contribuir com a discussão da temática na atualidade.

Pelo fato de serem abordados tais assuntos na realidade da Câmara Municipal de Araguaína – TO, faz-se necessário delimitar um recorte posterior que se refere à construção de um *corpus* de documentos oficiais, sendo estes: projetos de leis, leis e atas existentes no cenário da cidade. Material que, neste trabalho, é apresentado como registro e forma de observação de como as tomadas de decisões têm sido direcionadas em uma cidade média na Amazônia Legal Brasileira. Trata-se, também, de uma breve exposição, por meio científico, de como têm sido as construções internas dessa organização e posicionamento, indicadas por meio da utilização de documentos desta, na colocação de objeto de pesquisa.

Nos últimos anos, desde Ribeiro (2002) até os dias atuais, o estudo do planejamento urbano e regional tem ganhado relevância. A partir das reflexões de Ribeiro (2002) e de Lacerda (2013), que tratam a área como um campo e falam sobre saberes, métodos e estudos em constante transformação, assume-se nesta dissertação um primeiro recorte acerca da temática abordada, na qual em se tratando de um campo, questões políticas, sociais, econômicas, espaciais, ambientais e culturais possuem uma interação previamente abordada na academia.

É legítima a compreensão de que existe uma interação entre disciplinas e áreas do conhecimento. Tal sinergia facilita e proporciona uma visão ampliada desse campo do conhecimento, e demonstra crescente potencial de enriquecimento do rigor científico em discussões atuais. Muitos autores que versam sobre esse campo, como Ribeiro (2002), Oliveira (2009) e Lacerda (2013), transparecem em seus registros que o trabalho e os estudos que envolvem e/ou são envolvidos pela área, atuam em conformidade com a multi e a interdisciplinaridade, além de proporcionar projetos e planos bem-sucedidos, eficientes e eficazes na realidade socioeconômica local. O que também pode atingir a esfera socioambiental, ao inserir os conceitos de sustentabilidade, abordados por Ignacy Sachs (2002), nesse ponto, e principalmente se amparar no tripé da sustentabilidade e sinergia do social, econômico e ambiental¹.

Partindo desse campo de conhecimento, e contando com o grande envolvimento de atores, de disciplinas e de estudos, é ressaltada a multi e a interdisciplinaridade no contexto introdutório do presente trabalho, alinhando-se ao entendimento de o que Lacerda (2013) aborda para o campo do planejamento urbano e regional e suas interações, bem como o que Domingues (2012) conceitua para a multi e interdisciplinaridade. Em Domingues (2012), a multidisciplinaridade é descrita como uma justaposição, uma aproximação das disciplinas e um compartilhamento de informações. Ainda segundo o autor, a interdisciplinaridade é abordada como a cooperação de disciplinas e de áreas do conhecimento de forma integrada (DOMINGUES, 2012).

Em Lacerda (2013), nos anseios do campo do planejamento urbano e regional, a multidisciplinaridade não impediu uma postura interdisciplinar de seus pesquisadores. Esses atores, por meio de estudos e de pesquisas, validaram a importância de tal interação na construção de documentos e de planos para o desenvolvimento urbano e regional. Para os anseios do campo, Ribeiro (2002) enfatiza a importância da presença ativa e vastas de interações de seus atores com suas áreas do conhecimento, para um maior espaço e reconhecimento acadêmico e profissional.

Logo, com esse direcionamento, associa-se, no âmbito desta dissertação, as noções de sustentabilidade dos agentes políticos do órgão em estudo que, por meio

¹Entendimento com base na obra de Sachs, com a seguinte referência: SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. (org) Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002

de uma análise de discurso brasileira, expressa seu potencial no cenário do planejamento urbano e regional. Por meio desse campo teórico, busca-se expor as diversas facetas do uso das palavras em um ambiente no qual são criadas leis, que direcionam o desenvolvimento e a tomada de decisões em uma cidade média da Amazônia Legal; no caso, trata-se de Araguaína/Tocantins, como já destacado. Tal compreensão é aqui assumida como um meio para a transformação das discussões sobre desenvolvimento sustentável, em cidades com grande potencial de dispersão de práticas regionais que podem atingir, de forma transversal, a realidade de regiões influentes. Sendo uma análise que pode ser vista como um produto que beneficia microesferas, por sua vez, persuadem macroesferas e se apresentam como um ciclo de benefícios mútuos².

Para além desse recorte, a pesquisa concentrou-se em expor algumas das representações inerentes aos discursos oriundos da Câmara Municipal de Araguaína - TO, e suas concatenações diante do desenvolvimento regional, com um olhar mais cuidadoso para os desenhos de sustentabilidade de seus discursos, o que será mais bem abordado na fundamentação teórica do presente texto.

Após a Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), em 2015, chefes de Estado, chefes de Governo e altos representantes reuniram-se na sede das Nações Unidas e se comprometeram a trabalhar incansavelmente para a plena implementação da então criada Agenda 2030 (UNIC Rio, 2015). Nesse encontro, registrado pela carta “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (2015), foi firmado o compromisso de dar continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, buscando atingir suas metas inacabadas e firmar os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (UNIC Rio, 2015).

Para o Brasil, e seguindo um conjunto de legislações e de acontecimentos anteriores e posteriores a esse evento, com a abrangência que a temática promove, faz-se relevante a abordagem da análise de discurso dos sujeitos influentes em tal questão. Propõe-se, nesse ponto, a indagação acerca de como esses discursos têm

²Afirmção baseada na associação das referências bibliográficas acerca do campo do Planejamento Urbano e Regional com os textos de Ribeiro (2002), Oliveira (2009) e Lacerda (2013), e percepção empírica. Estando aqui, tal oração, colocado enquanto um axioma, que por meio da pesquisa pode ou não ser constatada.

cumprido com essa responsabilidade³ diante de um compromisso de Estado que, grande parte das vezes, tem peso atemporal⁴? Discussão que entra como um subsídio à forma que se tem compreendido e atuado em prol de um desenvolvimento regional, sendo um desenvolvimento mais sustentável.

Estes axiomas e desenvoltura de afirmações introdutórias põem o leitor na posição de participante na presente incursão, sendo este quem pode ou não trazer transformações em meio à realidade atual e constatações aqui apresentadas (ORLANDI, 2005; LATOUR, 2012). Afirmações que, inicialmente, são aqui levantadas de forma hipotética, *a priori*, e por meio de leituras até então empreendidas. Para o contexto regional, os resultados das análises visam à validação dessas inferências, para que o leitor (participante) possa construir recursos de atuação em realidade local. O que tende a beneficiar o contexto regional⁵.

Para fins de análise, a presente pesquisa é de natureza qualitativa, inscrevendo-se na modalidade exploratória (GIL, 1999), (SILVA; MENEZES, 2001), (SILVA, 2004), (MARCONI; LAKATOS, 2001; 2003), moldando-se no que Santaella (2006) aborda, na justaposição e na formulação das informações a serem analisadas. Com o principal direcionamento sendo uma Análise de Discurso brasileira (ORLANDI, 2005), em que os esforços foram modulados com o objetivo de expor o que está presente no discurso dos agentes políticos da Câmara Municipal de Araguaína – TO.

Para tanto, as incursões não excluem a possibilidade de representações acerca das características contidas em pesquisas explicativas (GIL, 1999), (SILVA; MENEZES, 2001), (SILVA, 2004), (MARCONI; LAKATOS, 2001; 2003), visto que a discussão tem o propósito de expor meios de se compreender a temática abordada, bem como munir leitores e pesquisadores com a integração de conceitos para se fazer pesquisa no Brasil atual.

³ Aqui, o termo “responsabilidade” é inserido na condição que os agentes e funcionários públicos assumem ao ocupar tal posição na sociedade. Na qual, o cumprimento de suas ações ao representar o estado e sociedade civil, vão além das demandas locais as quais atuam.

⁴ O termo “atemporal” entra como expressão de algo além do tempo. Na percepção de que independente dos compromissos de estado terem sido formados antes ou depois de dar posse em um cargo público, é um fato que permeia toda a conjuntura onde este ator está ou será inserido.

⁵ A pesquisa é fator primordial para a validação do que tem sido observado de forma empírica. A qual sendo validada e após alguns anos, uma nova incursão com mesma metodologia pode ser realizada e utilizada como registro científico de possíveis fenômenos regionais para essa região. No ponto que para contextos relacionados, alguns movimentos do social estão latentes (LATOUR, 2012) e ainda não registrados na forma oficial (leis e normativos legais).

Para tal relação, observou-se que existem municípios protagonistas, que utilizam mecanismos voltados ao desenvolvimento sustentável com a adoção de diversas ferramentas. Como no caso do município de Birigui – SP, que desde 2016 participa do programa Cidades do Pacto Global da ONU (SARAVALLI, 2020). No caso desse município, o prefeito na época emitiu o ofício nº363/2016, que originou textos normativos, como é o caso do Decreto nº 5.678/2016, o qual colocou a cidade diante de 10 princípios do Pacto Global na rede de Cooperação Técnica Internacional – CTI. O que, mesmo com mudanças políticas, não impediu que o prefeito subsequente desse continuidade, por meio do Decreto nº 5.768/2017, com disposições para a implementação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Esse município teve, em 2019, uma Comissão Executiva Municipal criada para a implementação dos 17 ODS, com o Decreto nº 6.472/2019, no qual faz parte do programa Cidades Sustentáveis e ainda desde 2020 tem verificado os benefícios da rede de CTI como meio colaborativo para a implementação dos ODS em âmbito local, com vistas para as necessidades e a realidade da região (SARAVALLI, 2020). Além desse, vale citar o ocorrido em outra região do país, a exemplo do município de Esteio – RS, que na esfera/campo do desenvolvimento sustentável tem se adaptado ao uso de uma ferramenta chamada Plano de Logística Sustentável - PLS como base em um melhor planejamento para sua prefeitura. Ou também o município de Cachoeira do Sul – RS que aborda o bem-estar social⁶ junto à realocação de gastos oriundos também de iniciativas como o PLS visando a democratizar e a auxiliar o funcionamento da máquina pública (HELBERT, 2019).

Vale lembrar que, nessa parte do texto, foi elaborado um breve sobrevoo acerca da temática, e que os assuntos serão mais bem desenvolvidos no referencial teórico. No que diz respeito aos aspectos sobre planejamento e políticas públicas sustentáveis, além da sustentabilidade em si, do desenvolvimento sustentável e dos citados até o momento, são abordados os trabalhos de Silva e Rauli (2009), de Demeterco Neto, Santos e Nagem (2006), de Lourenço (2005), de Oliveira (2006), entre outros, para o enriquecimento da discussão.

⁶Bem-estar social aqui é entendido como o resultado de uma sociedade/comunidade em equilíbrio com o seguimento de direitos e deveres estabelecidos constitucionalmente, onde os cidadãos têm direitos fundamentais assegurados e respaldados pela Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). Exemplos práticos seriam: direito à saúde, à educação, ao lazer, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao trabalho seguro, à segurança, entre outros.

Junto a essa abordagem e recorte, surge uma “Agenda Ambiental”⁷ previamente posta pela Constituição de 1988 que, com a atuação de agentes públicos, foi moldando as preocupações e apurando ainda mais os olhares para todas as discussões do referencial teórico, o qual está subdividido em três capítulos. São estes: o Capítulo 1, com as contribuições para as representações de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, subdividido em quatro itens; Capítulo 2, com a metodologia, subdividido em duas seções; e o Capítulo 3, com das análises e resultados.

No primeiro capítulo, as seções são: 1.1 Avanço e interações de discursos e sustentabilidade; 1.2 O olhar para a legislação brasileira e amparo para medidas de sustentabilidade; 1.3 Cidades sustentáveis; e 1.4 Desafios municipais diante do desenvolvimento sustentável e relações políticas. Para o segundo capítulo, as seções se estabelecem com: 2.1 Caracterização do universo de pesquisa; e 2.2 Caracterização dos materiais de pesquisa. Sendo nesse último possível encontrar as seções: I - Processos da pesquisa (o *corpus*); e II – Método de análise dos dados. A subdivisão do último capítulo é realizada com a exposição dos dados iniciais, seguido das análises de dados no NVIVO, e finaliza com os dados gerais e resultados.

Para a presente dissertação, a discussão é firmada em problematizar iniciativas ainda não obrigatórias aos municípios brasileiros, como o exemplo do PLS no âmbito do legislativo (projeto de lei em tramitação para mudar essa realidade⁸), bem como expor, principalmente, o que tem sido abordado em Araguaína – TO como compreensão de meios para o desenvolvimento sustentável. Para a atualidade, há muitas formas de desenvolver cidades, municípios e regiões de forma sustentável, trazendo benefícios à sociedade como um todo, além de estar em conformidade com o compromisso de Estado, estabelecido pela Agenda 2030, para além da consciência da administração pública em termos de gestão, logística, organização, planejamento, cuidado social, econômico e ambiental entre outros.

A contribuição tão citada ao longo da presente introdução demonstra a viabilidade da compreensão de medidas de sustentabilidade junto aos agentes políticos e seu interesse no melhoramento regional, trato com uma possível melhora

⁷Sentido figurado. Baseia-se nos artigos da Constituição de 1988 que prezam pelo meio ambiente e bem-estar social.

⁸Projeto de Lei nº10.453/2018, de origem do Senado Federal (PLS nº 717/2015).

na alocação de gastos, recebimento de recursos destinados ao desenvolvimento sustentável, além do bem-estar da população e da comunidade inserida na região. Há de se ver um anseio para esta cidade média que possui potencial em tornar exemplo para outras localidades do estado em que se encontra e do Brasil⁹.

No contexto nacional e regional, é notório o aumento de demandas urbanas e populares pelos serviços públicos. Junto a isso, a situação de seus recursos e a progressiva preocupação nacional com sua efetividade tem trazido discussões cada vez maiores e com um forte viés ao desenvolvimento sustentável e preocupações socioambientais¹⁰. Vale lembrar que o mundo ainda sofre com as marcas da pandemia¹¹, e diversos países, como o Brasil, sofrem pela falta de planejamento em vários outros campos.

Por outros motivos e principalmente no que já foi introduzido, torna-se cada vez mais importante a compreensão de como o poder público organizou-se para mitigar tais problemas. Para a presente dissertação, a forma que os agentes políticos da Câmara Municipal de Araguaína – TO abordam, discutem e deliberam a sustentabilidade é o objeto pesquisado. O legislativo de uma cidade média na região da Amazônia Legal, como cerne de uma abordagem do desenvolvimento e desenvolvimento sustentável à luz da análise de discurso que é empregado nas leis, atas e projetos de lei do município.

Inicialmente, o estudo foi direcionado ao uso de instrumentos e ferramentas que junto à legislação têm potencial para estabelecer políticas públicas e planos que venham a democratizar e manter a máquina pública em funcionamento. Porém, tais iniciativas e políticas requerem planejamento, amparo e direcionamento de normativos nacionais, órgãos protagonistas, adequada execução e sério envolvimento de seus atores, de modo ainda facultativo a cada município ou organização.

Junto às incertezas abordadas por Latour (2012), vale lembrar o embate entre a questão de fato e de interesse, em que as construções sociais emergem de fatos científicos, bem como os fatos científicos são expostos por reflexos da sociedade. Seria como abordar algo existente nas discussões acadêmicas e que ainda não

⁹Novamente, tal afirmativa trata-se de uma premissa, um axioma. Ao final das análises e resultados será possível expor efetivamente sua validação ou refutação.

¹⁰Trata-se de uma visão generalista e que por meio da pesquisa podem ser agregados dados que validem tais afirmações.

¹¹Teve início com a alta disseminação do vírus SARS-CoV2, causador da doença Covid19 e variantes. Maiores informações <<http://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>>.

estão apresentadas na realidade social dessa região. No que tange às controvérsias científicas, o interesse pode renovar a cena do empirismo (LATOURE, 2012), porém vale a compreensão do que já está posto para a realidade local e social, na tentativa de compreender as representações de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável da organização em questão.

Nesse sentido, olhar para as entrelinhas e os discursos empregados nas tomadas de decisões pode demonstrar a reflexão acerca do posicionamento e da exposição dos fatos que se correlacionam com o ainda não posto. Mas, devido às interações e redes (LATOURE, 2012), bem como globalização (SANTOS, 2006) e situação atual do país, infere-se o que está próximo a ocorrer, porém por ainda não se tratar de medidas obrigatórias, vale considerar as diacronias existentes.

Com isso, a análise de discurso do material produzido na Câmara Municipal de Araguaína - TO, considerando o período de XX a XX, insere-se como meio para a discussão. Além deste material, o formato de análise recorta assuntos de interesse, por meio de palavras-chave selecionadas pela autora, e que se relacionam com as noções de desenvolvimento sustentável, elencadas por Sachs (2002) em seu livro “Caminhos para o desenvolvimento sustentável”.

Ainda é feito o uso do NVivo, um *software* direcionado para análises qualitativas, o que promove ainda maior rigor científico à pesquisa, bem como meios para tratar o *corpus* em sua totalidade. O que será melhor descrito na metodologia, com o auxílio de alguns autores que versam sobre o uso do próprio *software*, e ainda abordam o rigor científico e utilização desse programa para pesquisas dessa natureza.

Na perspectiva de cidades e regiões, desenvolvimento sustentável e noções de sustentabilidade, tem-se relevância para um significativo desenvolvimento municipal e regional. Junto a isso, e na forma que se insere a análise de discurso, filiando-se ao que Orlandi (2005) tematiza que:

Em termos teóricos, isso significa que trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Sujeitos, ao mesmo tempo à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem. No discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua e na história sua materialidade (ORLANDI, 2005, p.53)

Materialidade esta que será discutida e analisada em meio aos registros produzidos ao longo da história da cidade, que desde sua criação tem demonstrado expressivo crescimento e influência na região e no país. De acordo com dados demográficos inscritos na plataforma do *site* oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Araguaína – TO, é caracterizada como uma cidade média da região Norte, com grande expansão urbana e acelerado crescimento populacional inserida na Amazônia Legal e considerada de forma geral como uma das maiores economias do estado do Tocantins.

A temática promove um sobrevoo no planejamento urbano e regional e nas políticas públicas sustentáveis em que são assumidos neste trabalho, como mecanismos de amparo a demandas e a necessidades sociais. Esse direcionamento está em uma ótica que vai ao encontro com a crescente urgência em aperfeiçoar, em gerenciar e em racionalizar os gastos da gestão pública, para uma efetiva prestação de serviços para a sociedade local, sem desperdícios na alocação de seus recursos.

Para tanto, observar tal realidade, por meio do discurso existente no município, revela a situação atual da cidade para além de suas influências já conhecidas, em que a adoção de medidas de sustentabilidade pode beneficiar ainda mais o município, por meio de financiamento e de fomento de outros planos, políticas e projetos direcionados às cidades inteligentes e de reconhecida influência no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. Trata-se de 17 ODS, promovidos pela Agenda 2030, e que são compromissos de Estado pelo mundo, nos quais aqui não dependem de interesses políticos, mas de ações que possam promover direitos fundamentais às presentes e às futuras gerações no planeta.

Para a presente pesquisa é interessante vislumbrar o papel de Araguaína – TO, pois se trata de uma cidade que se relaciona com outras de mesmo perfil, relativamente próximas, inseridas no contexto da Amazônia Legal, que possuem interações regionais, formam redes sinérgicas entre si (PACÍFICO FILHO et al, 2020) e que para o campo do conhecimento que o programa de pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais está inserido, corroboram dados para possíveis pesquisas posteriores.

Atualmente, é visível que o município de Araguaína – TO tem demonstrado cuidado com questões ambientais, principalmente pelo fato de já possuir um Plano

Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos desde 2013, em conformidade com Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Porém, nesse caso, trata-se de um normativo de adequação obrigatória para todo o país. O município também está inscrito no Programa Cidades Sustentáveis - PCS, voltado a cidades inteligentes e sustentáveis, que proporciona o acesso às metodologias, ferramentas e conteúdo de apoio ao Planejamento Municipal Sustentável (PCS, 2021).

A análise de discurso dos agentes políticos da Câmara Municipal da cidade pode gerar dados e uma discussão acerca do desenvolvimento local e regional, de forma integrada, sustentável e aplicada a setores como meio ambiente, sociedade, economia, educação e políticas públicas. O que visa a proporcionar um melhor desenvolvimento sustentável para o município de Araguaína - TO, com a identificação de seu contexto e uma possível irradiação de boas práticas para todo o estado do Tocantins e estados vizinhos, sendo a cidade como um precursor de tais ações.

Para finalizar, são mobilizados aqui os objetivos de modo explícito. O objetivo central da pesquisa se constitui em analisar o discurso de sustentabilidade dos agentes políticos da Câmara Municipal de Araguaína – TO. Com o intuito geral de analisar o discurso de sustentabilidade dos agentes políticos e administrativos da Câmara Municipal de Araguaína - TO (nesse ponto, os agentes administrativos são inseridos como parte do todo da instituição em análise.). Especificamente serão apresentadas as dimensões de: compreender se há motivações da organização acerca da implementação de iniciativas e ações com base na Agenda 2030 (com os Objetivos para um Desenvolvimento Sustentável, sem se prender a eles, olhando para a sustentabilidade, como um tripé); analisar o discurso de projetos de leis e leis existentes na Câmara Municipal de Araguaína – TO; e identificar possíveis conflitos de interesses políticos, para adequação e inserção de medidas de sustentabilidade no município (com base nos resultados da análise de discurso e hipóteses levantadas).

1 CONTRIBUIÇÕES PARA AS REPRESENTAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este capítulo está ancorado nas contribuições que a temática proporciona, no formato de uma fundamentação teórica para as incursões aqui levantadas. Estão dispostos em subseções os recortes da pesquisa que, por sua natureza integrativa, abrangem várias facetas desta discussão. Para introduzir o assunto, o campo do planejamento urbano e regional, junto às suas características, tem espaço para a abertura da discussão. Seguido de pontos como as interações dos discursos de sustentabilidade, para entrar na abordagem de desenvolvimento sustentável; o olhar para a legislação brasileira inserido no tema; cidades sustentáveis e finaliza com uma incursão nos desafios municipais diante do Desenvolvimento Sustentável e relações Políticas.

Ao consultar os trabalhos de Ribeiro (2002), de Oliveira (2009) e de Lacerda (2013), nasce um primeiro recorte, que é o do campo do conhecimento do planejamento urbano e regional. Além desse aspecto, nota-se que é parte de um processo que envolve vários atores, disciplinas e estudos, em que aqui, a discussão sobre multi e interdisciplinaridade se apresenta com reificação. Esta reificação é associada aos processos históricos de sociedades capitalistas, com caracterizações de atividades produtivas, relações sociais, e subjetividade humana (LUKÁCS, 1986). Em outras palavras, seriam como características apresentadas pela sociedade inserida em determinado sistema econômico que, junto a fatores inerentes à subjetividade do homem, com a recorrência do uso de explicações, palavras e conceitos, podem vir a perder a autonomia de seus significados.

Trazendo, assim, certa automaticidade para associações que, no viés abordado por Lakács (1986), refere-se a mercadorias circulantes no mercado. Nesse sentido, o autor expõe a reificação, ampliando e enriquecendo alguns dos conceitos abordados por Karl Marx (1818-1883). Já na visão de Camargo e Souza (2012), a reificação baseada na releitura de Lakács e outros teóricos é interpretada como a incapacidade do reconhecimento humano em uma espécie de “amnésia quanto à uma situação originária de reconhecimento que serviu como base para o próprio processo de sociabilidade” (CAMARGO; SOUZA, 2012, p. 175). Para a presente discussão, este termo é observado como uma recorrência que expõe uma suposta

naturalidade e que, em meio aos trechos apresentados e subjetividade humana, reifica o campo do conhecimento.

Como o aparato que discute a multidisciplinaridade, Lacerda (2013) elaborou um quadro que ilustra de forma comparativa os conceitos, para multi, inter e transdisciplinaridade. Acompanhe a seguir:

Quadro : Análise comparativa dos termos multi, inter e transdisciplinaridade aplicados ao planejamento urbano e regional

Elementos de Referência	Multidisciplinaridade/ Pluridisciplinaridade	Interdisciplinaridade	Transdisciplinaridade
Conceito	Diz respeito ao estudo de um objeto, de uma dada disciplina, por várias disciplinas, ao mesmo tempo, de modo que o conhecimento do objeto estudado é aprofundado por meio da fecunda contribuição delas.	Evoca um espaço comum, e exige uma real cooperação, na medida em que busca solucionar problemas, que estão além do escopo de qualquer disciplina, considerada isoladamente, isto é, ocorre, quando o equacionamento de um problema requer o concurso e efetivo intercâmbio de vários saberes. Diz respeito à transferência de métodos entre disciplina.	Envolve “não só as interações e reciprocidades especializadas entre projetos de pesquisa, mas a colocação dessas relações dentro de um sistema total, sem quaisquer limites rígidos entre as disciplinas.” “Diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina, objetivando a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento.”
Bases e Características	a) <i>aproximação de diferentes disciplinas</i> para a solução de problemas específicos; b) <i>diversidade de metodologias</i> : cada disciplina mantém a sua; c) <i>preservação das fronteiras dos vários campos disciplinares</i> : embora cooperem entre si, ficam imunes ao contato.	a) <i>grau de aplicação</i> : transferência de métodos e nova forma de intervenção no objeto estudado; b) <i>grau epistemológico</i> : transferência dos métodos, produzindo análises inovadoras do objeto; c) <i>grau de geração de novas disciplinas ou subdisciplinas</i> (assim como de <i>campos</i> ou subcampos): implica o intercâmbio de conceituações, teorias e métodos entre as disciplinas, alcançando elevado nível cooperativo, que induz à alteração das próprias gramáticas das disciplinas envolvidas e/ou à criação de um novo <i>campo</i> disciplinar ou subdisciplinar, com princípios, conceitos e métodos próprios.	a) <i>vários níveis de realidade</i> : a dinâmica gerada entre os vários níveis de realidade (macro e microfísico) e da percepção, ao mesmo tempo, a partir do conhecimento disciplinar devendo abarcar outros saberes e/ou práticas; b) <i>lógica do terceiro incluído</i> : união harmoniosa de opostos, constituindo uma terceira realidade, construída a partir do confronto de ideias, cujo resultado é uma realidade complementar, enquanto infinidade de intermediações ou possibilidades; c) <i>complexidade</i> : o <i>pensamento complexo</i> propõe uma modelização e uma metodologia ampla e aberta, que atravessa as disciplinas e vai além delas, incluindo os saberes não disciplinares, as diferentes culturas, os diferentes níveis de sujeitos e os diferentes níveis de realidade.

Fonte: Retirado de Lacerda (2013, p. 91).

Na perspectiva do que é descrito no quadro acima, coloca-se a multidisciplinaridade do campo do planejamento urbano e regional no âmbito de um estudo que pode estar associado a pesquisas acadêmicas e científicas. Além de sua

inserção nesta suposta “agenda acadêmica”, tem relação com assuntos também abordados nas agendas políticas, ambientais, econômicas e sociais de uma Nação.

Entende-se aqui que se trata de uma organização entre disciplinas e autores que passam a compor documentos ou trabalhos que venham a ter relevância ou influência no escopo social total (sendo a presença das disciplinas e áreas do conhecimento que venham a compor esse campo abordado). Desse modo, a multidisciplinaridade é assumida como uma justaposição, aproximação das disciplinas e compartilhamento de informações (DOMINGUES, 2012). Essa condição não impede uma abordagem e postura interdisciplinar de seus pesquisadores (LACERDA, 2013).

No campo do planejamento urbano e regional, são esses autores, por meio de estudos e pesquisas, que validam a importância de tal interação na construção de documentos e planos para o desenvolvimento urbano e regional. Abrindo aspas à indagação de um desenvolvimento também sustentável, a interdisciplinaridade aqui é abordada como a cooperação de disciplinas e áreas de conhecimentos de forma integrada (DOMINGUES, 2012). No contexto e anseios do campo, Ribeiro (2002) enfatiza a presença ativa da coexistência de aspectos socioespaciais e ambientes institucionais, onde a formação na área cultiva a esperança de maior espaço e reconhecimento acadêmico e profissional.

Inserido nesta ótica, a associação entre os discursos de agentes políticos e administrativos, e seu potencial diante do desenvolvimento regional, vem para agregar sua construção ativa e modo que é constituído. Além desse recorte, ao olhar apenas para o discurso desses atores, é possível aqui derivar um outro aspecto, o da representação de sustentabilidade e respaldo ao desenvolvimento sustentável. Em Oliveira, Sarubbi e Rosa (s.d.) é feita uma interação do trabalho de Courville (2014), por sua noção de gestão de sustentabilidade, com as principais ferramentas utilizadas para esse fim; um ponto que também pode vir a enriquecer a discussão. São ferramentas indicadas no Guia de Compatibilidade de Ferramentas do Instituto Ethos (2010) (OLIVEIRA; SARUBBI; ROSA, s.d.), que promovem conhecimentos para a gestão de planos com um viés sustentável.

O Instituto Ethos é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, denominado Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, com a missão de sensibilizar, mobilizar e ajudar empresas na gestão de seus negócios, com um direcionamento socialmente responsável, munindo-se de parcerias para uma

sociedade justa e sustentável. Por meio do desenvolvimento de ferramentas e troca de experiências que auxiliam empresas a analisar suas práticas de gestão junto à responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, desde 1998 (INSTITUTO ETHOS, s.d.).

Com vistas a esse olhar de gestão sustentável, há o uso de ferramentas que delimitam regras e objetivos específicos para o alcance de uma organização gerida de forma sustentável. Junto às ferramentas destacadas e trabalhadas por Oliveira, Sarubbi e Rosa (sd.) são delimitados pontos que informam didaticamente ao leitor este universo citado.

Para o Brasil, com as questões políticas que têm emergido¹², a abrangência da temática que a abordagem de discursos de agentes políticos traz, faz-se uma proposição acerca do seu papel em agendas ambientais, junto à Agenda 2030 e direcionamento dos anseios do mundo para um desenvolvimento sustentável. Ao olhar o que tocam os três Poderes, e como a Administração Pública vem se estabelecendo, legalmente, para legitimar ações e critérios de sustentabilidade, vêm sendo criados programas, planos, políticas e meios, que beneficiam suas organizações de origem e acabam por possivelmente influenciar outras, sendo da rede local e/ou regional¹³ para ações de sustentabilidade. Tal desenvoltura, é aqui descrita, para melhor compreensão das premissas que direcionam a pesquisa, e de como vêm se apresentando assuntos para as incursões subsequentes.

Silva e Rauli (2009, p.79) “retratam a importância de definição, planejamento e execução de políticas públicas efetivas para melhoria da condição social, econômica e ambiental das cidades”. Ainda segundo esses autores, mensurar a correlação de políticas públicas e desenvolvimento sustentável passa a ser prioritário no estabelecimento de direcionamento competente dos recursos públicos, no qual essa definição prioritária melhora sua alocação e se mostra mais bem sucedida.

Segundo Demeterco Neto, Santos e Nagem (2006, p. 73) políticas públicas são o “[...] conjunto de planos e programas de ação governamental destinados à intervenção no domínio social [...]”. Os autores continuam justificando que, por meio

¹² Com referências às eleições de 2022, e fatos que ocorreram na história do país, desde a entrada do ex-presidente Temer ao poder, bem como fatos subsequentes que promoveram a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e o retorno do presidente Lula para um novo mandato em 2023, em meio a manifestação de oposição e solicitação de medidas inconstitucionais.

¹³Proposição hipotética gerada pela autora da presente dissertação.

desses instrumentos, “[...] são delineadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo, na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição [...]” (DEMETERCO NETO; SANTOS; NAGEM, 2006, p. 73). Por estar relacionada a processos políticos, sociais, econômicos e ambientais, é um tema que demonstra um desafiante processo de avaliação e definição.

Para Lourenço (2005, p. 41), é percorrido que:

[...] o processo de formulação e implementação de políticas públicas é eminentemente política, na medida em que certos grupos sociais, para verem executadas as ações públicas de seu interesse, exercem influência sobre os tomadores de decisões governamentais [...] (LOURENÇO, 2005, p. 41).

Oliveira (2006) enfatiza que o planejamento das Políticas Públicas é de controle da economia e da sociedade, e quando não é bem estabelecido, acaba por tornar ainda mais visível suas limitações. É possível compreender que políticas públicas, além de necessariamente planejadas, precisam ser feitas com base em informações precisas e de compreensão de seus processos.

Sabe-se que desafios relacionados ao planejamento também perpassam essa questão e que, ainda segundo Oliveira (2006), é preciso reconhecer também as limitações do planejamento, que precede o estabelecimento de políticas públicas. Silva e Rauli (2009) esclarecem que é necessário um amadurecimento de bases institucionais e que isso está ligado a processos específicos e históricos de cada país, o que se mostra essencial para garantir a adequada implementação dessas políticas. Schmidt (2018, p.122) elucida que “as prioridades adotadas pelos governos constituem o cerne das políticas”.

E quando se discute políticas públicas associando a forma que agentes políticos as estabelecem, faz jus ao sentido de problematizar o que tem sido abordado em uma câmara municipal, local onde se criam e aprovam leis e que se faz política. Nesse sentido, políticas públicas nascem de demandas populares e são oficializadas e implantadas por meio dos ritos democráticos da Constituição brasileira e seus representantes populares.

Compreendendo como relevante a relação de políticas públicas com o desenvolvimento sustentável, é preciso também trazer tal conceito. Para Silva e Rauli (2009, p.81), “desenvolvimento sustentável e sustentabilidade são noções complementares”. Da perspectiva traçada por tais autores, a sustentabilidade e o

desenvolvimento sustentável devem caminhar juntos, com isso é possível estabelecer direcionamento às demandas de políticas públicas sustentáveis. Mesmo que nos últimos anos esses termos possam ter tido grandes proporções, com seu intuito sendo distorcido ao seu real propósito.

Para Ignacy Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade surgem da sinergia entre áreas do conhecimento que têm mais em comum do que se espera; o ambiente, a economia e a sustentabilidade, que promovem uma sinergia que permite as incursões para um desenvolvimento efetivamente sustentável. No qual cada derivação de tais atributos promovem uma compreensão de que pensar economia, ambiente e sociedade de forma isolada, visando ao desenvolvimento duradouro, é fadar-se ao fracasso.

No Relatório de Brundtland de 1987, “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem prejudicar a capacidade das futuras gerações de atender as suas próprias necessidades” (*apud*, Silva e Rauli (2009)). A WWF¹⁴ indica como conceito mais aceito o desenvolvimento sustentável sendo “o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”. Nota-se que são conceitos similares que, com palavras distintas, falam de um mesmo propósito. Alinhado a isso, a Agenda 2030 com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS propostos pela Organização das Nações Unidas – ONU, enumera 17 principais objetivos que levam à sociedade ao encontro de tal desenvolvimento.

Desse modo, com uma série de normativos¹⁵ presentes na legislação brasileira e iniciativas do Ministério do Meio Ambiente, junto à agenda ambiental na Administração Pública – A3P, tem-se um marco em projetar políticas de sustentabilidade na administração pública. Com uma breve leitura da Constituição da República Federativa do Brasil, é possível observar que seus cidadãos possuem direitos fundamentais assegurados. Com isso e uma série de leis, decretos, instruções normativas, portarias e resoluções, é eminente a crescente demanda nacional desse contexto.

¹⁴WWF trata-se de uma organização chamada “World Wildlife Fund”, em português é conhecido como “Fundo Mundial da Natureza”.

¹⁵ Legislação que está melhor exposta ao longo da dissertação.

Helbert (2019, p. 25), complementa que o papel das organizações públicas é dinâmico “[...] na sociedade, na proteção do ambiente e na redução do consumo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações, particularmente da comunidade a qual fazem parte [...]”, direcionando também o bom uso de recursos de maneira prudente e com base na eficácia de seus resultados. A capacidade de reagir às mudanças ambientais é inserida por meio de redes desenvolvidas (SARAVALLI, 2020). Nesse sentido, a cooperação sustenta a rede e promove desenvolvimento sustentável regional e local (TOMAÉL, 2008).

As cidades e regiões nível de inovação lideram pelo exemplo. Elas demonstram inovação e liderança excepcionais na formação de cidades sustentáveis, por meio da colaboração e ação contínuas, que influenciam outras através de sua prática de desenvolvimento sustentável [...] (SARAVALLI, 2020, p. 72).

Pensar em desenvolvimento sustentável, também é pensar em inovação, em que as organizações que mobilizam suas cidades para transformações, sendo estas colocadas como cidades sustentáveis, trazem exemplos para a localidade e outras regiões, nas quais redes podem ser estabelecidas por atores que geram meios cooperativos para o crescimento regional. Colocando assim a sustentabilidade para o universo de municípios e suas regiões de abrangência, na abordagem da compreensão do que tem sido tratado por seus atores, por meio da análise de discursos verbalizados nestes espaços.

1.1 AVANÇO E INTERAÇÕES DE DISCURSOS E SUSTENTABILIDADE

O presente item concentra-se em trazer à tona a abordagem que a temática tem tido em sua abrangência, junto a um afinamento de palavras-chaves, visando a perceber o quanto o assunto tem sido tratado em publicações mais atuais. Para esse viés, foi adotado um recorte dos últimos anos que, considera as publicações de 2018 a 2022. O que paralelamente também corresponde aos anos que possuem atas das seções realizadas na Câmara Municipal de Araguaína-TO, disponíveis em seu site oficial e que fazem parte do *corpus* da pesquisa. Observando o que tem sido publicado sobre a temática no Brasil e no mundo, e o que tem sido tratado em

uma cidade média do estado do Tocantins. Um período relativamente curto, porém, que pode revelar muitas facetas de como a academia e a sociedade têm respondido às demandas voltadas a um desenvolvimento sustentável.

Para tanto, em face à amplitude de conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável e principalmente à sustentabilidade, foi realizada uma revisão sistemática de literatura (GALVÃO; RICARTE, 2019) em bases de periódicos. O que pudessem expor, o quanto a temática que está em foco tem sido abordada, bem como os assuntos tratados (GALVÃO; RICARTE, 2019). Com a utilização dessa forma de pesquisa, é possível também compreender as nuances de como são refletidos os diversos meios de se fazer pesquisa e concernir assuntos, o que também pode revelar os aspectos e os axiomas já escritos sobre o mesmo.

Seguindo o entendimento da delimitação frente aos objetivos; temática abordada; questões de pesquisa; problemas relacionados à amplitude dos dados; entre outros, vê-se, na revisão sistemática de literatura, um meio de filtrar informações para seguir com o propósito da pesquisa científica, evitando-se assim repetições de estudos já realizados (GALVÃO; RICARTE, 2019). Na inserção de uma pesquisa qualitativa, tal mecanismo também ampara a localização de temas, conceitos e teorias que proporcionam o conhecimento de novas explicações, bem como fenômenos relacionados à temática sob análise (SIDDAWAY; WOOD; HEDGES, 2019).

No intuito de obter uma base de informações que proporcionem uma melhor discussão acerca do desenvolvimento sustentável, associado à sustentabilidade, análise de discurso e abordagem da temática em um recorte municipal, além de averiguar a atual situação da temática; foi realizada uma revisão, via internet, de textos publicados entre os anos de 2018 e 2022.

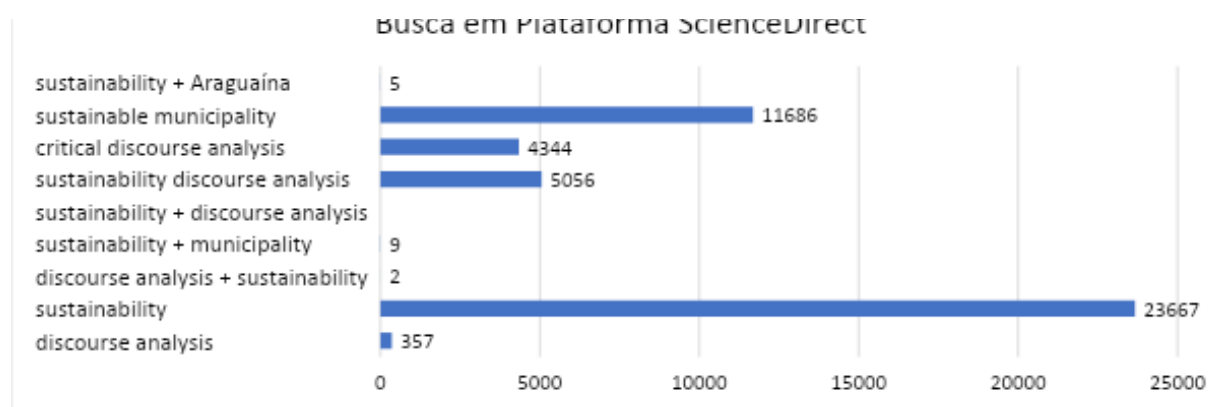
Os dados foram buscados nos portais ScienceDirect e SciELO, por sua popularidade na academia, bem como multidisciplinaridade com publicações referenciadas e com alto índice de rigor científico. Dessa forma, aderidos à presente pesquisa e proporcionando referencial seguro. A compreensão de rigor científico, além do senso comum para este termo, relacionado a textos revisados por pares e publicados em periódicos reconhecidos, associa-se também a Santos (2021, p. 27) em que “O rigor científico afere-se pelo rigor das medições”.

Para a sistematização das informações, previamente foram definidos os termos a serem buscados. Na plataforma ScienceDirect, a busca foi realizada com

as palavras-chaves no idioma inglês, por ser considerado padrão nas publicações pelo mundo, bem como principal para a divulgação científica, de modo que pudesse também promover um panorama do que tem sido publicado no meio internacional. Já na plataforma SciELO, a busca foi realizada em português, porém as áreas temáticas foram associadas em inglês. Assim, pôde ser um mecanismo que alcançava a representatividade dos temas abordados por pesquisadores brasileiros, sem deixar de possuir a amplitude da abordagem padrão do idioma inglês dentro da comunidade científica.

Foram demarcados os seguintes temas para a busca na ScienceDirect: discourse analysis; sustainability; discourse analysis + sustainability; sustainability + municipality; sustainability + discourse analysis; sustainability discourse analysis; critical discourse analysis; sustainable municipality; e sustainability + Araguaína. Os resultados encontrados estão dispostos na Figura 1.

Figura : Dados obtidos na plataforma ScienceDirect



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados no *website ScienceDirect*.

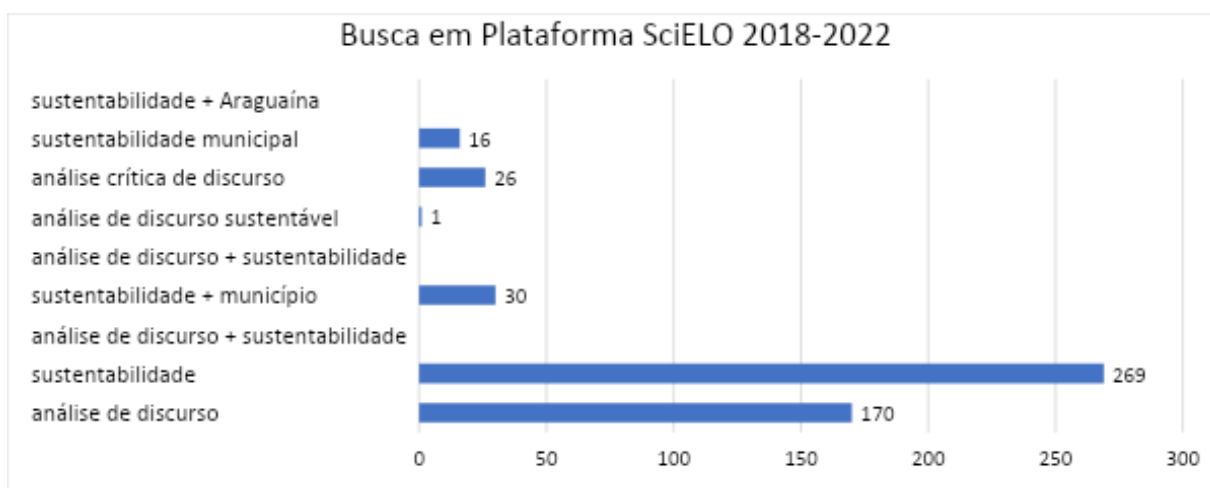
Os dados obtidos tiveram ainda uma filtragem para áreas temáticas de ciências ambientais (*Environmental Science*), proporcionando um recorte ainda mais restritivo para as informações de interesse. A busca induz a percepção de que a temática da sustentabilidade é amplamente explorada, totalizando 23.667 trabalhos publicados para o período. O recorte para a sustentabilidade municipal também obteve resultado significativo para a presente conferência. Confere-se também que, mais de 10% da amostra (11,20% dos dados obtidos) está associada à análise de

discurso da sustentabilidade, o que pode inferir uma expressiva discussão da temática em pesquisas internacionais.

Porém, quando se associa “análise de discurso + sustentabilidade” (*discourse analysis + sustainability*), este número cai para 0,004% da amostra, o que pode inferir uma certa fragilidade à forma de aplicabilidade específica das palavras chaves. Quando há a troca da ordem dos termos (*sustainability + discourse analysis*), este número zera. O que também pode ser explicado por Godoi et al. (2014) quando propõem que existe uma ampla gama de abordagens em meio a uma falta de padrão de análise, referindo-se especificamente à análise sociológica do discurso. Contudo, de modo geral, a busca totalizou 45.126 textos, o que pode demonstrar interesse neste campo de pesquisa.

Para a busca efetuada na plataforma SciELO, os seguintes termos foram utilizados: análise de discurso; sustentabilidade; análise de discurso + sustentabilidade; sustentabilidade + município; análise de discurso + sustentabilidade; análise de discurso sustentável; análise crítica de discurso; sustentabilidade municipal; e sustentabilidade + Araguaína. A Figura 2 apresenta os dados encontrados.

Figura : Dados obtidos na plataforma SciELO



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados no *website SciELO*

Referenciando-se no que foi observado na plataforma ScienceDirect, o volume de trabalhos encontrados foi expressivamente menor, o que pode ser explicado pela redução de critérios de pesquisa, não sendo possível associar a busca estritamente à área temática de ciências ambientais (*Environmental Science*). Contudo, foram

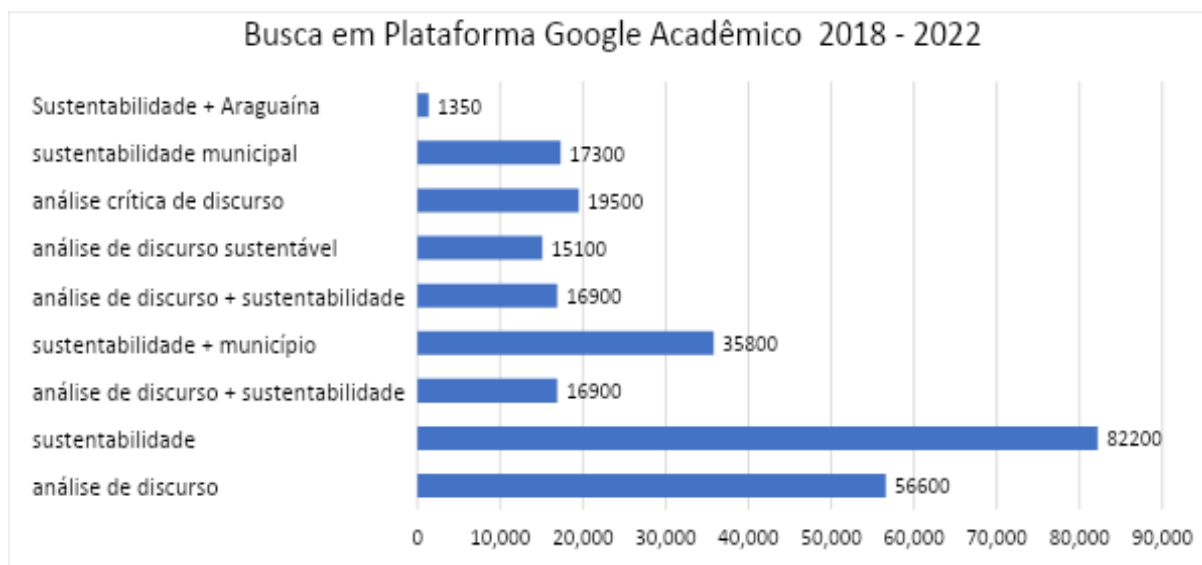
utilizados parâmetros em inglês que pudessem se associar com esse campo do conhecimento, sendo as áreas temáticas dispostas como “ambiente; desenvolvimento” (*Environmental; Development*). Com esse critério, foram localizados 512 trabalhos. Como também observado na busca anterior, trabalhos que abordam a sustentabilidade obtiveram maior ocorrência na amostra.

Todavia, grande parte dessa amostra estava relacionada à saúde pública, o que pôde inferir um viés para o quanto pesquisadores da área da saúde produziram nos últimos anos, bem como o quanto tais atores buscam publicar pesquisas que sejam indexadas por essa plataforma. Além desse fato, a percepção para a recorrência da saúde pública para o tema pode estar refletida no recorte temporal e ocorrência da pandemia da Covid19, que trouxe assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável e sustentabilidade junto às demandas populares do país com essa natureza. Mais de 30% da amostra consistiu em textos que abordam a análise de discurso.

Com a drástica redução no volume de ocorrências para a plataforma SciELO, a pesquisa com as palavras-chaves em português foi repetida no Google Acadêmico, que é conhecido como um recurso de busca mais ampla para inúmeros textos e trabalhos científicos. Então, com o mesmo padrão de palavras-chaves utilizadas na pesquisa em português foi possível abranger o recorte e trazer aspectos voltados à ocorrência da temática, independente de os trabalhos serem revisados por pares ou possuírem um critério tão restrito de rigor científico. Esta manteve o recorte temporal, porém não houve restrição de área temática, pelo fato de atualmente a ferramenta não possuir uma filtragem mais avançada para os critérios de pesquisa até então adotados.

Pode inicialmente proporcionar uma certa confusão (pelo fato de não seguir o recorte de área temática da incursão anterior), porém, conjuntamente pode expor o quanto o desenvolvimento sustentável vem sendo abordado indiretamente. A Figura 3 mostra como as palavras chaves em português, sem recorte temático, revelam a abordagem destes termos para produções detectadas por relevância nos últimos anos.

Figura : Dados obtidos no Google Acadêmico



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados coletados no *website* Google Acadêmico

Para esses dados, o que chama a atenção é o grande número de publicações para todas as palavras-chaves elencadas, resultando em ocorrências mínimas, com volume acima de 1.000 publicações. O fato de não serem textos revisados por pares ou obterem um critério de filtragem, podem explicar de antemão os altos índices encontrados. Fato que também revela algumas fragilidades para pesquisas científicas que abordem a temática, bem como o cenário das produções acadêmicas no país. Ainda, a ferramenta utilizada para a busca, que se trata de um indexador, detecta inúmeros periódicos, repositórios e bibliotecas disponíveis na *web*.

Novamente, à indução de que a temática da sustentabilidade é amplamente explorada, totalizando 82.200 trabalhos publicados para o período. O segundo maior índice vem com trabalhos relacionados à Análise de Discurso, com 21,63% das ocorrências. O recorte para a “sustentabilidade municipal” e “sustentabilidade + município” totalizam 20,29% da amostra, no qual fora dessa conta, somente para textos que contenham o termo “sustentabilidade” e “Araguaína”, foram detectadas 1.350 instâncias. Dessa forma, grande parte das ocorrências são oriundas de produções acadêmicas de pesquisas realizadas em instituições de ensino superior, para análises das próprias instituições e de seus municípios de origem.

Em Medeiros Júnior (2004), Petrellie e Colossi (2006) e Tauchen (2007) é destacada a relevância de instituições de ensino superior como responsáveis pela disseminação de conhecimento, além de robusto papel para capacitação de atores

presentes nas diversas esferas que envolvem o desenvolvimento sustentável para o país. Franco et al. (2017) identificou em seu estudo as práticas desenvolvidas pelas universidades federais junto ao conteúdo mínimo de divulgação, conscientização e capacitação de instrumentos de gestão criados para uma logística sustentável de suas organizações. Tais instrumentos fomentam a criação de indicadores e eixos temáticos utilizados em Planos de Gestão Sustentável¹⁶, que promovem uma melhor percepção do desenvolvimento sustentável para os atores envolvidos (FRANCO et al., 2017).

Junto aos esforços empreendidos na revisão sistemática de literatura, foi possível encontrar trabalhos com diversos critérios metodológicos e abordagens de pesquisa. O que chama a atenção é que, nos artigos localizados para pesquisas internacionais, e que consistem em uma análise de discurso de sustentabilidade, bem como a sustentabilidade municipal, inserem-se na discussão de desenvolvimento sustentável abrangendo critérios econômicos, ambientais e sociais. Assim, estão em conformidade com o tripé da sustentabilidade amplamente abordado por Sachs (2002), em sua obra voltada aos direcionamentos para um desenvolvimento sustentável.

A análise de discurso de relatórios de políticas dos conceitos da circularidade econômica forte e fraca de suas interpretações de questões de sustentabilidade, seus espaços e limites na Suécia (JOHANSSON; HENRIKSSON, 2020); a análise crítica do discurso em documentos políticos oficiais na Alemanha, abordando disparidades regionais econômicas de problemas oriundos de questões políticas não exploradas, que revelam desigualdades no desenvolvimento regional de municípios (KALLERT et al., 2021); a análise de discurso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em se tornando Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) refletindo sua transição e diferenças de estruturas para seu alcance em países desenvolvidos e em desenvolvimento (JONG; VIJGE, 2021) foram alguns dos excursos encontrados.

Ainda, em Jong e Vijge (2021), a abordagem é direcionada à coerência política exercida na Holanda diante de reflexos de políticas globais para esse país, no espectro das dimensões econômicas, sociais e ambientais, para a redução da pobreza e outros problemas explorados nos ODM e ODS. No qual para esse país,

¹⁶ Conhecidos também por Planos de Logística Sustentável – PLS; Planos de Gestão de Logística Sustentável – PGLS; e/ou Plano de Gestão Socioambiental.

são metas globais já trabalhadas internamente (JONG; VIJGE, 2021). Aqui, a atuação de seus agentes políticos, com relevante compreensão da eminência do desenvolvimento sustentável para a harmônica vida no planeta, bem como sua possível politização e criticidade em se tratando de compromissos de Estado diante de acordos e metas globais, direcionam políticas públicas e planos de influência nacional.

Trata-se da demonstração de debates em torno da governança por meio de metas globais e sua eficácia para a compreensão da natureza política da coerência das políticas para o desenvolvimento (sustentável) (JONG; VIJGE, 2021) que, uma vez alinhadas a objetivos referenciais e de significativa importância, promovem a atuação desses atores junto a criação de normativos, ferramentas, e instrumentos que cumprem vários papéis perante a comunidade mundial e principalmente local.

Em Kallert et al. (2021), houve a constatação de que em um recorte para políticas regionais, o financiamento de municípios e a democratização em condições necessárias para concretizar alternativas progressistas de problemas rurais e regionais para o desenvolvimento, auxiliam a resolução de diversos problemas inerentes a esse domínio.

Para aspectos referentes às buscas realizadas no indexador Google Acadêmico, a análise de discurso de sustentabilidade faz-se presente em trabalhos relacionados a diversos campos do conhecimento. Há registros à luz de sua análise em temas como educação, empresas, instituições, esferas urbanas, rurais e regionais, economia, política, ambiente, tecnologia da informação, entre outros. Em parte deste conteúdo, há abordagens voltadas a análises críticas de discurso de sustentabilidade tratando de eventos ocorridos para a discussão do campo do conhecimento, avanços, contribuições, novas perspectivas e até mesmo a indagação da (in) sustentabilidade diante do desenvolvimento sustentável.

Para esse último sentido, é destacada a riqueza de percepção da sustentabilidade frente a múltiplos sentidos e colocação dessa palavra. Pois, sem fugir da temática abordada, e junto a uma análise de discurso (AD) de critérios puramente econômicos ligados ao capital, é também observada a exploração de povos e países pobres em detrimento da necessidade das demandas atuais diante da crise do capital (MOREIRA, 2010). Na busca de sobrevivência, povos e nações demandam por algum resultado e proposta de governantes e organizações mundiais. Em Moreira (2010), a mobilização dos sentidos e termos ligados ao

acontecimento discursivo da sustentabilidade apresenta viés discursivo diante da crise do capital. Uma sustentabilidade proposta por “todos” e para “todos” (MOREIRA, 2010), no vislumbre de um mundo sem conflitos, contudo, que coexiste com a pobreza, dependência, subordinação, vulnerabilidade e desigualdade (MOREIRA, 2010).

Portanto, como é possível observar uma abrangência já sabida da temática, a obtenção dos dados aqui levantados pôde evidenciar tal afirmação. Observa-se também uma lacuna dos estudos brasileiros na plataforma SciELO, para o recorte de AD; sustentabilidade e município. Contudo, tal lacuna pode ser refutada com o uso de uma ferramenta de busca que por algumas vezes não é bem vista no âmbito acadêmico (o uso do Google Acadêmico para fins de pesquisa de referências científicas). Para tanto, a presente pesquisa pode auxiliar na expansão da busca de conhecimentos relacionados à temática tratada, bem como promover a discussão dos valores constatados nas entrelinhas das discussões empreendidas acerca do desenvolvimento sustentável.

Sendo aqui filiado a uma visão de extrema importância para a permanência humana no planeta, aceitando a realidade posta pelo sistema econômico adotado mundialmente, diante das necessidades de solução e mitigação de suas falhas para a efetiva existência do desenvolvimento sustentável. Na ambição de que a temática continue sendo abordada e que possa promover contribuições para a população brasileira; agentes políticos; e pesquisadores, para lidar com o tema, além de transformar as tomadas de decisões em instituições públicas para fins de economia de seus recursos financeiros, garantia de direitos e deveres da sociedade civil, e necessidade do ambiente ecologicamente equilibrado para todas estas variáveis.

Alusões ao uso do *software* Nvivo, suas motivações e seus usos, estará disposto no capítulo metodológico, com o auxílio das incursões realizadas por (MOZZATO; GRZYBOVSKI; TEIXEIRA, 2016) e (ALVES DA SILVA, et al., 2015).

1.2 O OLHAR PARA A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AMPARO PARA MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE

Nesta seção, elementos existentes na legislação brasileira são dispostos como amparo da validação de uma prévia discussão de sustentabilidade já existente

no poder público, com a própria Constituição do país e normativos publicados com o passar dos anos, bem como demandas de acordos mundiais incorporados às diretrizes seguidas no âmbito federal e nacional do Brasil. Registros que motivam o recorte para as representações de sustentabilidade no discurso dos agentes políticos e administrativos do país, que ao assumirem um cargo público, possuem uma série de responsabilidades previamente descritas e que por se tratar de uma nação, também está sujeito a atualizações de suas funções com o passar dos anos.

Colocando a legislação federal em uma linha cronológica, é possível entender melhor como surgem políticas sustentáveis e abordagem da sustentabilidade para o país. Para esse tema, com o recorte adotado no presente estudo, tem início com a Constituição Federal de 1988, a qual além de todo o amparo ao cidadão demonstra cuidado com a questão ambiental. No art. 225 destina ao poder público e à coletividade a responsabilidade de “manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações”. No art. 170, contém a valorização do trabalho humano como cerne.

A Lei nº 8.666/1993 regulamenta o art. 37 inciso XXI, da Constituição, que dita normas para licitações e contratos da Administração Pública, e em seu art. 3º diz “(...) seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção de desenvolvimento nacional sustentável (...)”. Posteriormente, regulamentado pelo Decreto nº 9.178/2017, que altera o Decreto nº 7.746/2012, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a “(...) promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.”.

As Leis nº 9.795/1999, nº 12.187/2009 e nº 12.305/2010, respectivamente, instituem a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Isso mostra que, em 11 anos um número equivalente a quase três mandatos presidenciais representou avanço para a criação de políticas nacionais visando a um desenvolvimento sustentável para o país.

Em 2015, foi promulgada a Lei nº 13.186/2015, que instituiu a Política de Educação para o Consumo Sustentável. Antes, o Poder Judiciário publicou a resolução nº 201/2015, que dispunha sobre a “criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e

implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ)”. A partir de então, cada vez mais a Administração Pública Federal tem se moldado e com o exemplo de uma instituição pública, foi possível abrir espaço para outros poderes da nação.

Existem ainda, e citados anteriormente, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, da Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável, no qual abordar o desenvolvimento sustentável toca em 17 objetivos que permeiam uma totalidade de organização para o “crescimento” de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Na figura 4 é possível conferir todos estes objetivos supracitados.

Figura : 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS



Foram objetivos estabelecidos em 2015, como atualização dos ODM, que visa a sua concretização em até 15 anos. Esses relacionam variáveis econômicas, ambientais e sociais que para o último objetivo possui como proposta as parcerias que podem ser fixadas entre diversas organizações e países para o cumprimento dessas metas. Metas essas que também se esbarram em questões políticas e financeiras, as quais dentro deste recorte temporal de 15 anos, visa à possibilidade de o mundo se adequar a esses objetivos e, em médio e em longo prazo, podem transformar o cenário mundial, frente às mudanças climáticas, volume de indivíduos no planeta e sobrevivência do sistema econômico estabelecido com maior amplitude no planeta.

Há também a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, estabelecida por uma portaria do antigo Ministério do Meio Ambiente (MMA), a qual, para aspectos voltados ao Brasil, incentiva a criação de planos sustentáveis para as instâncias dos Três Poderes da União (MMA, s.d). Além de incentivar municípios brasileiros, para a adequação de seus critérios, na qual “a adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública ao mesmo tempo em que promove a preservação do meio ambiente” (MMA, s.d). Em 2020, a Portaria MMA nº 326 instituiu o programa A3P e estabeleceu suas diretrizes.

Um documento significativo para esse assunto é elaborado em 2016 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), com título “Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis”, promove uma síntese que aborda a integração intersetorial, federativa e territorial. O que também é compreendido como uma adequação para a tomada de decisões políticas em âmbito Federal, estadual, municipal, trazendo atualizações às medidas de desenvolvimento sustentável já amparadas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Com a adequação dos órgãos federais do país, o Senado Federal, com o apoio e atuação do corpo funcional do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais – NCAS (nomenclatura utilizada para a seção desse órgão até o ano de 2020), é realizado o Curso Câmaras Verdes que, até 2019, era oferecido apenas na modalidade presencial pelo Interlegis¹⁷. Com o objetivo principal de “compartilhar a experiência do Senado Federal na elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) e motivar gestores públicos a adotarem este instrumento de gestão nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais” (ISAP, 2019, p.9).

O documento sobre Iniciativas Sustentáveis para a Administração Pública – ISAP, foi realizado com o intuito de difundir boas práticas na Administração Pública, não se restringindo a mesma, e podendo servir de exemplo também para outras organizações que almejam adotar esse critério citado como exemplo. Em sua apresentação, elucida:

¹⁷ Programa do Senado Federal criado com o objetivo de fortalecer o Poder Legislativo no país, estimulando a modernização e a integração das diversas Casas Legislativas do Brasil (podendo haver trocas interativas também pelo mundo). Por meio da transferência de tecnologia e ações de capacitação. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/interlegis/sobre/o-que-fazemos>> Acesso em: abr, 2020.

A difusão de boas práticas e o incentivo à adoção de ações de sustentabilidade na Administração Pública são os objetivos almejados para o alcance de uma gestão baseada na eficiência dos gastos institucionais e dos processos administrativos e no uso racional dos recursos naturais (ISAP, 2019, p.9).

Ainda com o recorte voltado ao Poder Legislativo brasileiro, também em 2019, foi criada a Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo, o Legislativo Sustentável, com o objetivo de, tendo a adesão de câmaras municipais, assembleias legislativas e tribunais de contas, compartilhar boas práticas sustentáveis no âmbito do Legislativo (ECOCÂMARA, 2020). Fazem parte da Rede, por termo de cooperação, o Tribunal de Contas da União, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, a qual desde sua criação tem obtido a participação de municípios do estado de São Paulo, Rio de Janeiro, e outros.

Porém, para esses últimos meios citados, os órgãos municipais precisam demonstrar interesse, assim como a inserção no Programa de Cidades Sustentáveis (que será melhor descrito em outro momento), visto que ainda não há uma obrigação direta para a adoção dessas iniciativas. Possivelmente por isso, no contexto da Câmara Municipal de Araguaína e de outros municípios pelo país, ainda não há um expressivo volume no uso declarado e regimentado de ferramentas dessa natureza, para a conquista de um desenvolvimento sustentável local.

Em uma breve pesquisa acerca da legislação do estado do Tocantins e lei orgânica do município de Araguaína, foi possível notar a presença de cuidados com o desenvolvimento sustentável e meio ambiente, porém ainda não há dispositivos que estabeleçam tais demandas, de forma mais específica, para a administração pública local ou município de modo geral e estritamente ligado ao desenvolvimento sustentável com a enumeração de ações e iniciativas estabelecidas e referidas em leis.

Atualmente em tramitação, existe o Projeto de Lei nº10.453/2018, de origem do Senado Federal, que visa a melhor organização e obrigatoriedade da adoção do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) para o legislativo de forma nacional. Parte do Projeto de Lei do Senado Federal (PLS nº 717/2015), que versa sobre as “diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de responsabilidade socioambiental a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”, com a finalidade de “garantir a proteção do meio ambiente e o combate à poluição nas atividades dos órgãos e entidades públicos”.

Tal iniciativa também pode ser um passo para tocar representações oriundas de agentes públicos e políticos para a discussão da sustentabilidade no município de Araguaína – TO, proposição que pode vir a enriquecer pesquisas futuras que associam a atual representação de sustentabilidade de seus agentes, com uma representação posterior à aprovação e implementação do PLS supracitado, de forma geral, e no que possa promover a compreensão local de forma organizacional e que esteja baseado na criação de leis municipais em conformidade com os objetivos promovidos pela Agenda 2030.

1.3 CIDADES SUSTENTÁVEIS

Ao observar a crescente demanda para um desenvolvimento sustentável de diversos países e nações, como também em conformidade com os ODS, é primordial fazer um panorama de como o mundo tem se organizado para tal progresso. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido essencial para tal movimentação, com iniciativas já citadas anteriormente. Porém, além dessas, há outras que aqui serão compreendidas como práticas (oriundas também da ONU). Aqui também serão trazidos aspectos discursivos acerca da legislação pertinente e artigos científicos.

No Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, são estabelecidas diretrizes gerais da política urbana e outras providências. Em seu conteúdo, o art. 2º versa sobre a garantia do direito a cidades sustentáveis, sendo compreendido como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001). Nesse aspecto, além da filiação ao que está presente na lei, entende-se por cidades sustentáveis o conjunto de políticas, planos, programas, projetos e ferramentas de iniciativa pública e/ou privada, para as cidades, que visam a uma gestão democrática e cooperativa de seus atores em prol do desenvolvimento sustentável e bem-estar social.

Os autores que versam sobre a temática trazem conceitos e discussões congruentes ao que está na lei, além de problematizar o papel do Estado e população nesse contexto consonante. Para a pesquisa, a abordagem realizada por

Carla Canepa (2005), Carlos Sundfeld (2006), e Juliana Vieira (2012) ampara a visão do que se entende como “cidades sustentáveis”. Aqui, essa última autora será tida como referência norteadora à associação de como promover cidades sustentáveis, em que para a implementação de cidades sustentáveis, parte do dever do poder público e sociedade o estabelecimento de premissas e estratégias que pautem a efetiva implementação de políticas e práticas sustentáveis, com o uso de ferramentas e indicadores econômico/ambientais (VIEIRA, 2012).

Seguindo do macro para o micro, vale citar as redes de Cooperação Técnica Internacional (CTI) reconhecidas pelo campo dos estudos das Relações Internacionais. A rede de CTI, com parcerias entre municípios brasileiros, com o Programa Cidades, insere-se como uma vertente do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) (SARAVALLI, 2020). O Pacto Global da ONU se apresenta como uma das maiores iniciativas de sustentabilidade corporativa do mundo (SARAVALLI, 2020).

O escopo do Pacto Global é a defesa e o comprometimento das empresas em relação a 10 princípios voltados para os Direitos Humanos, Direito ao Trabalho, Meio Ambiente e Combate à corrupção. Posteriormente, após a Cooperação das Partes (COP) 21, o Pacto Global incorporou também os 17 ODS. Em 2003, foi criado o programa Cidades do Pacto Global da ONU foi concebido com o foco na área governamental urbana, com atuação em rede de cooperação técnica internacional oferecendo ferramentas para o desenvolvimento sustentável das cidades. (SARAVALLI, p. 17, 2020)

Conjuntamente as redes internacionais que são formadas para a atuação do desenvolvimento sustentável em microesferas, são considerados também alguns outros parâmetros de cidades sustentáveis que, segundo Saravalli (2020), há uma colocação em meio às abordagens de cidades inteligentes e inovadoras, na qual essas cidades lideram outras cidades e regiões pelo exemplo (SARAVALLI, 2020) de suas iniciativas bem-sucedidas na qualidade de cidades percebidas como sustentáveis. Tudo por meio das colaborações, ações contínuas e práticas de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, Teller (2003) enumera itens que subsidiam cidades a alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável. Trata-se de princípios de Melbourne para cidades sustentáveis com questões que perpassam o ambiental, social, econômico, além de propostas de valor cultural (TELLER, 2003).

1. Fornecer uma visão de longo prazo para as cidades com foco em sustentabilidade, respeito às futuras gerações, equidade econômica/política

e respeito à sua individualidade; 2. Alcançar segurança econômica e social a longo prazo; 3. Reconhecer o valor intrínseco da biodiversidade e dos ecossistemas naturais visando sua proteção e restauração; 4. Permitir que as comunidades diminuam sua destruição ecológica; 5. Respeitar as características dos ecossistemas no desenvolvimento e nutrição de cidades sustentáveis; 6. Reconhecer e desenvolver as características distintivas das cidades, incluindo suas características e valores culturais, história e sistemas naturais; 7. Capacitar pessoas e promover a participação; 8. Expandir e permitir que as redes cooperativas trabalhem em direção a um objetivo comum e sustentável futuro; 9. Promover produção e consumo sustentáveis, através do uso apropriado de tecnologias ambientalmente saudáveis e gerenciamento eficaz da demanda e 10. Possibilitar a melhoria contínua, com base em responsabilidade, transparência e boas práticas de governança. (TELLER, 2003, p. 137-138, apud SARAVALLI, p. 75-76, 2020).

A Agenda 2030 possui forte influência para a realização de tais práticas sustentáveis, encontrando-se como provedora de objetivos que guiam o mundo para essa forma de desenvolvimento. A ONU também possui o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. Este, com sede em Nairóbi, Quênia, visa ao melhoramento da qualidade de vida no presente, sem comprometer a mesma para as gerações futuras (UNEP, s.d.). O PNUMA existe por meio de ações financiadas por parceiros, e organizadas com políticas e estratégias que promovem o engajamento da sociedade civil e do setor privado, Sempre promovendo a liderança e engajamento de seus atores para um cuidado consciente com o meio ambiente.

Na qualidade de agência implementadora, a *United Nations Environment Programme* - UNEP com o PNUMA possui projetos-piloto com o Planejamento Integrado e Tecnologias para Cidades Sustentáveis - CITInova. Atualmente, Brasília-DF e Recife-PE encontram-se como pioneiros para o uso de ferramentas para gestão e planejamento integrado e georreferenciados (CITInova, 2019). Esses projetos pilotos visam, com suas tecnologias inovadoras, um impacto em escala nacional, e agregarão as iniciativas presentes na Plataforma do Conhecimento para Cidades Sustentáveis. Para o *ranking* do cumprimento dos ODS em 2022, as 10 cidades com melhor colocação estão na região Sudeste do país, mais precisamente no estado de São Paulo (PCS, 2022)

Essa plataforma faz parte do Programa Cidades Sustentáveis - PCS, que proporciona o acesso às metodologias, às ferramentas e ao conteúdo de apoio ao planejamento municipal sustentável (PCS, 2021). O PSC reafirma o compromisso municipal com a Agenda 2030, o que pode promover um maior monitoramento de dados da real situação atual do país para a temática. Além de compartilhar boas práticas para tal desenvolvimento, essa iniciativa pode promover um melhor

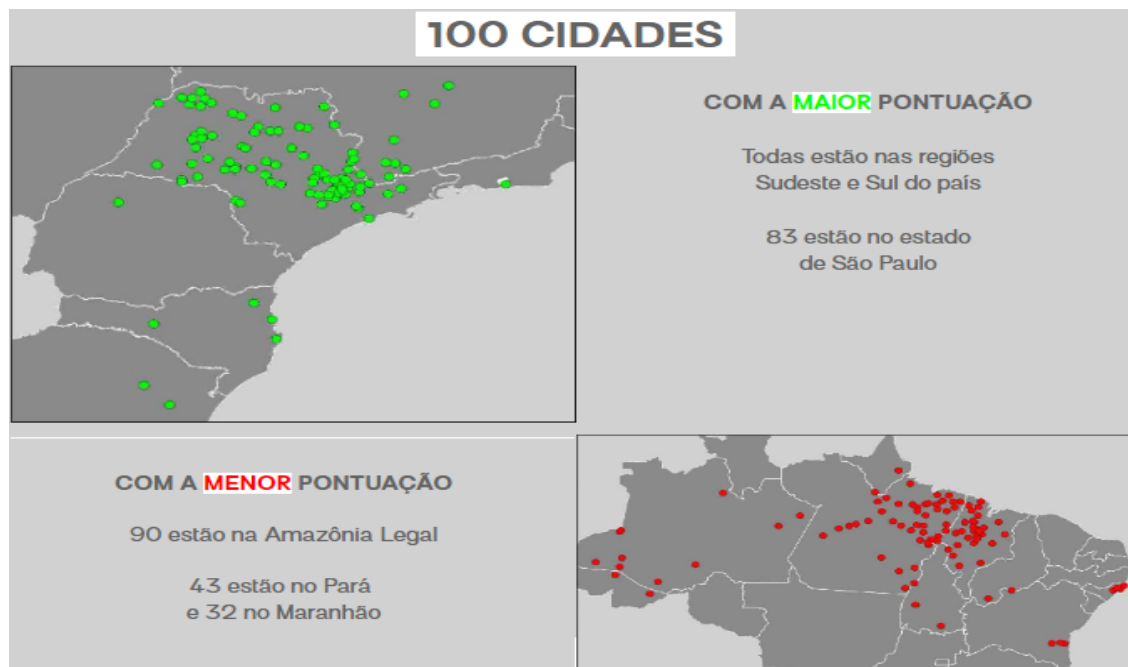
desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis para o planejamento urbano e regional das unidades federativas do Brasil. O PSC possui dados de 5570 municípios brasileiros que compõem o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) junto aos 17 ODS da Agenda 2030 (IDSC, 2022).

Em notícia publicada pela plataforma do PSC, Airtton Goes (2021) versa sobre a baixa pontuação das cidades inseridas no bioma amazônico, revelando grande preocupação com a situação ambiental da região. Na análise realizada por meio dos dados da plataforma, dos 51 municípios inseridos no bioma, Manaus-AM encontra-se como o mais bem colocado. Porém, no ranking nacional a mesma cidade ocupa a 260ª colocação (GOES, 2021). A depender do recorte, seria um dado tido como positivo, no entanto, de acordo com o teor da matéria, não é. Nesse cenário, os ODS que tratam de saúde e bem-estar; educação de qualidade; e redução das desigualdades, contribuem para a baixa pontuação (GOES, 2021).

No estado atual, para 2022, há 90% das cidades com menor pontuação localizadas na região da Amazônia Legal (PCS, 2022). E mesmo com o passar dos anos, é uma situação que chama a atenção, principalmente pelo volume de financiamentos voltados para o desenvolvimento dessa região do país, em conjunto com a preocupação ambiental e financiamentos para a preservação da floresta Amazônica. Na figura a seguir foi realizado um recorte do site oficial do PSC, para fins de visualização do que está sendo aqui exposto.

Figura : 100 cidades com maior e menor IDSC – BR em 2022

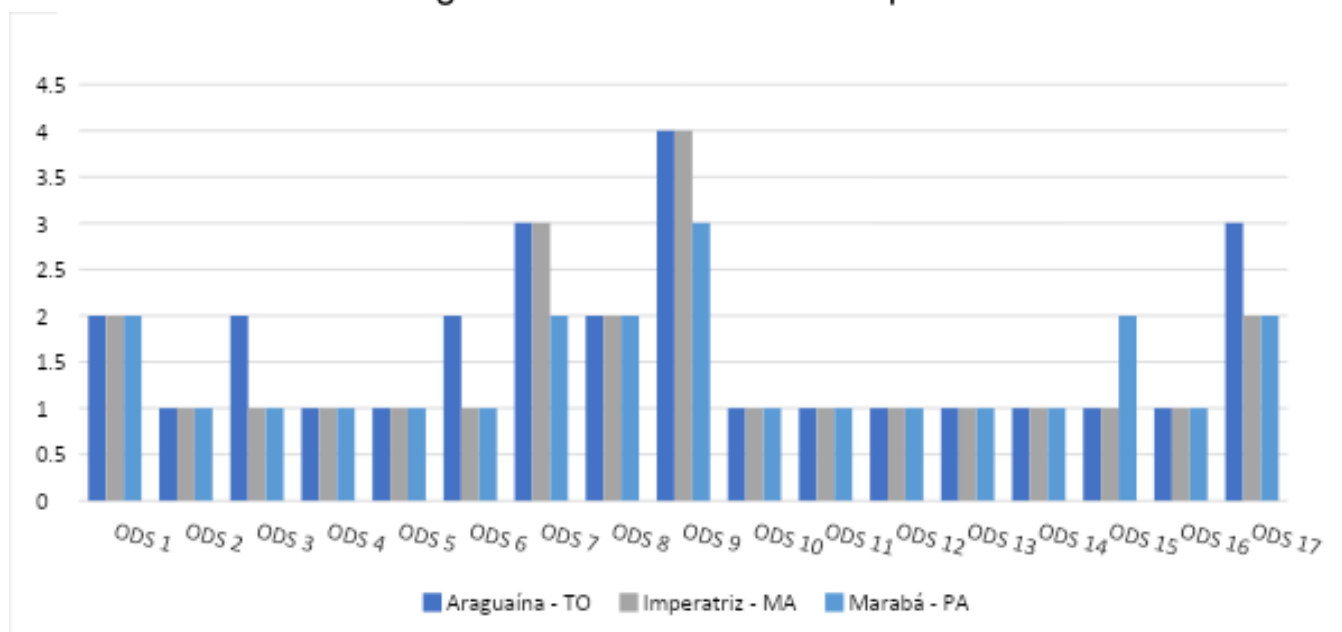
Fonte: Imagem disponível no website <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/idsc-br> .



Acesso em: out, 2022.

Olhando para os dados presentes na plataforma do PCS, foi possível elaborar um gráfico com cidades médias próximas à Araguaína – TO, sendo elas a própria cidade de Araguaína, o município de Imperatriz – MA e Marabá – PA, que já possuem dados de seus índices de sustentabilidade na plataforma. Os três estados aqui abordados foram selecionados por possuírem proximidade territorial, fazerem parte do território da Amazônia Legal e possuírem cidades médias de interação. Essas cidades médias que interagem estão contempladas pelos estudos publicados por Pacífico Filho et al. (2020), os quais versam sobre interações regionais entre os municípios de Araguaína-TO, Marabá-PA, Imperatriz-MA. As informações visuais podem ser observadas na Figura 6.

Figura : Gráfico do IDSC-BR para 2022



Fonte: Elaborado e adaptado pela autora, com uso das informações presentes no banco de dados de IDSC – BR disponível para download no [website](https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/idsc-br)

<https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/idsc-br> . Acesso em: out, 2022.

No banco de dados do IDSC – BR, quando é colocado um número absoluto para suas rotulagens de cores, é possível notar que os avanços da cidade de Araguaína em alguns dos ODS com significativo *ranking*, é acompanhado por uma categoria menor dos outros municípios. Nesse sentido, o valor maior foi associado a uma melhor colocação da rotulagem do *ranking*, e um menor para uma pior colocação. Dessa forma, ainda abre espaço a colocações anteriormente discorridas por interações entre cidades médias em seu contexto regional (PACÍFICO FILHO et al., 2020), bem como o axioma de uma possível influência da cidade de Araguaína em relação a essas outras duas, num olhar para a tomada de medidas de sustentabilidade, em termos de cidades sustentáveis que venham a ser tidas como exemplo (TELLER, 2003) nas políticas públicas de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, a partir também das tomadas de decisões de seus agentes políticos.

Assim, na Figura 7, com a uma conferência prévia dos índices dessas cidades nas séries temporais presentes nos dados supracitados, visualiza-se na forma de cores e extraído do banco de dados do IDSC – BR, com algumas adaptações, tal relação. Entende-se que tais informações e afirmativas requerem estudos aprofundados, porém, também vale registrar as sinergias que podem ser originadas

de tais iniciativas, o que promove ainda mais recursos para a discussão do desenvolvimento sustentável na região da Amazônia Legal, fomentando a transformação da compreensão desses conceitos por seus atores em interação.

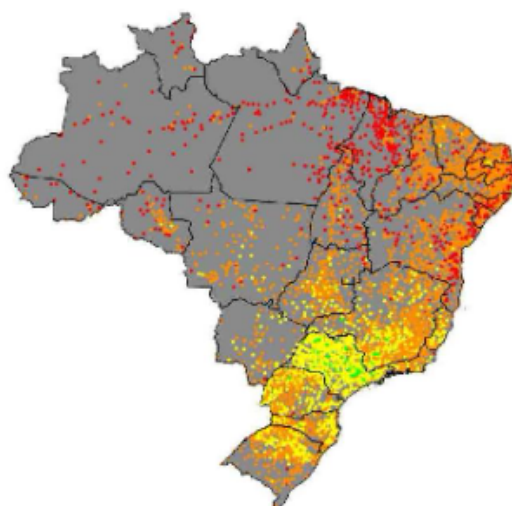
Na interpretação das informações presentes na Figura 7, é possível observar que Araguaína possui o menor volume de índices tidos como muito baixo, seguido de Marabá – PA e Imperatriz – MA. Nessa na classificação geral dos municípios brasileiros, o município de Araguaína encontra-se em 2794º; Imperatriz, em 3076º e Marabá, em 5461º de um total de 5570 municípios do país.

Saindo um pouco do escopo restrito de cidades sustentáveis, e para alguns, indo além do recorte delimitado, com os olhares voltados à cidade, é possível perceber que elas possuem diversas redes e formas de interação. Essa afirmativa baseia-se principalmente nas “interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior” (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p.9), em que este e outros atributos para cidades médias são abordados pelos autores, e anteriormente já haviam sido elencados em Amorim Filho (1984). Em Lajugie (1974, apud AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p.2), cidades médias poderiam ser atribuídas como cidades de porte médio, visto que para o autor, não seria utilizado apenas o sentido funcional do termo.

Figura :Adaptação da relação IDSC-BR com as cidades médias de Araguaína – TO, Imperatriz – MA e Marabá - TO

NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO

É definido pela pontuação das cidades de acordo com cinco faixas:



Muito alto – 80 a 100 pontos

Alto – 60 a 79,99 pontos

Médio – 50 a 59,99 pontos

Baixo – 40 a 49,99 pontos

Muito baixo – 0 a 39,99 pontos

Município	ODS 1: Painel	ODS 2: Painel	ODS 3: Painel	ODS 4: Painel	ODS 5: Painel	ODS 6: Painel	ODS 7: Painel	ODS 8: Painel	ODS 9: Painel	ODS 10: Painel	ODS 11: Painel	ODS 12: Painel	ODS 13: Painel	ODS 14: Painel	ODS 15: Painel	ODS 16: Painel	ODS 17: Painel
Araguaína - TO																	
Imperatriz - MA																	
Marabá - PA																	

Fonte: Adaptado pela autora, com uso das informações presentes no banco de dados de IDSC – BR disponível para download no website <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/idsc-br>, bem como figuras presentes no próprio site. Acesso em: out, 2022.

Com relação às classificações dos critérios que as cidades devem possuir para serem tidas como cidades médias, há várias possibilidades, sendo essas descritas por Amorim Filho e Serra (2001), que versam sobre seu tamanho demográfico, relações externas, estrutura interna, problemas sociais, níveis de desenvolvimento, condições geográficas e processos de formação histórico-social. Para os autores, essas qualidades são oriundas de cada processo de formação do país e/ou região em questão, sendo o tamanho demográfico mais utilizado para classificá-las. Cidades médias são tidas a partir de 100 mil habitantes, principalmente pelos níveis complexos de divisão do trabalho e pela grande diversificação de bens e serviços inerentes às esferas locais (SANTOS, 1994).

Em Santos (1994), além de fazer a articulação de conceito para cidades médias, o autor também faz uma espécie de previsão acerca de suas

características. Para Santos (1994), as cidades médias se transformam ao longo do tempo, principalmente por sua estrutura socioeconômica. As cidades médias se transformam conforme a evolução do próprio sistema urbano (AMORIM FILHO; SERRA, 2001). É possível compreender que depende de cada cenário. Pode ser o conjunto de suas redes produtivas e etapas de crescimento de seus diversos setores que compõem a cidade, como podem ser dados de seu tamanho demográfico. Vale ressaltar que, nessa discussão independe o recorte abordado para discutir esses critérios. Para a abordagem, adota-se a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo cidades médias as que possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes.

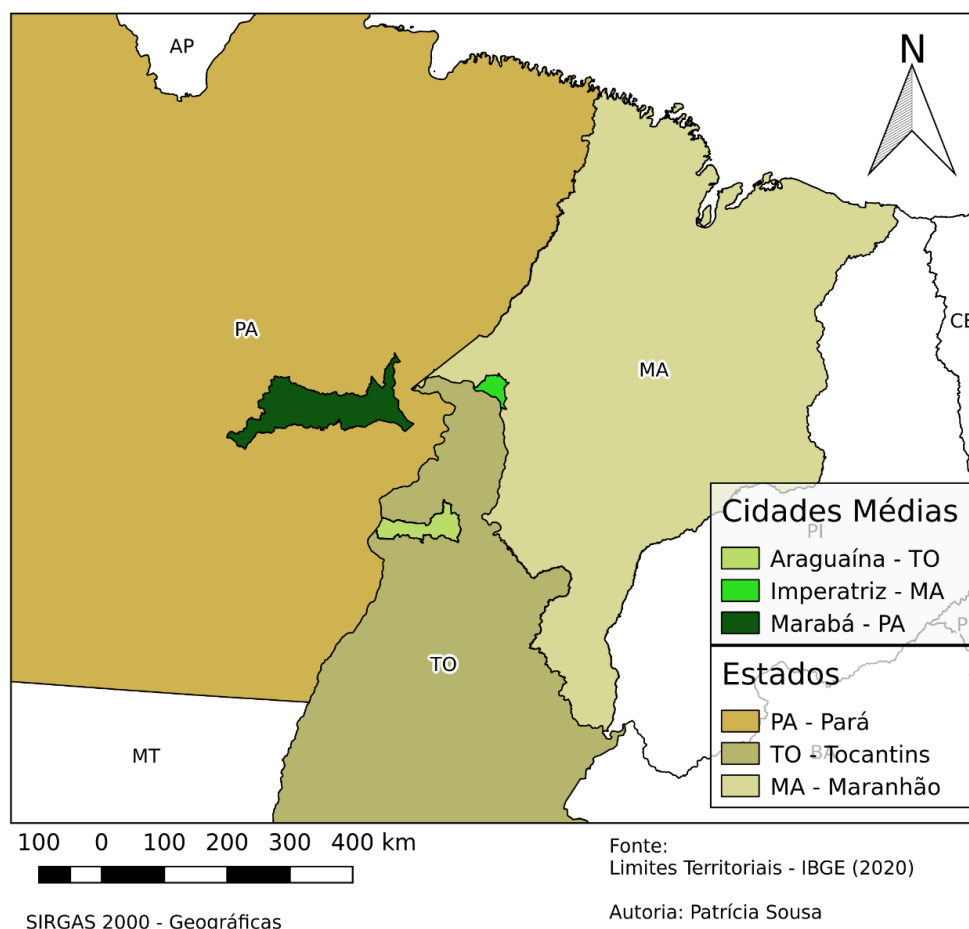
As cidades médias e seu crescimento possuem papel estratégico para políticas urbanas de desenvolvimento regional (AMORIM FILHO; SERRA, 2001). As interações entre cidades desse porte podem contribuir para estudos, que alocados na área do planejamento urbano e regional beneficiam o panorama de dados para compreender melhor como se dão tais relações e influências para o desenvolvimento regional e de cada localidade.

No documento sobre Regiões de Influência das Cidades – 2018, do IBGE, Araguaína - TO, Imperatriz - MA e Marabá - PA estão classificadas como capitais regionais C, além desse fato, no teor do trabalho de Pacífico Filho *et. al* (2020) também ocorre tal associação. Em Gomes Júnior (2015), Antero (2019) e Pacífico Filho *et. al* (2020) são realizadas diferentes análises que relacionam as três cidades por sua notória interação.

Na Figura 8 é possível visualizar um mapa, a fim de proporcionar uma percepção espacial do que diz respeito às cidades citadas.

Figura 8: Mapa da localização geográfica de Araguaína – TO, Imperatriz – MA e Marabá - TO

Cidades Médias em interação Regional



Fonte: Elaborado pela autora, com uso das informações presentes no banco de dados de Limites Territoriais do IBGE (2020).

São interações que ressaltam a possibilidade de relacionar as possíveis redes de desenvolvimento, que já estão postas na realidade municipal e que podem vir a ser transformadas com o passar dos anos. Pois, a interação entre cidades médias vai além das aqui levantadas. Segundo Steinberger e Bruna (2001), há uma indagação com base em reflexões de uma experiência brasileira de planejamento territorial para cidades de porte médio e implicações, para uma consideração de seus elos de ligação entre os espaços urbanos e regionais com o interesse público e privado.

Para O. Goulart, T. Terceiro e V. Otero (2013), as interações aqui levantadas são elencadas como dinâmicas que associam as cidades médias dentro de um viés de

interesses majoritariamente econômicos. Os autores examinam o alcance do Estatuto da Cidade na condição de marco para estudo comparativo entre três cidades médias paulistas. Em Cabral e Marques (1996), foi realizado um estudo para as cidades médias portuguesas e como poderia ser associado seu planejamento estratégico com o desenvolvimento sustentável. Em Mendes et al. (2004), são abordadas as contribuições para o desenvolvimento sustentável em cidades médias portuguesas e brasileiras.

Mesmo que o foco principal seja o município Araguaína - TO, particularmente a análise de discurso de seus agentes políticos para fins de contribuições científica, bem como a análise da ocorrência das representações de sustentabilidade dos mesmos, as informações acerca de outras interações municipais também tocam nas representações de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável oriunda de seus atores. Pois, em meio às sinergias que envolvem seus atores (humanos e não humanos) (LATOUR, 2012), aos fatores de territorialidade com a alocação dos mesmos em um espaço geográfico e território usado (SANTOS, 2006), às histórias existentes nesse contexto (AMORIM FILHO; SERRA, 2001) e ao uso de ferramentas econômicas, sociais e ambientais (SACHS, 2002), expõem o sentido de ir um pouco além de incursões e recortes padrões.

1.4 DESAFIOS MUNICIPAIS DIANTE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RELAÇÕES POLÍTICAS

É desafiador associar representações de sustentabilidade sem tocar em discussões ligadas a filósofos e pensadores, que de modo atemporal abordam temáticas e conceitos antigos e que reverberam discussões na era contemporânea. Nesse sentido, a presente seção concentra-se na abordagem dos desafios municipais diante do desenvolvimento sustentável, com incursões iniciais de Barreira (2010), Moreira (2010) e Pêcheux (1990) que tocam em pontos que expõem a realidade por espoliação vivida no Brasil, sem se ater muito às discussões sociológicas por trás desse assunto.

São incursões adotadas a fim de introduzir os desafios que antes de serem municipais, são sociais. Pode ser entendido como uma rasa abordagem apenas para fins de “tocar” no assunto.

A sociedade brasileira está fundada historicamente sob acontecimentos controversos em meio à cultura de espoliação urbana e de forças de trabalho (BARREIRA, 2010). Partindo dessa premissa, “O sujeito do capital, “livre e de direitos”, dividiu-se numa relação essencialmente necessária a sua reprodução social” (MOREIRA, p. 45, 2010). Em outras palavras, existe a relação de produção entre os indivíduos (de modo alienado) com a exploração do homem pelo homem como lógica, e os anseios de uma vida pública cidadã em que os indivíduos lutam por direitos e deveres em espaços políticos do Estado (MOREIRA, 2010). Dada essa percepção, Barreira (2010) discorre acerca da espoliação urbana citando Kowarick (1983).

O conceito de espoliação, sistematizado mais especificamente em obra anterior (Kowarick, 1983), teve por objetivo agregar, de modo estrutural, a idéia de uma força de trabalho submetida a formas de extorsão que extrapolavam o domínio da fábrica. O uso deficitário do transporte, a precariedade da moradia, a dificuldade de acesso a bens coletivos de consumo configurava a vigência de condições insatisfatórias de reprodução social, típicas do capitalismo consolidado em uma metrópole brasileira de “subdesenvolvimento industrializado”. (BARREIRA, p. 150 - 151, 2010).

Para o trecho que diz “O uso deficitário do transporte, a precariedade da moradia, a dificuldade de acesso a bens coletivos de consumo (...)” (BARREIRA, p. 151, 2010) traz familiaridade ao Brasil de 2022, mesmo com leis, normativos, políticas, planos, metas e compromissos. Um país com diversos perfis societários que ainda hoje se digladiam em busca de reconhecimento e direitos que estão declarados na Constituição brasileira e que é de conhecimento de poucos. As peculiaridades da revolução burguesa, por exemplo e segundo Pêcheux (1990), foram captar as diferenças quebrando barreiras com a universalização das relações jurídicas paralelamente à circulação do dinheiro, das mercadorias e trabalho. Segundo Pêcheux (1990, p.10), “para tornar-se cidadãos, os sujeitos deviam, portanto, se libertar dos particularismos históricos, cujo o imediatismo visível os entravavam: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus “preconceitos”...” (PÊCHEUX, p.10, 1990).

Para além das transformações sociais e condições de vida na cidade, a espoliação urbana é aqui abordada como “(...) uma “arma teórica” capaz de atingir o cerne das desigualdades sociais” (BARREIRA, 2010, p. 151), na qual a “espoliação urbana constituía uma espécie de “mais valia” peculiar a indivíduos destituídos de

direitos de acesso a bens coletivos e garantias cotidianas de sobrevivência” (BARREIRA, 2010, p. 151). Além de interações relacionadas ao trabalho no contexto urbano, podem emergir outras variáveis de tal perspectiva. Ainda em Barreira (2010, p.154):

O “direito a ter direitos”, expressão da autora utilizada em muitos trabalhos sobre movimentos sociais e também empregada por Kowarick nas inferências sobre as dificuldades de efetivação da cidadania, representava a possibilidade de ampliação de um espaço democrático no qual setores sociais poderiam reivindicar mecanismos de participação e reconhecimento. (BARREIRA, p. 154, 2010).

Setores sociais que com o passar dos anos promoveriam direitos com a possibilidade da participação ativa e reconhecimento de seus atores com o uso de novos meios para mitigar desafios. Em uma visão utópica isso poderia ocorrer ampla e uniformemente pelo mundo, porém, mesmo que haja iniciativas que visem a amortizar tais questões, ainda assim o mundo permanece em crise. Mesmo que não declarada em algumas localidades do globo terrestre.

Em Moreira (2010, p.67) é:

a partir de 1970 a forma da crise que se abate sobre a autorreprodução do sistema afeta de modo mais profundo todas as esferas, pois tanto a produção, a circulação e o consumo sofrem um refreamento em sua dinâmica expansiva e acumulativa.

Logo, o estabelecimento dos municípios brasileiros não foge à realidade posta e que reflete a realidade atual da sociedade. Contudo, é em meio a esses desafios que se devem tomar decisões que possam trazer certa esperança ao amparo das demandas populares, econômicas e ambientais de cada região.

Na esfera municipal, existem vários meios de transformar a realidade atual, em se tratando de uma menor organização em relação à dimensão nacional e esfera Federal. As possibilidades vão além das citadas no item que versa sobre cidades sustentáveis. Compreendendo a amplitude territorial do Brasil e ainda sua expressiva desigualdade, os municípios que se inserem na discussão do desenvolvimento sustentável, bem como geram e criam mecanismos para tanto, podem ser vistos como privilegiados. Com a globalização e o uso de diversas tecnologias, essa realidade também pode se apresentar em localidades de menor influência geográfica, territorial e regional.

Por envolver princípios multi e interdisciplinares, associados a uma agenda tida como compromisso do estado (Agenda 2030), e possuir mecanismos consonantes com o que prevê o Estatuto da Cidade, as políticas públicas e necessidades econômicas para o desenvolvimento do país, a abordagem e análise de discursos de sustentabilidade possuem espaço fértil para a discussão aqui apresentada. São elementos para um desenvolvimento sustentável, questões socioeconômicas, socioambientais e territoriais que estão postas. Políticas de Estado estão ligadas a tais transformações e permeiam a heterogeneidade do território.

É uma proposição que avança sobre, além de gerar subsídios para iniciativas e preferências políticas e ideológicas, além de sociais, econômicas, espaciais, ambientais e culturais, fazendo-se uma sinergia de áreas dos saberes inicialmente técnicas e restritas, com o território usado¹⁸ e suas particularidades em meio ao propósito de desenvolvimento iminente. Trazendo para o presente recorte, território é visto como uma extensão apropriada e usada (SANTOS, 2006). Sendo empregado o termo *território usado* para analisar sistematicamente a constituição do território de acordo com seus processos históricos, por meio da evolução técnica e tecnológica de Estados e nações no espaço ocupado (SANTOS, 2006), o território é um resultado histórico das intervenções humanas em períodos e etapas variadas até os dias atuais.

Sendo de interesse comum o bem-estar social, a temática abordada na pesquisa e a presente seção, requerem associar particularidades do planejamento urbano e regional com o desenvolvimento sustentável, por possuírem demandas socioeconômicas e socioambientais, no ponto de convergência em que estão inseridas em um Estado-nação com direcionamentos constitucionais para tanto. Além dessa associação, aspectos mais voltados aos desafios municipais nesse cenário, também são levantados.

Silva e Rauli (2009) versam sobre a necessidade de amadurecimento de bases institucionais, demanda essa ligada a processos específicos e históricos de cada país. O Brasil, assim como outros países, possui desafios a serem rompidos, contudo, é por meio de planejamento que tais barreiras podem vir a ser solucionadas ou amenizadas. O próprio campo do planejamento urbano e regional,

¹⁸Conceito amplamente trabalhado por Milton Santos (2006).

de modo geral, possui desafios. Em Ribeiro (2002), tais desafios são abordados desde o cunho de atualizações até questões pedagógicas, interdisciplinares, de formação, dos fundamentos da área e institucionais. A democratização do espaço (RIBEIRO, 2002), novo dinamismo de suas relações e uma melhor interpretação do espaço geográfico pela sociedade brasileira (SANTOS, 2006), seria uma forma de solucioná-los.

No que tange às questões socioeconômicas e socioambientais, à própria atuação de agentes políticos e administrativos na sociedade de forma crescente, salienta sua necessidade de compreensão do desenvolvimento, isso consolida o seu papel como servidores públicos, e pelo lugar que ocupam e representatividade regional, a importância de tal entendimento, o que pode ser cada vez mais explorado e apropriado no campo das pesquisas e estudos. São duas frentes que inicialmente não conversariam e superficialmente não teriam nenhuma relação. Mas tal relação aqui realizada, pode trazer novas perspectivas do quanto as contribuições internas e externas da sustentabilidade podem mudar a forma de se fazer economia no Brasil, bem como gerir a sociedade e manter o ambiente disponível para o desenvolvimento sustentável local e nacional.

Com o amparo das breves incursões levantadas, foi possível estabelecer direcionamento às demandas do desenvolvimento, com um olhar mais voltado ao município. Desse modo, vislumbrando os produtos que as organizações municipais promovem à sociedade, principalmente na esfera do Poder Legislativo, no qual se aprovam leis, desenvolver em respeito às gerações presentes e futuras é o que se espera das câmaras municipais.

Com a existência da Agenda 2030, Rede do Legislativo Sustentável, bem como o Programa Cidades Sustentáveis, é uma discussão que pode vir a ser apresentada para a realidade local, em paralelo com a AD de seus agentes. Por meio de documentos oficiais que conferem o registro do que tem sido amplamente difundido e abordado na Câmara Municipal de Araguaína – TO.

Para o que vem sendo abordado nas instituições de ensino superior federais Franco et al. (2017), Medeiros Júnior (2004), Petrellie e Colossi (2006) e Tauchen (2007) em suas produções, e como já citado na seção do avanço e interação do discurso de sustentabilidade, discorreram acerca da importância da disseminação de conhecimento para a abordagem das muitas faces que envolvem o desenvolvimento sustentável para o país. Aqui há a relação de algumas publicações inseridas no

olhar de um instrumento de gestão, com o planejamento urbano e regional, elementos de sustentabilidade e aplicações nas IES e municípios brasileiros.

A capacidade de proporcionar uma gama de conhecimentos técnicos e científicos aos discentes, assim como despertá-los para questões ambientais e socioambientais dentro da realidade social, fazem parte do papel das instituições de ensino e do próprio ensino superior (FRANCO et al., 2017, p. 222). Tais instituições possuem *campus* espalhados por diversos municípios do país. Essas instituições encontram-se cumprindo e se adequando à legislação vigente, nas instâncias do desenvolvimento sustentável.

Um caso municipal bem-sucedido é o de Esteio, no Rio Grande do Sul, que por meio da Resolução nº 749, de julho de 2019, pôde estabelecer diretrizes para a elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável de sua Câmara Municipal. A dissertação de Helbert (2019), concentra-se em uma proposta de modelo de PLS ao município de Cachoeira do Sul, também do estado do Rio Grande do Sul. O município de Birigui – SP, faz parte do Programa Cidades do Pacto Global da ONU, além de outros municípios paulistas e paranaenses abordados (SARAVALLI, 2020). Como esses, outros municípios não citados na presente abordagem também possuem medidas de sustentabilidade.

Com o Programa Cidades Sustentáveis, e como apresentado na Figura 7, para o Brasil, os municípios localizados na região Sul e Sudeste possuem maior volume de registros e pontuação para a adoção de medidas de sustentabilidade promovidas pelos painéis dos ODS. As outras regiões, mesmo que com índices qualificados como baixo e muito baixo, também possuem iniciativas. Sendo assim participantes de uma plataforma que monitora ações de sustentabilidade, também percebido como um meio de difusão de conhecimento, como uma percepção mínima de sustentabilidade de agentes políticos que representam publicamente essas localidades.

Com os olhares voltados à cidade de Araguaína, nota-se um solo fértil para tal transformação e validação destes mecanismos para uma cidade, gestão política e desenvolvimento mais sustentável. Pois, ainda olhando para as informações dispostas no banco de dados do Programa Cidades Sustentáveis, no *ranking* nacional ocupa a 2794ª posição, entre os 5570 municípios, e para fins de visualização para o estado do Tocantins, está em 11º. Nessa posição, fica atrás da capital do estado, Palmas, além de municípios como Porto Nacional, Cachoeirinha,

Talismã, Gurupi, Tabocão, Colinas do Tocantins, Tocantinópolis, Abreulândia e Mateiros, para o estado.

Em meio a estas relações, o social e as relações humanas se instalam. Por trás disso, o sistema capitalista se relaciona com o trabalho e suas forças, bem como os indivíduos e posicionamento na sociedade, o dinheiro, os meios e necessidades de produção, o desenvolvimento em foco e fenômenos que relacionam e buscam explicar a realidade por meio da história e da linguagem (LUKÁCS, 1966); (VAISMAN, 1989); (NETTO, 2007); (COSTA, 2008); (INDURSKY, 2008); (FLORENCIO et al., 2009). Tais fenômenos ora já foram registrados e discutidos, ora fazem parte do ideal de pesquisadores que buscam soluções diante da crise do capital e falência planetária.

É sabido¹⁹ que para a atuação e atualização de políticas e planos que envolvam planejamento local e institucional, perpassa-se por interesses e desafios políticos. Por perpassar essas instâncias, é esperado que os atores dessa particularidade, em se tratando dos agentes políticos e administrativos da Câmara Municipal de Araguaína – TO, possam existir conflito de interesses políticos, econômicos e sociais. Fatos que também podem interferir na exposição do discurso empreendido na câmara, bem como o modo que esses atores tratam demandas de desenvolvimento para a criação e aprovação de suas leis. Particularidade que pode alterar as representações de sustentabilidade desses agentes, bem como a verbalização e escrita em documentos oficiais. São pontos limitantes com relação à formação dos atores que compõem tal enredo, e que esbarram em ritos eleitorais e políticos, onde quando eleitos, e direcionados a cargos públicos, aderem interesses de outros atores que os colocam/levam ao poder.

1.5 ENTRE AS FORMAÇÕES DOS DISCURSOS E AS ANÁLISES

Com a necessidade de referências teóricas extras, que explicassem alguns dos movimentos ligados às análises, o presente capítulo consiste em dar espaço a citações diretas, de filósofos e pesquisadores que se empenharam em descrever e

¹⁹Compreensão e entendimento empírico. Saber também formulado por parte do senso comum.

conceituar os movimentos dos discursos e relações sociais. Indursky (2008, p. 28), por exemplo, explica um fenômeno no discurso da sustentabilidade que diz:

O acontecimento enunciativo implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Dito de outra forma: surge aí uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito, ou seja, surge aí um novo modo de enunciar os sentidos no interior de uma formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito. Seu funcionamento se dá pelo viés da tensão e do estranhamento com esta forma-sujeito. Ou seja: este conflito é interno à FD e se dá em relação aos modos enunciativos de uma determinada posição-sujeito, geralmente dominante. Surgem novos saberes, provenientes de outro lugar, no interior de uma mesma FD e estes aí acarretam um forte estranhamento. Este é o acontecimento enunciativo.

Das transformações em busca de reduzir futuros colapsos surgem as inovações. Desenvolvimento Sustentável encontra-se na posição de resolver e/ou retardar a iminência de uma crise global do sistema capitalista. Em Netto (2007, p. 153), há a seguinte fundamentação:

A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é individualmente vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda na taxa de lucro para todos os capitalistas.

Em Costa (2008, p. 21):

Esta contradição explica o fenômeno da financeirização da riqueza, que se apresenta atualmente como o contraponto funcional da incapacidade do sistema de desenvolver suas forças produtivas. Ou seja, os capitais excedentes, impedidos de se reproduzirem na esfera produtiva, buscam agora uma fuga para a frente na órbita das finanças, como se isso os libertasse do ajuste de contas com a realidade da lei do valor.

Sabe-se que o Brasil é um país capitalista, porém, mesmo com isso, e incluso o posicionamento de Lukács (1996, p. 108) há a tematização de que:

a reprodução realizada através do signo verbal se separa dos objetos designados por ela e, por conseguinte, também do sujeito que a realiza, tornando-se expressão conceptual de um grupo inteiro de fenômenos determinados que podem ser utilizados de modo análogo por sujeitos inteiramente diferentes em contextos inteiramente diferentes. (Tradução nossa)

O autor Vaismin (1989), na sequência, em suas próprias palavras descreve que:

A análise do fenômeno ideológico a partir de uma perspectiva fundamentada gnoseologicamente é, na verdade, o resultado de uma tendência que vem se desenvolvendo há, praticamente, dois séculos no campo da filosofia. Refiro-me ao fato de que neste período o pensamento filosófico ter sido inteiramente dominado pela teoria do conhecimento, pela lógica e pela metodologia, (e) hoje esta dominação está longe de ter sido superada. Ou seja, o fato do critério gnoseológico ter se tornado o critério fundamental e praticamente exclusivo na determinação do que é e do que não é ideologia deriva do predomínio no campo filosófico da questão do conhecimento, que acabou por deprimir o interesse pela questão ontológica. Pode-se dizer que a interdição da metafísica se converteu no pensamento filosófico contemporâneo – dominado que está em grande parte pelo neopositivismo – numa categórica afirmação de que toda a questão sobre o ser, toda tomada de posição sobre o problema de saber se alguma coisa é ou não é, constitui um despropósito intempestivo, totalmente destituído de qualquer fundamento científico (VAISMAN, 1989, p.408).

Essas são algumas das inscrições em que se ampara a análise presente, na compreensão da sociedade e sua heterogeneidade, bem como nos esforços empreendidos na busca de organização, na qual o interesse prioritário é o capital.

2 METODOLOGIA

O trabalho é projetado por meio da Análise de Discurso (AD) voltada para o fim de analisar o discurso de sustentabilidade dos agentes políticos da Câmara Municipal de Araguaína-TO. Para tanto, foram referenciados, até o momento, autores que puderam introduzir, justificar e direcionar tal análise. Também se trata de uma pesquisa qualitativa, na esteira do que Laurindo e Silva (2017) detalham, apresentando caráter exploratório, enfoque dedutivo e priorizando os aspectos sociais que corroboram a realidade que se busca compreender.

Nessa mesma linha, no que tange ao caráter exploratório, também se baseia em Gil (1999), quando há um levantamento do estado da arte da temática eleita. Considerações empíricas (GILL, 2002), conceituadas por Gill (2002), também foram construídas para que pudesse ser realizado um desenho de pesquisa viável em termos de análises e de realidade local.

A análise de discurso se baseia, principalmente, no que Orlandi (2005) discorre, tendo em vista a análise do dito pelo não dito, considerando a realidade histórica local, bem como a desconstrução do que existe, observando as lacunas que quem interagir com este trabalho poderá formular compreensões. A análise aqui empreendida não possui a intenção de uma intervenção militante no que está disposto no material. Assim, a linha da Análise de Discurso brasileira se baseia nas construções dos discursos existentes na sociedade e nos sentidos que são expostos por este meio.

Com a discussão de uma análise qualitativa e com rigor científico (SANTOS, 2001), que consta na introdução da presente dissertação, o uso de *softwares* para o tratamento dos dados tem se tornado cada vez mais presente nas pesquisas com essa natureza. Alves da Silva, Figueiredo Filho e da Silva (2015, p.122) discorrem que “o avanço tecnológico e o desenvolvimento de *softwares* facilitam a utilização de técnicas qualitativas na pesquisa social”. Os programas utilizados são facilitadores do processo analítico de dados, sem amputar a responsabilidade do pesquisador em dar direcionamento à pesquisa (ALVES DA SILVA, et al., 2015). Os autores, ainda, afirmam que:

O NVivo é um programa para análise de informação qualitativa que integra as principais ferramentas para o trabalho com documentos textuais, multimétodo e dados bibliográficos. Ele facilita a organização de entrevistas, imagens, áudios, discussões em grupo, leis, categorização dos dados e análises. Na parte de dados qualitativos é possível realizar transcrição de vídeos e áudios, codificar texto, análises de redes sociais e/ou páginas da web, entre outros. Já na parte quantitativa tem-se estatística descritiva, inferencial e até mesmo meta-análise. (ALVES DA SILVA, et al., 2015, p. 125).

Já Mozzato, Grzybovski e Teixeira (2016) referem-se ao *software* NVivo da seguinte forma:

O software NVivo® consiste num sistema de indexação e de categorização de dados não-estruturados, o que possibilita a descoberta e a exploração dos sentidos das informações alfanuméricas. Dessa forma, auxilia o pesquisador em todo o processo da pesquisa, inclusive no momento da definição e da organização das categorias e das subcategorias analíticas, na organização dos dados coletados em múltiplas fontes e, principalmente, no processo de análise, potencializando e intensificando alcance e profundidade, o que permite maior exploração da complexidade dos dados. (MOZZATO; GRZYBOVSKI; TEIXEIRA, 2016, p. 579).

Nos sentidos de o que o uso do NVivo pode proporcionar, com base em Alves da Silva, Figueiredo Filho e da Silva (2015, p.125), foi elaborado um quadro com as principais funções do *software* que, pode ser conferido a seguir:

Quadro 2: Quadro dos usos do Software NVivo

Função	Descrição da função
Criar, exportar e editar	Documentos no Microsoft Word, arquivos de áudio, planilhas do Microsoft Excel, tabelas de banco de dados do Access, tabelas de bancos de dados do ODBC, arquivos de vídeo e clipes de mídia, páginas da Web e PDFs on-line, dados de mídia social do Facebook, do LinkedIn e do Twitter, fotos e imagens digitais e criação de documentos dentro do próprio programa.
Organizar e classificar dados	Reunir fontes que possuem as mesmas características no mesmo lugar.
Codificação	Reunir todos os seus materiais sobre um tema, ideia ou tópico por meio da 'codificação'
Memos e comentários	Criar anotações sobre um determinado conteúdo. Esses memos funcionam como notas que podem ser facilmente alteradas.
Vincular ideias, temas e informações	Usar hyperlinks para vincular referências selecionadas a arquivos fora do seu projeto do NVivo.
Trabalhar com documentos, áudios, imagens e vídeos	Arquivos de mídia mesmo sem transcrição e criar transcrições a partir de áudios ou vídeos.
Trabalhar com planilha e banco de dados	Reunir automaticamente respostas com base em dados demográficos.
Revisão de literaturas e bibliográficas	Importar dados bibliográficos de softwares de gerenciamento de referência.
Visualização de padrões e conexões	Criação de gráficos, nuvens, análise de cluster e mapas de conexão.
Coleta e análise de dados on-line	Facebook, Twitter, YouTube, PDFs on-line e dados de mídias sociais.

Fonte: Elaborado por Alves da Silva, Figueiredo Filho e da Silva (2015, p.125), a partir das informações do QRS internacional (2015).

Em síntese, é um programa que proporciona validação no resultado de pesquisas, gerando confiabilidade (MOZZATO; GRZYBOVSKI; TEIXEIRA, 2016), além de (seguindo a mesma metodologia adotada) outros pesquisadores também chegarem aos mesmos resultados (ALVES DA SILVA, et al., 2015). O que também proporciona dinamismo com relação ao tempo de análise dos dados e sua adequada organização e logística de informações para a pesquisa. Para finalizar o amparo que o uso do NVivo proporciona, e principalmente o uso de *softwares* e de tecnologias para a pesquisa científica, corroborando o seu necessário rigor, Mozzato, Grzybovski e Teixeira (2016, p. 580) discorrem com o amparo de outros autores, da seguinte forma:

Denzin e Lincoln (2011), a pesquisa qualitativa está cada vez mais se mostrando mais consistente, demonstrando rigor científico no processo de análise. Nessa lógica, entende-se que a utilização consciente de softwares, na visão de que consistem em ferramentas de auxílio ao pesquisador, qualifica ainda mais as pesquisas qualitativas, reduz o tempo gasto na organização dos dados, bem como a perda quando há grande volume de

dados gerados (TEIXEIRA; BECKER, 2001), principalmente oriundos de entrevistas. (MOZZATO; GRZYBOVSKI; TEIXEIRA, 2016, p. 580)

Nesse sentido, haverá contribuições de como estão redigidos e registrados os documentos, além de meios que podem ser adotados para a realidade do planejamento urbano e regional, para fins da incursão do desenvolvimento sustentável do município e região. Além desse fato, como citado anteriormente, o compromisso, não somente do Estado brasileiro, como também do mundo em cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, tornam cada vez mais essenciais tais discussões. Em se tratando de um município que ainda está adotando tais critérios, sendo consolidada a relevância para a discussão e associação com experiências populacionais e crescente número de estudos sobre o assunto abordado.

Nessa ótica, serão analisados pontos chaves dos projetos de lei e o que vira realmente uma lei na realidade local. Para chegar a essas informações, foi utilizado o direcionamento de palavras-chaves para que se torne possível o trato dos dados para esse recorte. Reiterando, é por meio destas palavras-chaves (expostas nas próximas seções), que possuem relação com a temática abordada, que foram realizadas as análises no *software NVivo*, do *corpus* construído. Com o objetivo geral de analisar o discurso de sustentabilidade de agentes políticos de Araguaína – TO (em que os agentes políticos são inseridos como parte do todo da Câmara Municipal de Araguaína-TO, onde ocorrem tomadas de decisões que interferem na cidade e região, a criação e aprovação de leis).

Como já citado, de forma específica (para atingir os objetivos específicos), serão apresentadas as dimensões de: compreender se há motivações da organização acerca da implementação de iniciativas e ações, com base na Agenda 2030 (com os Objetivos para um Desenvolvimento Sustentável, sem se prender a eles, olhando para a sustentabilidade, como um tripé); analisar o discurso inscrito de projetos de leis e leis existentes na Câmara Municipal de Araguaína – TO; e percorrer acerca de possíveis conflitos de interesses políticos, levantados por empiria da autora, para adequação e inserção de medidas de sustentabilidade no município (com base nos resultados da análise de discurso e hipóteses levantadas). Tudo por meio da análise de discurso do *corpus*, usando as palavras-chaves e rodando todo o material no *software NVivo*. Dessa forma, foi possível gerar gráficos

de hierarquias, árvores de palavras e recortes dos trechos existentes no material, para dar continuidade à pesquisa e à análise do *corpus* eleito como material de pesquisa (as atas, projetos de leis e leis) a fim da presente análise.

É uma relevante oportunidade para um levantamento investigativo que integra a importante atuação e o posicionamento municipal com a sociedade local, e políticas sustentáveis para um direcionamento ainda mais sustentável na cidade de Araguaína. Torna-se um material de estudo que incentiva a pesquisa dessa temática, propicia distintas tomadas de decisões e melhora o cenário da administração pública com relação a ações e metas que o coloque de forma ativa nas políticas nacionais de desenvolvimento sustentável.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA

A caracterização do universo de pesquisa vem sendo mencionada e desenvolvida desde a introdução do presente trabalho. E é por meio da compreensão das representações de sustentabilidade contidas nas leis e projetos de lei da Câmara Municipal de Araguaína – TO que se pretende registrar; compreender e contribuir para sua atual situação, bem como a indagação acerca de um desenvolvimento regional mais sustentável.

Como também citado e justificado anteriormente, o foco principal de pesquisa é a Câmara Municipal de Araguaína. Nesse aspecto, o conteúdo de trabalhos empenhados neste espaço, serão analisados. É um órgão no qual seus atores são majoritariamente institucionais, essas instituições são formadas por pessoas que tanto no escopo profissional, quanto no civil, dependem e têm direitos constitucionais que os garante um “ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações” e acesso a cidades sustentáveis (BRASIL, 1988).

Desde 1980, Araguaína já possuía destaque sendo considerada a principal cidade do norte goiano (IBGE, 1980;1987). Os anos se passaram e, segundo Sodré e Ramires (2017), o avanço da cidade nesses aspectos demográficos refletiram na criação do estado do Tocantins, além de a partir de 1990 possuir grande presença de capital internacional em sua economia.

Na condição de uma cidade média e por seu histórico, a cidade possui destaque no estado e, sem dúvidas, fortes influências regionais com outros municípios tocaninenses e, principalmente, com outras cidades médias de sua área de alcance.

Pelo recorte da pesquisa e na linha de o que Santaella (2006) aborda, a metodologia a ser desenvolvida está moldada para acompanhar o objeto do presente trabalho. Para tanto, e com uma abrangência de autores, está filiada a uma pesquisa de natureza qualitativa com amparo no que Gil (1999), Silva e Menezes (2001), Gill (2002) e Silva (2004) abordam. O olhar para esses aspectos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade envolvem questões geográficas, políticas, sociais e ambientais precisam de uma análise mais complexa e que possa compreender suas peculiaridades. O que serviria como sugestões para mais trabalhos com essa temática.

Com foco no cumprimento dos objetivos, a pesquisa além de analítica, na esteira de o que Orlandi (2005) discorre, também, é exploratória (GIL, 1999), (SILVA; MENEZES, 2001), (SILVA, 2004), (MARCONI; LAKATOS, 2001; 2003), por existirem dados e informações que requerem uma busca mais aprofundada. Filiação que, para a presente pesquisa, demonstrou um elevado fator de interesse, por se tratar de analisar leis, projetos de lei de Araguaína - TO, pensando em fatores que possam ter relações regionais, e que não pode ter constatações aprofundadas. A falta de aprofundamento se deu por questões de tempo e espaço, bem como sanitárias, devido à pandemia da Covid19.

Com a construção dos dados, espera-se que para a análise de discurso legislativo, possam emergir e expor características como uma pesquisa explicativa (GIL, 1999), (SILVA; MENEZES, 2001), (SILVA, 2004), (MARCONI; LAKATOS, 2001; 2003). Além da possibilidade de fazer uma análise de discurso junto a dados registrados em leis que daqui a 10 ou 20 anos possam ter uma resposta completamente distinta da atual, ou pode ter mudado nada com referência aos anos pós pandemia como pontos de partida para uma futura pesquisa, e/ou centrais.

Para pesquisa, foram utilizados documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Araguaína – TO, em que para a primeira incursão, mediante solicitação via ofício²⁰ emitido pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares se Dinâmicas Regionais da UFNT, houve o fornecimento da

²⁰ Ofício nº20/2021 do PPGDire/UFNT, vide em anexo.

Lista Geral da Legislação Municipal com todas as leis complementares e ordinárias do Município, totalizando 90 leis complementares e 3.235 leis ordinárias. A análise consiste em trabalhar as palavras-chaves de leis e seus projetos, a fim de mapear trechos de discurso e assim analisá-los.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MATERIAIS DE PESQUISA

Para o decorrer e a realização da pesquisa após o envio de ofício, para justificar a movimentação de servidores da Câmara²¹, foram reajustados alguns dos pontos iniciais planejados para a análise. Isso porque, anterior ao contato com um servidor da Câmara Municipal, ainda nas incursões primárias para observar o estado da arte, houve um primeiro desafio para o acesso às informações. A busca pela plataforma institucional da Câmara Municipal não obteve sucesso. O primeiro contato foi realizado por meio de página do *Facebook* e de telefone. Por se tratar de uma rede social, havia notícias sobre ações da Câmara, porém, não havia informações acerca da atividade dos parlamentares.

Um recorte de 10 anos foi previamente estabelecido, por abranger um evento ambiental de expressiva relevância (a Rio+20) e englobar os 3 últimos exercícios eleitorais. Inserido nessa conjuntura, visava-se à existência de discussões sobre grandes empreendimentos e questões que envolvessem a pauta ambiental nos assuntos do órgão. Na obtenção destes dados, leis; projetos de leis, em que o objeto da pesquisa era identificar a(s) representação(ões) de “desenvolvimento sustentável” no discurso oficial da Câmara Municipal de Araguaína - TO(ORLANDI, 2005).

Porém, tal recorte temporal foi inviabilizado perante uma série de decorrências, entre elas a recorrência no aumento de casos da Covid19, questões relacionadas a meios para mitigar tais aumentos com o distanciamento social, bem como a realidade documental da Câmara Municipal, que, ao longo desse período,

²¹Em contato com a Câmara Municipal de Araguaína, um servidor informou que, para disponibilizar dados, é necessário o envio de um ofício. Atualmente, eles não possuem um núcleo ou setor voltado a questões socioambientais. Precisariam de uma formalização oficial para designar um servidor para tal demanda. Do mesmo modo, ele salientou, em resposta, que é de interesse da presidência tal estudo.

será mais bem percorrida. Para a análise, foi utilizado o *software* NVIVO, versão *Release 1.7 (1533)*, que proporcionou o rastreio de palavras-chaves para identificar discursos com viés sustentável. Dessa forma, foi possível entender como tem sido direcionada essa pauta com o recorte adotado (uso das palavras-chaves elegidas e que estão descritas a seguir).

Foi também construído um *corpus*²² homogêneo, para uma amostra que possa demonstrar maior eficiência para o foco da atual pesquisa. Tal análise pode ser também qualificada como uma amostra não-probabilística, sendo utilizada por acessibilidade ou por conveniência, por ao longo da pesquisa ter havido desafios. Assim, foi possível a adaptação com esse amparo metodológico, pois esse tipo de amostragem permite que os elementos acessados representem efetividade à população pesquisada (GIL, 1999).

Essa amostra tem explicações/argumentações quantitativas, porém é organizada dessa forma, para fins qualitativos. Logo, são recursos que foram utilizados para promover uma maior segurança e sensação de assertividade para a autora da presente pesquisa. O que se torna facultativo a outro pesquisador que queira ter a presente pesquisa como referência para análises similares, homogênea por contemplar todos os discursos que se relacionam ao objeto de pesquisa, e demonstrar maior eficiência por se tratar de atributos que ainda são desconhecidos, mas que abordam atores presentes no cotidiano da instituição e que possam participar do questionário semiestruturado²³.

I - Processos da pesquisa (o *corpus*)

Em meio ao volume do *corpus*, foi necessária uma filtragem para que pudesse direcionar a pesquisa, compreendendo que o tempo para a análise de tais informações era relativamente curto em relação ao volume de laudas e dados a serem rodados. Além disso, foram realizadas visitas presenciais. A primeira visita, após o envio de ofício, foi marcada para dia 30 de setembro de 2021, porém não

²²Um princípio alternativo a amostragem estatística aleatória. Em um *corpus* a coleta de dados estará concentrada em selecionar uma amostra homogênea, por interesse, e que possua representatividade. Sendo assim a tipificação de atributos até então desconhecidos (BAUER; AARTS, 2002).

²³Roteiro de questionário semiestruturado está nos apêndices do presente projeto.

ocorreu devido a problemas de saúde da servidora que iria acompanhar tal ação no órgão. Em meio às tentativas pelas demandas locais e pela falta de disponibilidade dos servidores da Câmara, a visita só foi remarcada para 24 de março de 2022. Após este primeiro contato formal e presencial, foram elaborados esquemas para a análise dos dados.

Inicialmente, havia um direcionamento de fazer uma incursão acerca de um recorte temporal de 10 anos, porém o material de pesquisa já filtrado seria composto por um total de 600 leis, sendo estas 89 leis complementares (LC) e 511 leis ordinárias (LO). Ainda na esteira do recorte da pesquisa e tempo de análise, foi, então, adotada outra estratégia. Foi elaborada uma listagem de leis municipais de interesse com o uso de palavras-chaves e, ainda assim, somaram-se 183 itens, com alguma das seguintes palavras em seu caput: ambiental (7); ambiente (6); consumo (6); desenvolvimento (20); economia (2); econômico (2); educação (54); gasto (1); política (13); reciclar (1); regional (8); social (56); sociedade (6); urbano (1).

Todavia, mesmo que fossem palavras que pudessem remeter a abordagens voltadas à sustentabilidade, ainda havia muitas leis com assuntos que não perpassa a temática, na ótica de abranger o discurso de sustentabilidade no *corpus*. Tal realidade poderia enviesar a amostra para nenhum, ou praticamente inexistente, a abordagem e entendimento de sustentabilidade de seus agentes (conferido aqui, por meio do conteúdo das leis e projetos; discurso oficial dessa Câmara Municipal).

Então, foi realizada uma segunda filtragem que abrangia apenas palavras com uma proximidade ainda maior à sustentabilidade. Estas palavras foram: ambiental (7); ambiente (6); desenvolvimento (20); economia (2); econômico (2); recicla (1); sociedade (6), totalizando 44 itens. Porém, desses, 2 se repetiam, e 7 não foram encontrados no site oficial da Câmara Municipal da cidade. Dois desses inexistentes no *site* institucional foram enviados posteriormente via *e-mail*, assim gerando um *corpus* com 37 leis a serem analisadas e correlacionadas com seus projetos

Com a redução da listagem, foi realizada uma nova visita à Câmara, em 7 de abril de 2022, em que ali pôde ser possível compreender um pouco mais sobre sua situação documental e a busca por informatização de dados. A seguir, por meio da Figura 9, algumas das atas e dos autógrafos das leis do arquivo deste órgão

Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura : Autógrafo de Lei da Câmara Municipal de Araguaína

Na Figura 9, é possível ver que há arquivos do período que o município de Araguaína ainda pertencia ao estado de Goiás. Por não ter sido um recorte unicamente temporal, e sim por palavras-chave, algumas das leis e atas ainda eram respectivamente, datilografadas e manuscritas. Trata-se de um arquivo antigo, ao qual o acesso era um pouco mais restrito. Dessa forma, foi necessária sempre a presença de algum servidor público no processo de coleta de dados. Sobre as atas, a grande maioria (relacionada às leis mais antigas) estava em livros ata, em que alguns possuíam mais de 30 anos.

A seguir, a partir da Figura 10, é possível ver um dos livros ata aberto e notar que estes estão encapados, a fim de preservar tal acervo histórico da cidade.

Então, para uma segunda fase de coleta dos materiais, foi preciso aguardar o retorno dos servidores que estavam responsáveis por fornecer tais documentos.

Figura : Atas manuscritas da Câmara Municipal de Araguaína - TO



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Com o recebimento dos projetos de leis referentes à última lista de leis elaborada, foi informada a impossibilidade do fornecimento das atas correspondentes às sessões realizadas para a discussão dos projetos em questão. Dessa forma, foi necessário restringir o *corpus* das atas que estavam disponíveis para consulta pública no *site* oficial da Câmara.

Nesse momento, foi necessário adotar uma nova estratégia para a análise de discurso das atas. Essas estão disponíveis desde maio de 2017 até os dias atuais. Em meio a essa e a outras questões, bem como na busca de analisar o material, foi, então, estabelecido um recorte temporal de 4 anos para a análise daquelas. Sendo este recorte temporal justificado pela indisponibilidade no acesso das anteriores a esse período, bem como no poder de analisar uma legislatura que teve o avanço tecnológico de disponibilizar tais informações a um acesso democrático.

II – Método de análise dos dados

Por meio do *software* NVIVO, versão *Release 1.7 (1533)*, foi possível organizar o *corpus*, de modo que as análises rodadas puderam ser realizadas por grupos de dados e todo o material. Primeiro, foi verificada a frequência das palavras com maior recorrência, com base na exibição das palavras 1000 vezes mais frequentes e com o número maior ou igual a 5 caracteres. Das palavras mais frequentes, foi novamente elaborado um filtro que inicialmente abrangia: “ambiental”; “ambiente”; “desenvolvimento”; “economia”; “econômico”; “sustentabilidade”. Após os resultados dessas primeiras incursões, os volumes destas palavras foram ampliados, com a inclusão das seguintes palavras: “econômica”, “tecnologia”, “popular” e “sociedade”. Essas, serviram como meio de codificação para relacionar outras ferramentas do *software*, em que foi possível elaborar nuvens de palavras, gráfico de hierarquia, diagrama por meio da análise de Cluster, e correlação de Pearson.

Após isso, serão realizados procedimentos de análise de discurso, com as informações presentes e reveladas por meio dos recortes de discursos.

Tais resultados poderão ser vistos no capítulo seguinte.

3 DAS ANÁLISES E RESULTADOS

Com a série de materialidades geradas, uma primeira amostra é do Quadro 3 com a menção às leis que puderam trazer a relação posterior com seus projetos e atas. Esta seção será dividida em 3 partes, separadas da seguinte forma: a) dados iniciais; b) 33 análises de dados no NVIVO; e c) dados gerais e resultados.

a) Dados iniciais

Como percorrido na metodologia, a primeira incursão foi a elaboração da lista de leis que dariam origem ao *corpus* da presente pesquisa, que em meio a mais de 3.300 leis, a abordagem foi restrita a um conjunto de 44 leis, que se reduziram a 37. Observe-se tal amostra no quadro a seguir:

Quadro :Lista de Leis do Legislativo do Município de Araguaína/TO

Lista LEIS - LEGISLATIVO				Continuação.	
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA					
nº	Data	Palavra-chave	Situação		
LO 153	23/12/1971	Desenvolvimento	AUSENTE	LO 2264	12/07/2004 Econômico
LO 498	09/07/1980	Sociedade		LO 2300	04/11/2004 Desenvolvimento AUSENTE
LO 602	21/01/1983	Sociedade	AUSENTE	LO 2455	02/03/2006 Ambiente
LO 750	07/10/1985	Desenvolvimento		LO 2506	21/06/2007 Sociedade
LO 1169	05/06/1992	Ambiente		LO 2509	06/07/2007 Reciclar
LO 1211	04/03/1993	Desenvolvimento		LO 2521	24/10/2007 Desenvolvimento
LO 1227	15/04/1993	Ambiental		LO 2521	24/10/2007 Econômico REPETE
LO 1659	18/12/1996	Ambiental		LO 2673	05/04/2010 Economia
LO 1664	25/02/1997	Desenvolvimento		LO 1693	16/06/2010 Ambiental*
LO 1677	15/04/1997	Ambiental		LO 2846	16/05/2013 Desenvolvimento
LO 1682	29/04/1997	Desenvolvimento		LO 2859	10/06/2013 Desenvolvimento
LO 1721	19/08/1997	Desenvolvimento		LO 2870	01/10/2013 Economia
LO 1722	20/08/1997	Desenvolvimento		LO 2870	01/10/2013 Sociedade REPETE
LO 1745	13/10/1997	Desenvolvimento	AUSENTE	LO 2891	09/01/2014 Ambiental
LO 1780	19/01/1998	Ambiente		LO 2900	17/02/2014 Desenvolvimento
LO 1789	11/02/1998	Desenvolvimento		LO 2922	08/10/2014 Ambiental
LO 1870	25/08/1999	Desenvolvimento		LO 2926	16/12/2014 Desenvolvimento
LO 1888	28/10/1999	Sociedade		LO 3098	06/05/2019 Ambiente
LO 1887	29/10/1999	Desenvolvimento		LO 3100	06/05/2019 Ambiente
LO 2011	11/09/2001	Sociedade	AUSENTE	LO 3165	14/08/2020 Ambiental
LO 2104	11/09/2002	Desenvolvimento		LC 90	21/06/2021 Desenvolvimento
				LO 1976	- Ambiente AUSENTE
				LO 3055	Desenvolvimento AUSENTE

Fonte: Elaborado e adaptado pela autora

No que tange a aspectos voltados às leis, observou-se que desde as primeiras incursões a palavra “desenvolvimento” esteve em destaque para o município e suas leis. Mesmo que esteja isolada, foi colocada como direcionamento para a análise, assim como ocorreu com outros termos. Fato que, dado o histórico da cidade pode explicar sua expansão urbana e populacional. Essas ocorrências podem significar uma representação que vai ao encontro com o que o IBGE já expõe sobre a cidade (conforme citado no item 2.1 “Caracterização do universo de pesquisa”). Financiamentos para essa finalidade são incentivos oriundos do governo federal brasileiro, por meio de uma série de planos e projetos. Rememorando que essas representações aparecem como exemplificações e interpretações atribuídas ao sujeito que as recebe. De acordo com Videira (2006), uma representação partia da razão humana, como fonte da origem das representações.

Há de se observar também que, conforme os anos há incidência de alguns períodos com maior recorrência de uma legislação associada às temáticas elegidas. Quase 10 anos após a criação do estado do Tocantins²⁴, houve muitos escritos relacionados a “desenvolvimento”, em que a maioria estava ligada à solicitação de recursos financeiros oriundos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES); Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aqüicultura Familiar; e outras cadeias de valor sócio-produtivo coletivos e autogestionários; educação básica e valorização dos profissionais da educação; e Fundo de Desenvolvimento Rural em expressivo volume. Em 1997, foram publicadas seis leis aludidas no Quadro 3, e dessas, cinco têm desenvolvimento como palavra-chave. Com o passar dos anos, observa-se uma “dissolução” do termo “desenvolvimento”, dando espaço a novas discussões “sociedade, ambiente e economia” sendo localizadas e relacionadas à sustentabilidade. Informações que podem ser observadas nos ANEXOS da presente dissertação.

A falta de robustez para o uso do termo “sustentabilidade” pode ser acarretada pela seguinte hipótese: “a cidade e a região obtiveram desenvolvimento com um discurso alinhado à produção de *commodities* ligadas ao agronegócio. O que realmente trouxe muitos recursos financeiros e crescimento regional. A sustentabilidade estaria neste ponto ligada a cada grande fazendeiro, dono de terra que gostaria de ter seu negócio lucrando de modo sustentável (passível de

²⁴ O estado do Tocantins foi criado conforme o art.13º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, em 05 de outubro de 1988.

sustentação; autossustentação; que pode ser sustentado;). A sustentabilidade como vista na presente atualidade estaria ligada puramente à proteção ambiental (terra/solo com vegetação nativa); fauna e flora equilibrada e impedimento de crescimento do agronegócio e suas tecnologias e maquinário para aumento de produção, armazenamento, logística e exportação.”²⁵

Nesse sentido, e hipoteticamente, se daria a falta de robustez e desenvolvimento de uma legislação que pudesse assistir o estado com um discurso de sustentabilidade, e uso do termo “sustentabilidade” em seus textos de modo geral. O que também iria interferir no discurso dos parlamentares e atores envolvidos nesse contexto, pois trazer essa discussão iria contra o desenvolvimento adotado para o período. Não que tenha sido efetivamente destacada uma representação de que “desenvolvimento” seria contrário à “sustentabilidade”, ou seja, tratar-se-ia de práticas díspares. Contudo, sendo um sistema feito por pessoas mais populares e que seriam eleitas por jogadas políticas e de interesses, o discurso desses atores (seja oral, ou escrito) deveria ir em conformidade com os seus aliados.

Vale ressaltar também que, esses movimentos acompanham mudanças de governo e questões econômicas e climáticas (que também envolvem o ambiente) do Brasil e do mundo, e, nesse sentido, seriam necessárias análises direcionadas estritamente para esse fim. Utilizando metodologias não abordadas na presente pesquisa, bem como tempo de pesquisa; possibilidade de projeto que envolva a instituição de ensino superior; acesso à *softwares* necessários para análises dessa natureza; convênios e parcerias com a Câmara Municipal da cidade (com responsabilidades e contrapartidas bem estabelecidas por ambas as partes); pesquisadores assistidos por seu programa e/ou coordenação; além de um levantamento minucioso dos materiais que possam entrar no *corpus* dessa pesquisa sugerida.

A construção da BR 153, conhecida popularmente como Belém-Brasília, também pode ter expressivo papel no contexto do desenvolvimento da região de Araguaína (o município de Araguaína foi instalado oficialmente em 1º de janeiro de 1959). A construção da rodovia tem registros de início em 1958 e outras informações de que teve fim em 1959, e algumas outras fontes dizem puramente que a obra se deu na década de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek. Antes, Araguaína era

²⁵ Hipótese baseada em empiria da autora da presente dissertação.

um distrito, criado pela Lei Municipal n.º 86, de 30 de setembro de 1953, com terras desmembradas do distrito de Iviti e subordinado ao município de Filadélfia (IBGE, 2023). Com a Lei Estadual n.º 2.125, de 14 de novembro de 1958, Araguaína foi desmembrada de Filadélfia (IBGE, 2023). O que de certa forma tem a rodovia Transbrasiliana como um meio de acessar diversas regiões no interior do país.

Dessas leis, 35 projetos de lei foram disponibilizados pela Câmara Municipal de Araguaína, e pela questão já abordada acerca da dificuldade de disponibilidade de algumas informações, não foi localizado o projeto de uma dessas leis. Todavia, a lei cujo projeto de lei é faltante não foi retirada da amostra. Da mesma forma, houve 7 leis não localizadas. A seguir, por meio do Quadro 4, é possível notar a ementa das leis não encontradas no *site* oficial da Câmara Municipal de Araguaína – TO nem disponíveis na internet.

Com relação à amostra total da lista das leis, observa-se que, para o desenvolvimento, a ausência das Leis Ordinárias de nº 153/1971, nº 1745/1997, nº 2300/2004 e nº 3055/s.d, representariam cerca de 20% da amostra total para esta palavra-chave. Para a palavra-chave de sociedade, tal ausência representa 33,33% da amostra e, para ambiente, a ausência representa 16,66%.

Em se tratando de um *corpus* que anteriormente era tido como grande, tal redução nas análises e, ainda, a ausência de algumas das leis, representa uma porcentagem alta de dados perdidos. Ao observar aspectos voltados à sua data de criação, pode-se dizer que caso tivesse sido adotado um recorte temporal, todas as leis apresentadas no Quadro 4 estariam fora da amostra.

Mesmo com tal circunstância posta, os passos para a pesquisa seguiram. Para a organização das informações e do modo de análise, foram realizadas pesquisas e conversas com alguns docentes do programa, e mesmo com uma insegurança com relação à restrição das informações, entendia-se que a partir de tais informações, outras seriam agregadas ao *corpus*, o que não prejudicaria a pesquisa. No esquema a seguir, é possível observar como os dados foram relacionados.

No esquema, e como objetivo da pesquisa, concentrou-se em ter a “representação de sustentabilidade” como cerne. As atas, os projetos de leis e as leis demonstram o que e como vem sendo abordado, pelos agentes políticos da Câmara. Além desse meio, as palavras-chaves sendo aplicadas à seleção das leis e projetos de leis têm relação com a representação de sustentabilidade.

Quadro 4: Lista de ementa das leis não localizadas no site institucional da Câmara Municipal de Araguaína – TO

Lista com ementa das leis não localizadas para o município de Araguaína - TO			
n°	Data	Ementa	Palavra-Chave
LO 1976	-	INSTITUI NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO A DISCIPLINA QUE TRATA DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Ambiente
LO 153	23/12/1971	AUTORIZA A SUBSCREVER AÇÕES DA COMPANHIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.	Desenvolvimento
LO 1745	13/10/1997	DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA LEI 1722/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, CMDR. AUTOR: EXECUTIVO	Desenvolvimento
LO 2300	04/11/2004	DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE QUE ESPECIFICA. ASSOCIAÇÃO DA JUVENTUDE DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS.	Desenvolvimento
LO 3055	-	DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CENTRO SOCIAL ARAGUAÍNA.	Desenvolvimento
LO 2011	11/09/2001	DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. SOCIEDADE CASA DO SOL.	Sociedade
LO 602	21/01/1983	AUTORIZA A DOAR ÁREA DE TERRAS PARA O CONSELHO CENTRAL DE ARAGUAÍNA DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE – BAIRRO MURICI.	Sociedade

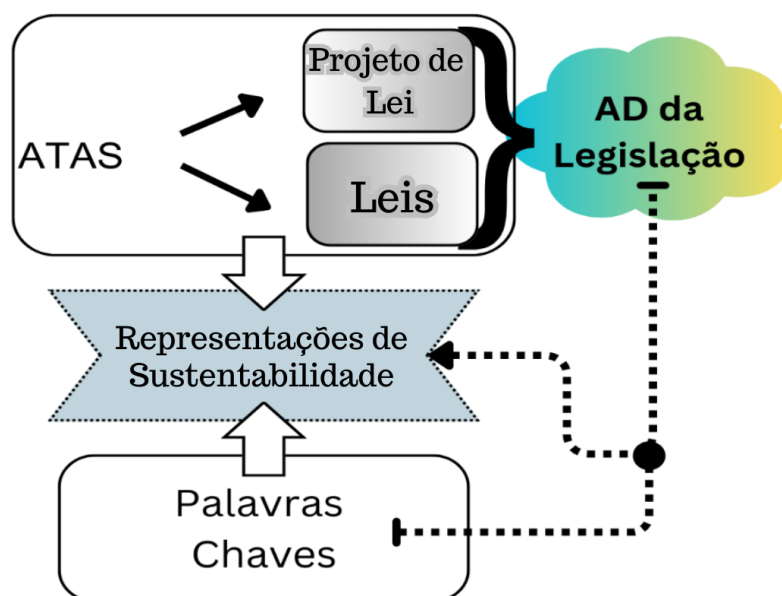
Fonte: Elaborado pela autora

Então, sabendo dos desafios de pesquisa, foi elaborada uma análise de discurso (AD) da legislação, concatenando as palavras-chaves, para que dessa forma fosse possível encontrar trechos dos discursos, e como estes relacionam-se com uma representação de sustentabilidade (alinhada ao cerne da discussão). Aliado ao desenvolvimento da nomenclatura para as representações de sustentabilidade, houve o amparo em pesquisas que realizaram análises de discurso se utilizando apenas da legislação.

A legislação cria uma espécie de isolamento que permite a comparação, avaliação e, portanto, classificação dos sujeitos (HAROCHE, 1992). Com o uso do *software* para a organização do *corpus*, é viável identificar os isolamentos e olhar

para os sentidos que foram empregando a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável de Araguaína.

Figura :Esquema de relação dos dados



Fonte: Elaborado pela autora

Prevendo e vendo a realidade documental em que havia furos de informações, as atas entram para a análise sendo observadas separadamente, com o recorte de uma legislatura (2017 a 2020). Porém essas atas foram analisadas de forma superficial, apenas para direcionar a pesquisa com um olhar sinérgico do tema. Esses documentos se relacionam com o que foi discutido para a aprovação das leis.

O projeto de lei e a própria lei também possuem termos que relacionados revelam sentidos do que tem sido viabilizado nessa cidade média, ao longo de anos. Dessa forma, também foi possível observar que para esse recorte e as leis estabelecidas, com a lista de leis consideradas para a pesquisa (Quadro 3); que três leis foram criadas ao final da legislatura. Foram duas leis em 2019 e uma em 2020, sendo estas a LO nº 3098/2019, LO nº 3100/2019 e LO nº 3165/2020, todas com relação à questão ambiental e de autoria interna (propostas realizadas por parlamentares da casa).

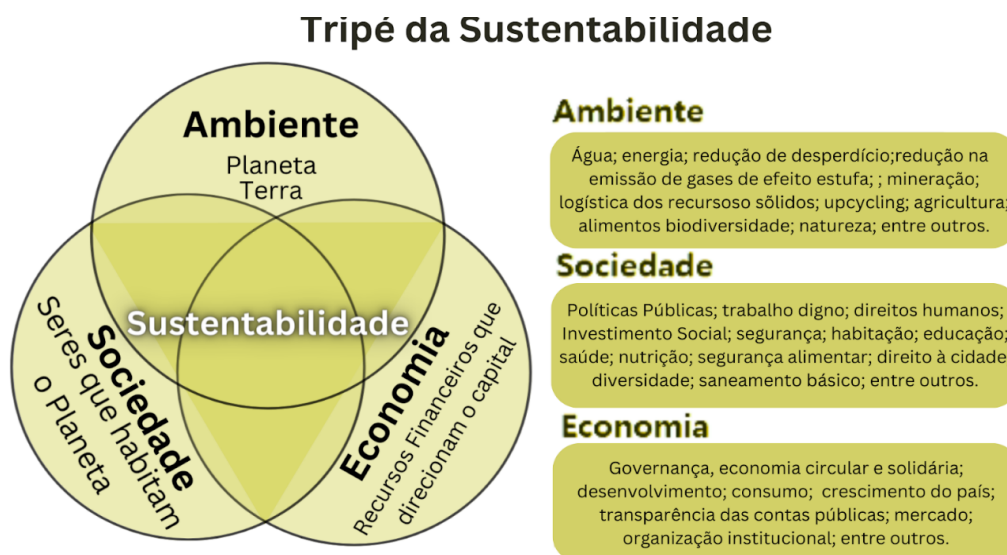
A Lei Ordinária nº 3098/2019 proíbe a utilização de canudos de plástico, exceto os biodegradáveis, em restaurantes, bares, quiosques, disponibilizados por

ambulantes, em hotéis e similares no âmbito do município de Araguaína; autor, Ferreirinha. A Lei Ordinária nº 3100/2019 dispõe sobre a proibição de queimadas nas vias públicas e nos imóveis urbanos do município de Araguaína e dá outras providências; autor, Marcus Marcelo. Ambas com preocupação delimitada ao meio ambiente.

Já a Lei Ordinária nº 3165/2020 institui, no âmbito do município de Araguaína, o agente comunitário ambiental e dá outras providências; autor, Divino Bethânia Jr. O que, para o ano de 2020, além de demonstrar preocupação com a questão ambiental, ainda liga aspectos relacionados à saúde ambiental, que demonstra relação com a sociedade, e no viés da sustentabilidade pode promover um olhar de desenvolvimento sustentável. No ponto que toca o entendimento de um tripé da sustentabilidade (SACHS, 2002), com olhar para termos econômicos, ambientais e sociais.

Tal tripé e correlações podem ser observados por meio da figura a seguir:

Figura : Tripé da sustentabilidade adaptado



Fonte: Elaborado pela autora, com adaptações do pensamento e discurso de Ignacy Sachs (2002).

Quando há a criação de leis com preocupação voltada e/ou relacionada a algum destes três campos, sociedade, ambiente e economia, pode-se afirmar que: quando em sintonia, a sustentabilidade emerge, e quando o ponto da sustentabilidade é tocado, em meio a essas considerações, estabelece-se, então,

uma discussão inserida na preocupação e na viabilidade do desenvolvimento sustentável, na qual ao colocar a sociedade em primeiro lugar, mas pensando em suas demandas, direitos e necessidades, ocorre uma organização que preserva o ambiente. Priorizando a sociedade e direcionando sua necessidade e direito constitucional a um ambiente ecologicamente equilibrado; métricas econômicas surgem com naturalidade, sem privilegiar o lucro.

Após essas considerações, foi viável anexar o *corpus* da pesquisa no *software* NVIVO, para dar seguimento às análises.

b) Análises de dados no NVIVO

Quando há a criação de leis com preocupação voltada e/ou relacionada a algum destes três campos, sociedade, ambiente e economia, pode-se afirmar que, quando em sintonia, a sustentabilidade emerge; e quando o ponto da sustentabilidade é tocado em meio a essas considerações, estabelece-se, então, uma discussão inserida na preocupação e na viabilidade do desenvolvimento sustentável. Ao colocar a sociedade em primeiro lugar, mas pensando em suas demandas, direitos e necessidades, ocorre uma organização que preserva o ambiente. Priorizando a sociedade e direcionando sua necessidade e direito constitucional a um ambiente ecologicamente equilibrado; métricas econômicas surgem com naturalidade, sem privilegiar o lucro.

Após estas considerações, foi viável anexar o *corpus* da pesquisa no *software* NVIVO, para dar seguimento às análises.

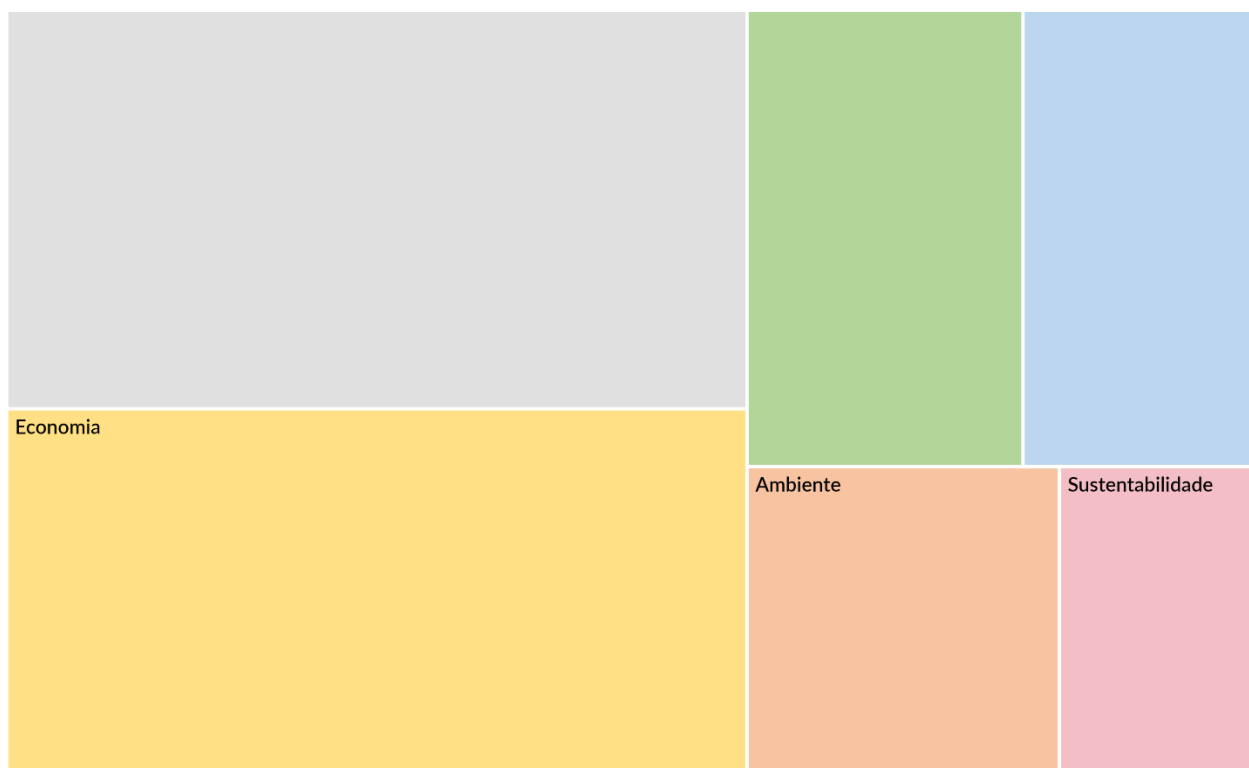


Figura : Nuvem de palavras geradas na primeira análise

Fonte: Elaborado pela autora com o uso do *software NVIVO Release 1.7*

Já na primeira rodada, foi possível identificar algumas das palavras-chaves que originaram a lista de leis. Para essa primeira observação, foi possível gerar uma lista de frequência de todas as palavras constantes no *corpus* e que teriam representatividade. Por meio desse relatório, foi realizada uma primeira codificação para as palavras-chaves que estavam na lista de leis, e gerado um gráfico de hierarquia destas palavras. Observe a Figura 14, a seguir:

Figura : Gráfico de hierarquia das palavras chaves localizadas



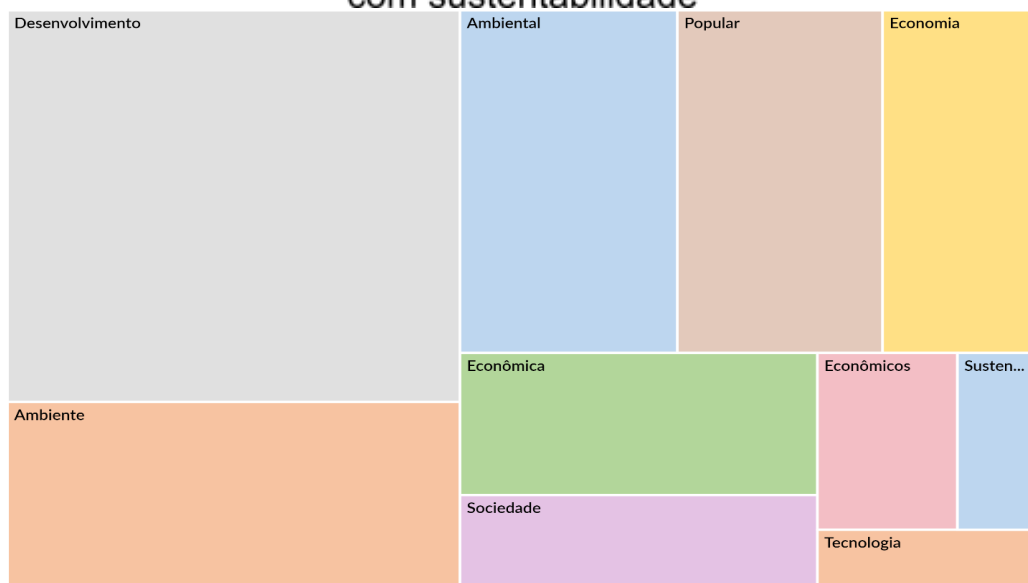
Fonte: Elaborado pela autora com o uso do *software NVIVO Release 1.7*

Tratava-se de 7 palavras-chaves, que apenas demonstraram representatividade para 6, visto que para a palavra “reciclar” não houve representatividade. Como previamente esperado e pelo volume de documentos que abordassem o “desenvolvimento”, essa foi a palavra com maior força dentro desta amostra. Para essa codificação, a palavra “sustentabilidade” teve maior frequência, em relação à palavra “sociedade”, por esse motivo, ela aparece no gráfico e a palavra sociedade não aparece.

O relatório das frequências dessa incursão está nos anexos da presente pesquisa.

Com esses primeiros resultados, foi observado que havia frequência significativa de outras palavras relacionadas à sustentabilidade e que até então não haviam sido consideradas. Para tanto, foi elaborada uma nova codificação que contava com 10 palavras, sendo estas: desenvolvimento, ambiental, ambiente, popular, economia, econômica, econômicos, sustentabilidade, sociedade e tecnologia.

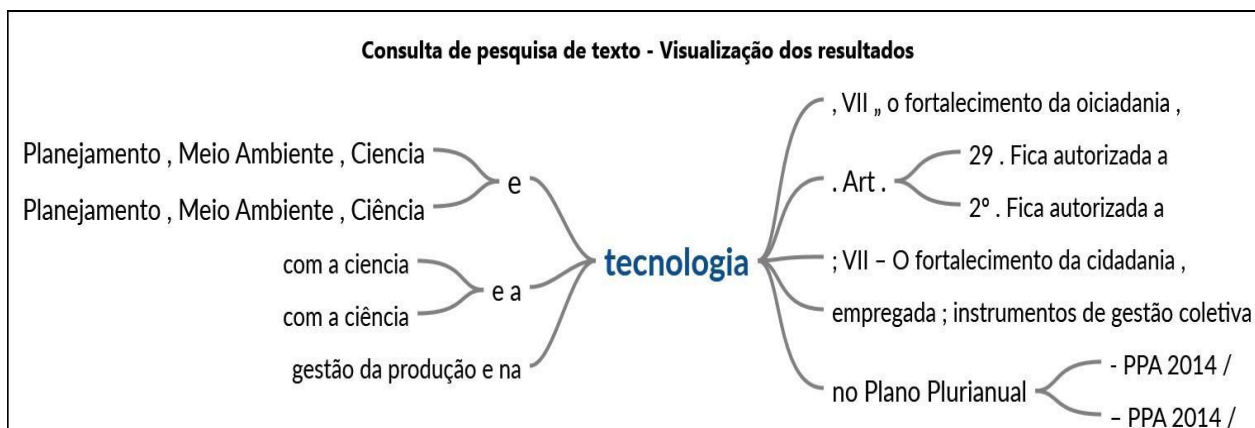
Figura : Gráfico de hierarquia das palavras-chaves codificadas de acordo com maior frequência e ainda relação com sustentabilidade



Fonte: Elaborado pela autora com o uso do *software NVIVO Release 1.7*

Neste novo recorte, foi possível notar que para a palavra “tecnologia” havia uma árvore de palavras que se relacionavam diretamente com o tripé da sustentabilidade, revelando, assim, um termo diferente de sustentabilidade, que pode se conectar ainda melhor a tais critérios. Pode revelar particularidades na percepção representação da sustentabilidade perante os agentes políticos da Câmara Municipal de Araguaína – TO.

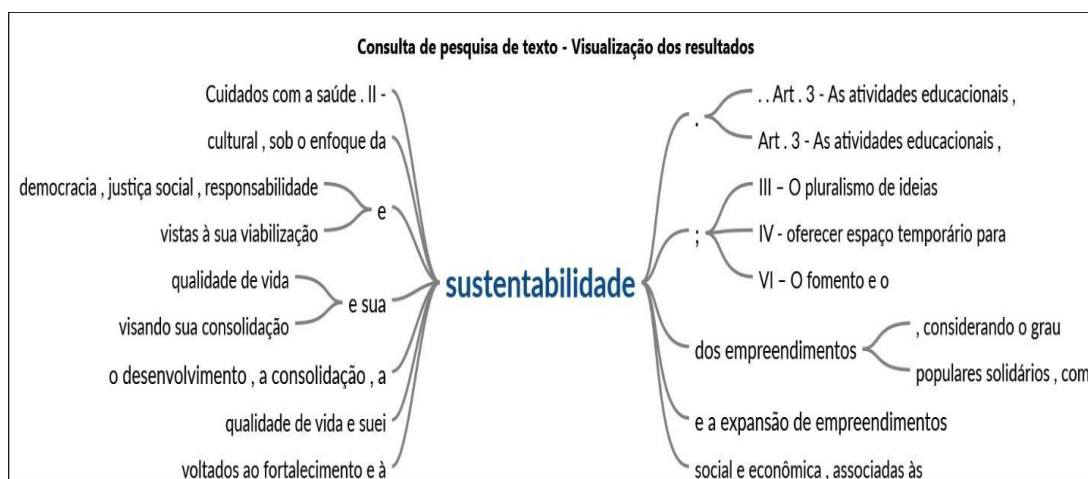
Figura : Árvore de palavras relacionadas à tecnologia



Fonte: Elaborado pela autora com o uso do *software NVIVO Release 1.7*

A palavra “tecnologia” aparece nos documentos que mencionam ciência e a tecnologia como meio de viabilizar o fortalecimento da cidadania; empregada a instrumentos de gestão coletiva; e no Plano Plurianual - PPA da cidade. Além da palavra “tecnologia”, foi também possível observar a árvore de palavras que se relacionam com sustentabilidade. A seguir, será possível ver a Figura 17, com expressões relacionadas à palavra “sustentabilidade”:

Figura : Árvore de palavras relacionadas à sustentabilidade



Fonte: Elaborado pela autora com o uso do *software NVIVO Release 1.7*

Junto à palavra “sustentabilidade”, observam-se palavras e/ou expressões como “cultura”; “saúde”; “justiça social”; “qualidade de vida”; “desenvolvimento” e “fortalecimento”; “em meio a atividades educacionais”; “pluralismo de ideias”;

“empreendimentos populares solidários”; “expansão de empreendimentos”; e “sustentabilidade social e econômica”. O que pode fortalecer ainda mais a relação de sustentabilidade com questões econômicas e sociais, no âmbito do contexto e discurso existente na legislação do município de Araguaína-TO.

Nas árvores de palavras de cada um dos termos expostos pela Figura 15, há relações que nas primeiras chaves surgem, e que também possuem uma frequência relevante com as nuvens de palavras. Para tanto, empiricamente foram selecionadas 6 palavras/sinônimos que se conectam com as árvores, para assim, olhar para os trechos textuais que revelam as interações entre os discursos e o tempo. As palavras foram “ambiente/ambiental”; “recursos”; “desenvolvimento”; “sustentabilidade/sustentável”. Dessas palavras, na árvore de palavras “ambiental” o que demonstra interesse aos discursos desenvolvidos são as palavras “fomento”; “comunitário”; “conservação”; “gestão”; “política”; “educação”; “preservação” e “João” de “João Habraão Haloum”.

Figura : Trechos da relação de ambiental com fomento

<Arquivos\\LEIS\

PROVIDENCIAS> - § 4 referências codificadas [10,40% Cobertura]

Referência 4 - 5,36% Cobertura

micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI – O **fomento** e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII – O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e

<Arquivos\\Projetos de Lei\\PROJETO DE LEI 029 - 2010> - § 6 referências codificadas [9,07% Cobertura]

Referência 4 - 1,88% Cobertura

se a subsidiar a assistência social e o **fomento** socio-ambiental, contribuindo cobertura assistencial dos poderes públicos e, preenchendo eventuais lacunas.

<Arquivos\\Projetos de Lei\\PROJETO DE LEI 088 - 2013> - § 2 referências codificadas [10,29% Cobertura]

Referência 1 - 6,28% Cobertura

o estímulo a cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas a construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI – O **fomento** e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia, VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Fonte: Elaborado pela autora

Para essa relação, é possível observar (na Figura 18) que se trata de um projeto de lei que se tornou lei. E um dos argumentos para que viesse a entrar em vigor, foi trazer ciência e tecnologia. Observa-se também que foram projetos elaborados com certa proximidade de tempo, e que para a palavra-chave “ambiental” tornou-se mais visível. Dessa maneira, pode-se referenciar que para uma tomada de decisões ambientais a questão financeira ligada à promoção (quando se lê fomento, puramente pela palavra, é remetido a recurso financeiro, e para tanto, também ocorre uma organização a fim de que seja possível promover algo) das pessoas, e desenvolvimento está associado.

Partindo da figura como referencial, essa associação coloca movimentos econômicos e sociais interligados ao termo. Para além, quando foi realizado o mesmo padrão de localização de palavra, com o arquivo “ambiente”, não houve achados para o termo “fomento”.

Os trechos que possuem as palavras “educação”; “gestão”; e “política”, tratam-se de uma “Política Municipal de apoio e fomento à Economia Popular e Solidária”. Logo, é uma demanda nacional, e obrigatória aos municípios brasileiros. “João” sempre se refere ao Instituto Socioambiental João Abraao Haloum.

Outra relação que vale ser destacada, é dos contextos em que a palavra “desenvolvimento” se estabelece. De acordo com informações presentes no Quadro 3, da “Lista de leis do Legislativo do município de Araguaína/TO”, constam 20 leis, sendo 16 conhecidas e 4 desconhecidas nas buscas. No Quadro 5, há um recorte das informações rodadas no NVivo, e por meio dessa consulta foi possível destacar a palavra “desenvolvimento” e os sinônimos. Contudo, na primeira linha a ocorrência do termo “municipalidade” conecta a presença dos agentes políticos como delineadores das leis.

Verifica-se que para as nuvens referentes aos projetos de lei e às leis possuem uma maior presença do termo “municipal”. Em se tratando da nuvem relacionada aos ‘projetos de lei, “Araguaína” e “estado” se mostram presentes, com um propósito direcionado ao “desenvolvimento”, nos quais se vê também a presença do termo “recurso”. São palavras que, simultaneamente aos resultados analisados demonstram que na proposição de se aprovar uma lei, a palavra “desenvolvimento” é utilizada como meio de validação e de fomento de interesse para que se estabeleça.

Verifica-se que para as nuvens referentes aos projetos de lei e às leis possuem uma maior presença do termo “municipal”. Em se tratando da nuvem relacionada aos projetos de lei, “Araguaína” e “estado” se mostram presentes, com um propósito direcionado ao “desenvolvimento”, no qual se vê também a presença do termo “recurso”. São palavras que, os resultados analisados demonstram que na proposição de se aprovar uma lei, a palavra “desenvolvimento” é utilizada como meio de validação e de fomento de interesse para que se estabeleça.

Quando, de modo geral, as leis são aprovadas em seu autógrafo, já não há mais a recorrência da palavra “desenvolvimento”. Porém, a palavra “ambiental” surge com força que pode manter o sentido do “desenvolvimento”, pois se mostra em escala (tamanho) similar à proporcionalidade de sua frequência identificada. Além de ali, números com referência a outras leis e normativos terem maior frequência.

Para o emprego das palavras-chaves anteriormente enumeradas, também, é possível compreender a frequência com que, neste recorte, essas palavras aparecem nos documentos. Essa frequência demonstra que, de forma central a palavra “desenvolvimento” encontra-se como meio de conexão para os outros códigos/termos emergentes. Por meio da figura que se segue, é possível verificar que na nuvem as palavras “tecnologia” e “sustentabilidade”, mesmo que tenham relação com todas as outras, aparecem com menor frequência.

Figura : Nuvem de palavras-código para o recorte de análise e compreensão dos resultados



Fonte: Elaborado pela autora com o uso do software NVIVO Release 1.7

Quando essas palavras são verificadas no corpo do *corpus* em que aparecem, estão ligadas ao discurso de sustentabilidade adotado atualmente pela sociedade brasileira. Enquanto outras palavras, em expressiva maioria também estão. Porém, nesse sentido, identifica-se uma espécie de fenômeno (ainda não descrito com tal associação) que demonstra uma representação de sustentabilidade oriunda de seus agentes, que não adotam a palavra “sustentabilidade” para abordar “ambiente”, “economia”, “sociedade” e “demandas do desenvolvimento local”. Para tanto, é como se o adjetivo “sustentabilidade” não fosse adotado por essa organização.

FD é a formação do discurso, e este, tido como um acontecimento enunciativo, possui implicações com a posição-sujeito. Essa posição sofre novas fragmentações que permitem formas distintas de trazer sentidos ao discurso (INDURSKY, 2008). Mesmo que seja um conflito interno da FD, promove novas representações e análises acerca de um discurso que enuncia distintos saberes em meio à liberdade de expor o que é de mais valia para a posição social em que se encontram os atores presentes neste contexto.

Anterior à proposição de Indursky (2008), outros autores descrevem sobre fenômenos que no social podem trazer explicações e entendimentos para esses conflitos. Abordando a opção econômica maior difundida no mundo, Costa (2008) discorre que é quando o capitalismo possui as melhores condições para desenvolver e explorar suas estruturas que, se limita em suas contradições e desafios inerentes. A globalização poderia amenizar tais desafios, porém, é o que fomenta a potencialidade de produções materiais, em que o capitalismo desenvolvendo sua máxima produção acarretaria uma crise global por superprodução (COSTA, 2008). Contudo, quando há a busca da maximização dos lucros, a taxa de lucro tende a cair (NETTO, 2007).

Para transformar, amenizando a eminência de colapsos, surgem as inovações. Para o que tem sido discorrido, o próprio desenvolvimento sustentável é um meio de solucionar e/ou de retardar a iminência de uma crise global do sistema capitalista. Em Netto (2007), elucida-se que a concorrência obriga que os capitalistas tomem decisões de agregar a ciência e a tecnologia, para a redução de seu tempo de trabalho e aumento dos ganhos. Inicialmente é vantajoso, e quando os outros notam essa vantagem, há uma concorrência (NETTO, 2007).

Como contraponto, Costa (2008, p.21) relata as controvérsias desse sistema, falando sobre o “fenômeno da financeirização da riqueza”, que atualmente se apresenta como “contraponto funcional da incapacidade do sistema desenvolver suas forças produtivas” (COSTA, 2008, p.21),

Ao observar os registros dos autores, se torna explícito que é sempre uma corrida em busca de lucros e em detrimento dos interesses alheios. Destacando esses trechos e novamente compreendendo a posição do Brasil como um país capitalista e com expressiva presença no cenário econômico mundial, bem como com vasta dimensão territorial, a discussão para o desenvolvimento sustentável é necessária; e imagina-se sua inserção de pauta nos discursos políticos.

Entretanto, não está condicionado ao discurso dar conta dessa peculiaridade. Na esteira de como os processos institucionais têm se formado e sido realizados, e olhando para a questão ambiental posta em sinergia com o econômico e o social, há a valoração da prática entre os atores envolvidos em detrimento dos dizeres. Em 1996, Lukács, tematizava que “a reprodução realizada através do signo verbal, se separa dos objetos designados por ela” (LUKÁCS, 1996, p.108), o que consequentemente também se separa de o que o sujeito faz (LUKÁCS, 1996). Essa

realidade abordada pelo autor, deixa efêmero o que tem se tornado recorrente em famílias, cidades, estados, nações e planeta. Pois, insere-se como um “grupo inteiro de fenômenos determinados que podem ser utilizados de modo análogo por sujeitos inteiramente diferentes em contextos inteiramente diferentes” (LUKÁCS, 1996, p.108, tradução nossa).

Ao que está posto, valendo-se de ideologias abordadas pelas ciências sociais, Vaisman (1989), inscrito nos pensamentos de Lukács (1996), explica o fenômeno ideológico nas bases do gnosiológico (vinculado à problemática do conhecimento – ao mundo das ideias) e do ontológico (vinculado à gênese e à função social com a prática ideológica vivida pelo homem) (VAISMIN, 1989).

Em meio a essa realidade, as representações de sustentabilidade se mostram inscritas em discursos. É *a priori* de maior valia para essa corporação abordar “desenvolvimento”, com a “economia”, o “ambiente” e a “sociedade” de forma desconexa à “sustentabilidade”, na literalidade do *corpus*. Para essa organização, torna-se viável buscar um desenvolvimento sustentável, sem se filiar ao discurso de sustentabilidade, demonstrando, assim, uma descentralização dessa discussão, para que não haja conflitos com suas organizações originárias (sejam estes observados como partidos políticos, grupos sociais de apoiadores, interesses pessoais, entre outros).

Vale também expor que, com a eminência da necessidade, oriunda das demandas populares, para sustentabilidade, que independente das convicções destes agentes, hipoteticamente, aqueles estão no caminho da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Mesmo que sem ter uma declaração literária em seu discurso, trata-se de uma demanda nacional que, de modo transversal, atinge tal organização, mesmo que inconscientemente. Seriam como medidas de cunho Federal que fossem direcionando os municípios, estados e país como um todo, a seguir uma política sendo direcionada por leis obrigatórias/compulsórias.

Nascimento (2020, p. 117) destaca que “A estrutura administrativa das prefeituras municipais desse arranjo também é um importante indicativo com relação à sustentabilidade”, que se refere à região metropolitana do Cariri, no Ceará. Ainda complementa que ao observar que “questões ambientais e urbanas possuem *status* de secretaria, subentende-se que essas questões são mais sensíveis à idealização de políticas públicas pela municipalidade” (NASCIMENTO, 2020, p.117)

Em Barbosa (2013), há uma contextualização sobre a venda de terrenos em Xangai, China, em que o governo nacional passou a responsabilidade de negociação dos terrenos para a iniciativa privada, diretamente ligada à municipalidade (BARBOSA, 2013), o que eximia o governo em custear os altos custos da terra (BARBOSA, 2013), e que gera assim uma especulação imobiliária na região. O que está ligado ao desenvolvimento e a formas de estabelecer interpretações e representações dos discursos não verbalizados, porém que afetam a concepção de sustentabilidade e/ou cidades sustentáveis de modo generalista.

Ainda na perspectiva de salientar a presente análise de discurso, dando forma diferente da desempenhada por Orlandi; utilizada aqui como referencial teórico, com referência a “As três ecologias” e “Chaosmose”, de Guattari (1992; 2007), viabiliza a concatenação de como o discurso de sustentabilidade dos agentes políticos foi amparado. Fatores como história; plano de imanência (negação); e riqueza da vida (estando ligada a ecologias).

De acordo com Nascimento (2020), ao inserir “sustentabilidade no espaço urbano em prol da criação de cidades sustentáveis”, há estratégias a serem consideradas por prefeituras; secretarias e diversos órgãos/instituições diretamente ou indiretamente associadas à municipalidade (NASCIMENTO, 2020, p. 118).

- busca de equilíbrio dinâmico entre uma determinada população e a sua base ecológico-territorial, diminuindo significativamente a pressão sobre os recursos disponíveis e as desigualdades espaciais; ampliação da responsabilidade ecológica, aumentando a capacidade dos atores social de identificar as relações de interdependência entre os fenômenos e aceitar o princípio da co-responsabilidade de países, grupos e comunidades na gestão dos recursos e dos ecossistemas compartilhados, como o ar, oceanos, florestas e bacias hidrográficas;
- busca da eficiência energética, implicando redução significativa nos níveis de consumo atual, sobretudo dos combustíveis fósseis, e de fontes energéticas renováveis;
- desenvolvimento e utilização de tecnologias brandas ou ecocompatíveis, alterando progressiva e significativamente os padrões atuais do setor produtivo;
- alteração nos padrões de consumo e diminuição significativa na produção de resíduos e no uso de bens ou matérias não-recicláveis; (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000, p. 30).” (NASCIMENTO, 2020, P 118, 119).

Para Araguaína - TO, foram extraídos discursos que possuem representações de sustentabilidade estabelecidas por "desenvolvimento", nos quais:

- Criação do Conselho de desenvolvimento; Conselho municipal de Desenvolvimento Rural (considerando autonomia à Araguaína com ações e atuações previstas); Criação do Fundo.
- Desenvolvimento municipal destinado a aplicações e atribuições relacionadas à administração dos recursos do fundo.
- Desenvolvimento na regulação de obras e serviços.
- Financiamentos com BNDES por meio de agentes financeiros.
- Desenvolvimento social; econômico; socioeconômico; educacional; e sustentável para o município.
- Desenvolvimento e acompanhamento da Educação Básica com apoio do Fundo Nacional da Educação.
- Desenvolvimento de cadeias produtivas; aquicultura e piscicultura.
- Desenvolvimento da economia de setores produtivos; e economia popular solidária.
- Desenvolvimento de novos modelos socioprodutivos.
- Desenvolvimento de modelos; objetivos; atividades; tecnologias adequadas; e compreensão integrada aplicada.
- Desenvolvimento da Municipalidade por meio de concessão.
- Desenvolvimento do estado por meio de ajuda externa.
- Desenvolvimento do município estimulado pela preservação.
- Desenvolvimento de investimentos sociais com (efetivação de ação, aperfeiçoamento e transferência de tecnologias apropriadas).
- Desenvolvimento econômico com vista ao desenvolvimento.
- Desenvolvimento econômico e ambiental.
- Desenvolvimento econômico e social com auxílio do BNDES.
- Desenvolvimento econômico para a prefeitura Municipal; Inclusão Social.

As subdivisões estabelecidas pelas palavras chaves, com o uso no NVivo, foram meras conexões que expressam a sinergia presente no discurso desses agentes políticos, no qual a municipalidade ganha espaço ao obter tópico e espaço para concessões, o que facilita ou não a compreensão do que se está sendo dito com representações textuais. Em Nascimento (2020), o tratamento de questões urbanas, ambientais/sustentáveis pela municipalidade, em um município com

secretarias destinadas a cumprirem esses papéis, geram um panorama não recomendado (NASCIMENTO, 2020). O autor ainda complementa:

Secretarias de Infraestrutura, Obras e/ou de Desenvolvimento Urbano estão presentes em todos esses municípios, ainda que com atuação circunscrita, na maioria das vezes, à execução de serviços e obras públicas, e não ao planejamento em prol de ambientes urbanos sustentáveis; enquanto que a questão ambiental não alcança esse status de secretaria em muitos desses municípios, deixando um indicativo que essas questões não são estratégicas para a municipalidade.(NASCIMENTO, 2020, p.122)

Em Araújo Filho et al (2019), foi utilizada uma cesta de indicadores para medir o nível de sustentabilidade da municipalidade em Porto Velho - RO, e pela metodologia utilizada um índice foi capaz de apontar os níveis dessa sustentabilidade. Assim, os autores colocam a reflexão acerca da necessidade, na prática, por “ações integradas público-privadas para a melhoria dos resultados, de se atender alguns anseios da municipalidade, promovendo assim, o desenvolvimento sustentável do município” (ARAUJO FILHO et al, 2019, p.13).

As leis são frutos de discursos oficiais e legítimos. Elas e outros mecanismos discursivos podem colaborar de forma satisfatória, na qualidade de resgate daquilo que de fato é público, sendo assim caracterizada e afirmada como transformação e/ou “autotransformação dos sujeitos e suas realidades” (KAPLAN, 2011), na qual o desenvolvimento sustentável e espaço urbano atualizam contradições e desafios que encaminham estratégias variadas, provenientes de diferentes atores (REGINENSI, 2020, p.95) e tomadas de decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, e para além das sugestões numéricas, observou-se que em grande maioria das interações obtidas pelos trechos de palavras-chaves havia uma interação com necessidades da sociedade; necessidades financeiras para que fosse possível alguma implementação no presente e com ganhos futuros; o zoneamento e/ou a organização local trazia inferência ao ambiental, porém sem dar tanta visibilidade. Dessa forma, para as tomadas de decisões, o desenvolvimento sustentável de acordo com os registros oficiais se dá por meio de melhorias sociais e econômicas, sem um olhar efetivo para o ambiente e o espaço geográfico de forma geral.

Tal posicionamento pode demonstrar fragilidade por parte dos atores, por questões espaciais e territoriais que envolvem o desenvolvimento humano e financeiro de uma nação. Vale chamar a atenção ao discurso que inibe movimentos sinérgicos dentro das conjunturas internas e externas. Aliado às discussões filosóficas, e o que não é segredo; Araguaína - TO é uma cidade influente desde sua concepção, e os municípios acerca dessa cidade a tem como referência.

As municipalidades, apresentam a existência pressuposta de possíveis conflitos de interesse, porém pode ser ligada à possibilidade de se obter uma organização que promova a sustentabilidade, bem como mascarar condições lideradas por determinados atores e que possam dar segmento distinto ao proposto em lei e pela literalidade do discurso vigente previsto na legislação. Essas contribuições, novamente, são apresentadas como meios que ajudem nas ideias e linhas de pesquisas do campo do conhecimento, bem como da situação do desenvolvimento sustentável. Sendo essas representações também contribuições para as instituições de ensino superior, pesquisa-extensão, sociedade civil e Estado Brasileiro.

Araguaína - TO e sua Câmara Municipal, tomando a frente de discussões de sustentabilidade; gerando conteúdo administrativo e legislativo, bem como realizando ações e recebendo fomento do governo federal e financiamento externo, tem grande potencial de alavancar iniciativas sustentáveis para toda região.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernanda Costa. **O papel das instituições de educação superior na gestão voltada para a sustentabilidade**: uma análise da Universidade Federal do Tocantins a partir do plano de gestão de logística sustentável. 2015. 143f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/82>. Acesso em: maio 2021
- ALVES DA SILVA, Dáfni Priscila; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; DA SILVA, Anderson Henrique. O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista Política Hoje**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 119-134, dez. 2015. ISSN 0104-7094. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3723>. Acesso em: 31 dez. 2022.
- AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.). Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3081>. Acesso em: maio 2021.
- ANTERO, Roberto. (2018). Centralidade urbana em cidades médias da Amazônia: a área de influência compartilhada entre Araguaína (TO), Imperatriz (MA) e Marabá (PA). **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**. ISSN: 1696-8352. (janeiro 2019). Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2019/01/centralidade-urbana-cidades.html>. Acesso em: maio 2021.
- Araújo Filho, I. C., Moret, A. S. M., Matos, B. C., Rodrigues, T. D. M. **Desenvolvimento Regional**: Processos, Políticas e Transformações Territoriais. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019. ISSN: 2447-4622 Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/19217/1192612726>. Acesso em: maio 2021
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2010, v. 25, n. 72, pp. 149-159. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000100011>. Acesso em: [Acessado 26 Outubro 2022] Epub 14 Maio 2010. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000100011>.
- BAUER, Martin; AARTS, Bas. **A construção do corpus**: um princípio para a coleta de dados qualitativos. (p. 39-63). Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático. In: Martin W. Bauer; George Gaskell (editores); tradução de

Pedrinho A. Guareschi. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. 516 p. ISBN: 9788532627278.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Função da lei. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Acesso em: out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.186, de 11 de novembro de 2015**. Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13186.htm. Acesso em: out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017**. Altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9178.htm. Acesso em: out. 2020.

CABRAL, João. MARQUES, Teresa Sá. **Do planeamento estratégico ao desenvolvimento sustentável - experiência em Portugal**. (1996) Inforgeo, 11, p. 107-116. Disponível em:

<<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23654/2/teresamarquesdoplaneamento000096413.pdf>>. Acesso em jun. 2021.

CANEPA, Carla. **Cidades Sustentáveis**. In: GARCIA, Maria (org.). A cidade e seu estatuto. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

CAMARGO, Sílvio; SOUZA, Luiz Gustavo da Cunha de. Pensamento Plural. **Axel Honneth leitor de Lukács**: reificação e reconhecimento. Pelotas [11]: 165 - 186, julho/dezembro 2012. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/11/08.pdf> . Acesso em dez. 2022.

CITInova. **Planejamento Integrado e Tecnologias para Cidades Sustentáveis**. 2019. Disponível em: <https://citinova.mctic.gov.br/>. Acesso em jun. 2021.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº201, de 3 de março de 2015**. Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ). Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2126>. Acesso em: out. 2020.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COURVILLE, Sasha. Making sense of corporate responsibility tools. Regulatory Institution Network, Australian National University. In: **Teaching business sustainability** – vol. 1. United Kingdom: Greenleaf Publishing, 2004.

DEMETERCO NETO, Antonio; SANTOS, Francisco Dionísio Alpendre dos; NAGEM, Julio Vinicius G. **Estado e Desenvolvimento Sustentável**: o problema da aplicabilidade das normas constitucionais. SILVA, C. L. (Org.) (2006). Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, p. 65-88.

DOMINGUES, Ivan. **Multi, Inter e Transdisciplinaridade – onde estamos e para onde vamos?** Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 7, n. 2 – pp. 11-26, 2012.

ECOCÂMARA. **Mês da Sustentabilidade 2020, junho de 2020**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/ecocamara/o-ecocamara/noticias/mes-da-sustentabilidade-2020>. Acesso em: out. 2020.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama. *et al.* **Análise do discurso**: fundamentos e prática. Maceió: Edufal, 2009.

FRANCO, S. C.; LEITE, R. C. M; CAMERON, M. M.; LOPES, J. C. J.; e ALMEIDA, V. L. Plano de gestão de logística sustentável e seus indicadores: o conteúdo mínimo de divulgação, conscientização e capacitação nas universidades federais brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, vol. 10, 4, pp. 204-226, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2017v10n4p204>. Acesso em: out. 2020.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação**. Logeion: Filosofia da Informação, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1. p.57-73. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835> Acesso em: 25 nov. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GILL, Rosalind. **Análise de discurso**. Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático (p. 244-270). In: Martin W. Bauer; George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. 516 p. ISBN: 9788532627278

GISELE SILVA BARBOSA. **O Discurso da sustentabilidade expresso no projeto urbano**. 2013. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/795880.pdf>. Acesso: em dez. 2022.

GODOI, C. K.; COELHO, A. L. A. L.; SERRANO, A. Elementos epistemológicos e metodológicos da análise sociológica do discurso: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais. **Revista O&S**, v. 21, n. 70, p. 509-536, 2014.

GOES, Airton. CIDADES DA AMAZÔNIA TÊM BAIXA PONTUAÇÃO NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Programa Cidades Sustentáveis. (2021). Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/noticia/3138>. Acesso em: jun. 2021.

GOMES JÚNIOR, Evaldo. **Fronteira e reestruturação produtiva na Amazônia brasileira** (2003-2013): um estudo sobre a mudança na hierarquia urbana do município de Araguaína (TO) na Amazônia oriental. 2015. 107 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286536>. Acesso em: 12 mai. 2021.

GUATTARI, Félix. **Chaosmose**. Paris: Galilée, 1992.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 11. Ed. Campinas: Papirus, 2007.

HELBERT, Gabriella Lisbôa. **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)**: Proposta de um modelo para a prefeitura municipal de Cachoeira do Sul/RS. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas), Universidade de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/19409>. Acesso em: out, 2020.

IBGE. **Regiões de influência das cidades-1978**. Rio de Janeiro, 1987.

IBGE. **A legislação municipal, municípios vigentes - 2012**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 fev. 2020.

IBGE. **Cidades@Tocantins, Araguaína, História&Fotos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/historico>. Acesso em: mar. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – REGIC. **Regiões de influência das cidades: 2018/IBGE**, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. **Censo Demográfico - 1980, 1991, 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br . Acesso em: jul. 2021.

IDSC. **Índice de Desenvolvimento Sustentável**. 2021. Disponível em: <https://idsc-br.sdgindex.org/>. Acesso em: jun, 2021.

IDSC - BR. **Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/idsc-br>. Acesso em: nov. 2022.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento e fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. *In Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008

Iniciativas sustentáveis para a administração pública, ISAP. -- Brasília: Senado Federal, Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais, 2019. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/558549/ISAP.pdf?isAllowed=y>. Acesso em: out. 2020.

INSTITUTO ETHOS. **O Instituto / Sobre o Instituto**. (s.d.) (2016 – 2021). Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/>. Acesso em: dez. 2022.

JOHANSSON N., HENRIKSSON M. **Sustainable Production and Consumption. Circular economy running in circles?** A discourse analysis of shifts in ideas of circularity in Swedish environmental policy. p. 148 – 156. v.23 (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.spc.2020.05.005>. Acesso em: nov. 2022

JONG, Eileende ; VIJGE, Marjanneke J. **From Millennium to Sustainable Development Goals**: Evolving discourses and their reflection in policy coherence for development. 100087. v. 7. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.esq.2020.100087>. Acesso em: out. 2022

KALLERT Andreas, BELINA Bernd, MIESSNER Michael, NAUMANN Matthias. The Cultural Political Economy of rural governance: Regional development in Hesse (Germany). **Journal of Rural Studies**, v. 87, p. 327-337, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.09.017>. Acesso em: out. 2022.

KAPLAN, L.; SERRÃO, M. A.; LAMOSA, R.; SANTOS, A.M.M. Políticas, discursos e ações em educação ambiental crítica: da nova sociabilidade do Capital a Caminhos Possíveis. *In*: V Jornada Internacional de Políticas Públicas – Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital, 2011, São Luís. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MESAS_Tematicas/Políticas_Discursos_e_Ações_em_Educação_Ambiental_Crítica_da_Nova_Sociabilidade_do_Capital.pdf. Acesso em: out. 2022.

LACERDA, Norma. **O campo do Planejamento Urbano e Regional: da multidisciplinaridade à transdisciplinaridade**. R. B. Estudos Urbanos Regionais, v. 15, n. 1, p. 77 – 93, 2013.

LAJUGIE, J. **Les villes moyennes**. Paris: Cuyas, 1974.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LAURINDO, A. P.; SILVA, J. Á. P. Introdução à pesquisa: características e diferenças teórico conceituais entre estudo qualitativo e quantitativo. **Revista Uniabeu**, v. 10, n. 26, p. 45-55, 2017.

LOURENÇO, Marcus Santos. Políticas Públicas e Desenvolvimento. *In*: SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi (org.). **Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. 1 ed. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-58, 2005.

LUKÁCS, G. **La Peculiaridad de lo Estético**: Questiones Preliminares y de Principio. Traduzido do original em alemão por Manuel Sacristán. Barcelona (Espanha), Grijalbo, v. 1, 1966.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Lisboa: Escorpião, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MEDEIROS JUNIOR, Geraldo José. Universidade e Responsabilidade Social. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**. Florianópolis, Santa Catarina. 2004. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21 Global. Brasília, DF. 1995. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em: abr. 2021.

MENDES, José F.G. (et al.). **Contribuições para o desenvolvimento sustentável em cidades portuguesas e brasileiras**. Coimbra: Almedina, 2004. Disponível em: <http://repositorium.uminho.pt/handle/1822/2293>. Acesso em: jun. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda da Administração Pública - A3P**. Página institucional, disponível em: <https://www.mma.gov.br/>. Acesso: out. 2020.

MOREIRA, Luciano Accioly Lemos. **A (In)sustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Maceió, 2010. 164 f. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6421>. Acesso em: out. 2022.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize; TEIXEIRA, Alex Niche. Análises qualitativas nos estudos organizacionais: as vantagens no uso do software NVIVO®. *Revista Alcance – Eletrônica*, v. 23, n. 4, out./dez. 2016. Doi: alcance.v23n4.p578-587. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/ra/article/view/8982>. Acesso em: dez.2022.

NASCIMENTO, D. C. do. **Cidades sustentáveis e políticas ambientais: um resgate da percepção dos gestores municipais da região metropolitana do Cariri, Ceará, Brasil**. *GEOTemas - Pau dos Ferros, RN, Brasil*, v. 10, n. 3, p. 106-124, set./dez. 2020. ISSN: 2236-255X.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política** – uma introdução crítica. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2007.

O. GOULART, Jefferson; T. TERCI, Eliana; V. OTERO, Estevam. A dinâmica urbana de cidades médias do interior paulista sob o Estatuto da Cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 1, mayo, 2013, pp. 183-200. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5139/513951683012.pdf>. Acesso em: jun. 2021.

OLIVEIRA, Andre Luiz Mendes; SARUBBI, Fabiola Maciel; e ROSA, Cintia Terezinha. (sd). **Instrumentos de Gestão da sustentabilidade**. Encontro Internacional sobre gestão empresarial e meio ambiental. - XVI ENGEMA. Dezembro de 2014. ISSN 2359-1048. Disponível em: <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/420.pdf>. Acesso em: maio 2021.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 273-288, mar.-abr/2006.

OLIVEIRA, M. D. **Universidade e sustentabilidade**: proposta de diretrizes e ações para uma universidade ambientalmente sustentável. 2009. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil, 2006.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 6 ed., 2005.

PACÍFICO FILHO, Miguel *et al.* **Cidades Médias na Amazônia Legal**: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 1477-1503, nov. 2020. ISSN 1982-6745. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15139>. Acesso em: 12 maio 2021. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15139>.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

PETRELLI, C. M.; COLOSSI, N. A quarta via das instituições de ensino superior: a responsabilidade social. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, Santa Catarina, v. 5, n. 13, p.71-83, dez 2005/mar 2006.

PSC. **Programa Cidades Sustentáveis**. (2021). Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/inicial/home>. Acesso em jun. 2021.

REGINENSI, C. Desenvolvimento (in)sustentável na orla de Copacabana (Rio de Janeiro): atores, recursos e processo participativo. **Revista Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 95–113, 2020. Disponível em:<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1532> . Acesso em: maio. 2024.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O ensino do planejamento urbano e regional**: propostas à ANPUR. R. B. ESTUDOS URBANOS REGIONAIS v. 4, n. 1/2, p. 63 - 72, maio/nov. 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Paula Yone (org) Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTAELLA, Lucia. **O projeto de pesquisa e seus passos**. 2a. reimpressão. São Paulo: Hacker Ed., 2006, p. 151-188.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 12 ed. Porto: Afrontamento, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. A questão: o uso do território. In: SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Cap. I, p. 19-23.

SARAVALLI, T. L. S. **Redes de cooperação técnica internacional**: o programa cidades do pacto global da ONU em Birigui – SP. (2020) Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/202697>. Acesso em: out. 2022.

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, set/dez. 2018. [ISSN 1982-9957]. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/index>. Acesso em: out. 2020.

SIDDAWAY, A. P.; WOOD, A. M.; HEDGES, L. V. How to do a systematic review: a

best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and meta-syntheses. **Annual Review of Psychology**, v. 70, n. 1, p. 747–770, 2019.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa**: guia prático. Fortaleza, CE: Editora da UFC, 2004.

SILVA, Christian Luiz da; RAULI, Fabiano de Castro. Avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso dos programas de educação de Curitiba de 1998 a 2005. **Semestre Económico**, v. 12, n. 23, pp. 77-96, Enero-junio de 2009. ISSN 0120-6346 Medellín, Colombia. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v12n23/v12n23a5.pdf>. Acesso em: out. 2020.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SODRÉ, Reges. RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Contribuições ao estudo de cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas, no Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**. v. 20 n. 1, p. 169-188. jan-abr 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v20i1.2301>. Acesso em: jul. 2021.

STEINBERGER, Marília. BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 35-77, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9873>. Acesso em: maio 2021.

SUNDFELD, Carlos Ari. O estatuto da cidade e suas diretrizes gerais. In: DALLARI, Adilson Abreu e FERRAZ, Sérgio. **Estatuto da cidade**: comentários à Lei nº 10.257/2001. São Paulo: Malheiros, 2006.

TAUCHEN, J. A. **Um modelo de gestão ambiental para implantação em instituições de ensino superior**. 149f. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Passo Fundo, RS, 2007.

TELLER, David. **The Melbourne Model**: Solving Hard Urban Issues Together. United Nations Global Compact Cities Programme, Greenleaf Publishing, JCC 11, Autumm. Melbourne, Austrália, p. 133-142, 2003.

TOMAÉL, Maria Inês. Redes de Conhecimento. Data Grama Zero, **Revista de Ciência da Informação**, Artigo 04, v. 9, n2, abr. 2008. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_a03744a038_0007581.pdf. Acesso em: nov. 2022.

UNEP. **United Nations Environment Programme**.(s.d.) Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/sobre-onu-meio-ambiente>. Acesso em: maio 2021.

UNIC Rio - **Transformando nosso mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 70 A ONU forte um mundo melhor. Governo Federal Brasil, pátria educadora. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 25 de setembro de 2015.

<https://sustainabledevelopment.un.org>. Disponível em:
http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf.
Acesso em: maio 2021.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. São Paulo: **Revista Ensaio**, n. 17/18, 1989.

VIDEIRA, A. A. P. Boltzmann. Física teórica e representação. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 28, n. 3, p. 269-280, 2006.

VIEIRA, Juliana de Souza Reis. Cidades Sustentáveis. *In*: **Revista de Direito da Cidade**, v.04, n. 02. p. 1-39, 2012. ISSN 2317-7721 Disponível em:
<https://doi.org/10.12957/rdc.2012.9710>. Acesso em: jun. 2021.

WWF - WWF Brasil. **Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em
<<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: out, 2020.

ANEXOS

1. Ofício nº20/2021
2. Frequências de Palavras

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS - PPGDIRE

Av. Paraguai | 77824-838 | Araguaína - TO
(DD) 0000-0000 | www.ufnt.edu.br | ppgdire@mail.ufnt.edu.br



OFÍCIO Nº 020/2021 – PPGDire/UFNT

Araguaína, 24 de setembro de 2021

VOSSA SENHORIA
FERNANDO TAVARES
CHEFE DE SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL
Araguaína/Tocantins

Assunto: **Solicitação de acesso a dados institucionais**

Prezado Chefe de Secretaria,

Com os nossos cordiais cumprimentos, solicitamos a V. Sa. a liberação de acesso da mestranda Patrícia Ferreira Paiva de Sousa à Câmara Municipal de Araguaína, tendo em vista o desenvolvimento de sua pesquisa de mestrado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)/Câmpus Araguaína – Unidade Cimba.

A referida mestranda tem desenvolvido o projeto de pesquisa intitulado “Plano de Logística Sustentável-PLS e o seu potencial diante do desenvolvimento regional; um olhar para Araguaína - TO”, sob a orientação da Prof. Dr. Adimilson Renato da Silva. Ressaltamos que esse acesso envolve a coleta dos seguintes dados institucionais: “Atas manuscritas”, “Arquivos referentes à estruturação da legislação local”, “Documentos direcionados à demandas populares e desenvolvimento municipal”, “Planos”, “Relatórios”, considerando o acervo ainda não digitalizado desta Câmara.

Cabe ressaltar que esses dados serão alçados a objeto de pesquisa, resguardando a identidade dos atores envolvidos, na justa medida em que os dados serão categorizados e homogeneizados.

Ressaltamos que, após a realização da pesquisa, iremos dar a devolutiva dos dados para a referida Câmara Municipal de Araguaína, inclusive, como maneira de criar condições teóricas, metodológicas e analíticas para a proposição e para o aprimoramento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional sustentável, bem como sugestões para criações e adequações voltadas à Logística Sustentável como um instrumento de gestão para benefícios municipais. Destacamos que estamos abertos à parceria entre Universidade e Câmara, dada a natureza de atuação do PPGDire naquilo de que dispomos de trabalhos acadêmicos já desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Cordialmente,

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
(PPGDire)

Palavra	Extens ão	Contage m	Percentual ponderado (%)	Palavras similares
municipal	9	298	002	municipal, municipal#, municipalidade
araguaina	9	203	001	araguaina
estado	6	158	001	estado, ponto
tocantins	9	130	001	tocantins
fundo	5	120	001	finance, financiada, financiadoras, financiados, financiamento, financiamentos, fundada, fundo, fundos
projeto	7	125	001	empresa, plano, plantas, programa, programas, projete, projeto, projetos, trabalhadores, trabalhista, trabalho, trabalhos
camara	6	102	001	camara, camara', camera
desenvolvimento	15	103	001	crescimento, desenvolvam, desenvolvem, desenvolvendo, desenvolvidas, desenvolvidos, desenvolvimento
recursos	8	94	001	recurs, recurso, recursos
poder	5	79	000	podas, podendo, poder, podera, poderes

publica	7	76	000	public, publica, publicar, publicas, publicidade, publico, publicos
municipio	9	62	000	municipio, municipios
ambiente	8	56	000	ambiente
prefeito	8	52	000	prefeita, prefeito, prefeitos
artigo	6	50	000	artigo, parcela
ambiental	9	46	000	ambiental, ambientalmente, ecologico
conselho	8	44	000	conselho, conselhos
seguinte	8	44	000	seguinte, seguintes
economica	9	39	000	economica, economicamente, economicas, economicidade, economico
forma	5	44	000	forma, formais, formam, formas, maneira, process, processo
atividades	10	38	000	ativamente, atividade, atividades
paragrafo	9	38	000	paragrafo
conta	5	37	000	conta, contado, contados, contamos, contar, contara, contas, contidas
prefeitura	10	35	000	prefeitura
executive	9	33	000	executive
legislativo	11	32	000	legislativa, legislativo

presente	8	32	000	atualmente, presente, presentes
centro	6	31	000	centra, centrais, centres, centro, centros, meios
capital	7	30	000	capital
cargo	5	30	000	carga, cargo, cargos, coloca, colocar, posto, postos
social	6	30	000	social
vereadores	10	30	000	vereador, vereadora, vereadorea, vereadores
vigor	5	30	000	vigor
despesas	8	29	000	despesa, despesas, gastos
serao	5	29	000	serao
credito	7	28	000	credit, credito, creditos
prazo	5	28	000	prazo, prazos
financeiro	10	27	000	financeira, financeiras, financeiro, financeiros
banco	5	27	000	bancaria, bancarias, banco, bancos
valor	5	27	000	valor, valores
10024	5	26	000	10024
revogadas	9	25	000	revoga, revogada, revogadas, revogado, revogados, revogam, revogando

secretaria	10	25	000	secret, secretar, secretaria
objetivo	8	24	000	intuito, metas, objetivo, objetivos
presidente	10	24	000	president, presidenta, presidente
setor	5	24	000	setor, setores, setoriais
77804	5	23	000	77804
unico	5	23	000	unico
atraves	7	22	000	atraves
organica	8	22	000	departamento, organ, organica, organismos, serem, seres
sanciono	8	21	000	sanciona, sanciono
aprovado	8	21	000	aprovado
rural	5	21	000	rural
chefe	5	31	000	administrador, administradores, administrativa, administrativos, autoridade, autoridades, chefe, diretores, diretoria
agente	6	20	000	agente
produtivas	10	20	000	produtiva, produtivas, produtivo, produtivos, produto, produtos
fundeb	6	19	000	fundeb
componentes	11	22	000	componentes, elemento, fator, fatores, parte, partir

dezembro	8	18	000	dezembro
entidades	9	18	000	entidades
finalidade	10	18	000	final, finalidade, finalidades, finalmente, termo, termos
nacional	8	18	000	nacional, nacionalidade, popular
politica	8	18	000	politica, politicas, politico, politicos
promover	8	18	000	promova, promovendo, promover, promovida
previstas	9	18	000	prevista, previstas, previsto, previstos
trata	5	17	000	trata, tratar, trato
aprova	6	17	000	aprova
araguafna	9	17	000	araguafna
contrario	9	16	000	contrario
decisao	7	16	000	decisao
devera	6	16	000	devem, devendo, dever, devera, devido
garantia	8	16	000	garantam, garantia, garantias, garantindo, garantir
providencias	12	16	000	providenciar, providencias
regime	6	24	000	autoridade, autoridades, executivo, governo, regime

sociedade	9	20	000	empresa, firmando, firmar, sociedade
cento	5	15	000	center, cento
considerando	12	15	000	considerada, considerado, considerando, considerar
gabinete	8	15	000	gabinete
mandato	7	15	000	mandate, mandates, mandato
produgao	8	15	000	produgao
protocolo	9	15	000	protocol, protocolo
referido	8	15	000	refere, referendo, referida, referidas, referido, referidos
sociais	7	15	000	sociais
utilidade	9	15	000	utilidade
aragualna	9	14	000	aragualna
bndes	5	14	000	bndes
contrato	8	14	000	contratada, contratadas, contratar, contrato, contratos
disposigoes	11	14	000	disposigoes
privadas	8	14	000	privada, privadas, privado
produtores	10	14	000	produtor, produtores
publicagao	10	14	000	publicagao
queimada	8	14	000	queima, queimada, queimadas, queimar
servigos	8	14	000	servigo, servigos

legislative	11	14	000	legislative, legislatives
abril	5	13	000	abril
apoio	5	14	000	ajuda, apoio, suporte, sustentabilidade, sustentado
darcy	5	13	000	darcy
educagao	8	13	000	educagao
entra	5	13	000	entra
exercicio	9	13	000	exercicio
federal	7	13	000	federal
gestao	6	13	000	gestao
inciso	6	13	000	inciso
junho	5	13	000	junho
legais	6	13	000	legais
mangueiras	10	13	000	mangueiras
marinho	7	13	000	marinho
membros	7	13	000	membro, membros
pagamento	9	13	000	pagamento, pagos
renda	5	13	000	renda, rendas
saber	5	13	000	conhecimento, conhecimentos, sabemos, saber, sabido
vinte	5	13	000	vinte
decorrentes	11	12	000	consequentemente, decorrente, decorrentes, efeito, resultados
destinados	10	12	000	destinadas, destinado, destinados, destinando

forem	5	12	000	foram, forem
nobres	6	12	000	nobre, nobres
orgamento	9	12	000	orgamento
orgao	5	12	000	orgao
pequenos	8	12	000	pequena, pequenas, pequenos
peessoas	7	12	000	peessoas
senhores	8	12	000	senhor, senhora, senhores
sessoes	7	12	000	sessoes
votagao	7	12	000	votagao
qualidade	9	12	000	propriedade, qualidade
dentro	6	11	000	dentre, dentro
dessa	5	11	000	dessa, desse, desses
multa	5	11	000	multa, multas
nosso	5	11	000	nossa, nossas, nosso
principal	9	11	000	principal, principalmente
administragao	13	11	000	administragao
agoes	5	11	000	agoes
cidade	6	11	000	cidade, cidades
concedidos	10	11	000	concedido, concedidos
conselheiros	12	11	000	conselheiro, conselheiros
controle	8	11	000	control, controlar, controle
direta	6	11	000	direta, diretamente, direto, diretos
execugao	8	11	000	execugao

natureza	8	11	000	naturais, natureza
realizadas	10	11	000	realiz, realiza, realizadas, realizados, realizar, realizarem
saude	5	11	000	saude
secretario	10	11	000	secretario, secretarios
sistema	7	11	000	sistema, sistemas
autorizado	10	10	000	autorizado
concessao	9	10	000	concessao
conforme	8	10	000	conform, conforme, conformidade
deverao	7	10	000	deverao
junto	5	10	000	comite, junto
juros	5	10	000	juros
necess	6	10	000	necess, necessaria, necessidade, necessidades
terceiro	8	10	000	terceiro, terceiros
comunidade	10	10	000	classe, comunidade, comunidades
partir	6	15	000	jogarem, papel, parcela, parte, partir, segmento, segmentos
ambientais	10	9	000	ambientais
beneficiados	12	9	000	benefici, beneficiadas, beneficiados, beneficiar, beneficiarem, beneficiarias, beneficiem

cinco	5	9	000	cinco
competente	10	9	000	capacidade, competente, competentes
condenados	10	9	000	condenados, perda, perdido
criagao	7	9	000	criagao
criar	5	9	000	criada, criado, criar, crier
entrara	7	9	000	entrara
fomento	7	9	000	foment, fomentar, fomento
fontes	6	9	000	fonte, fontes, nascente, nascentes
gerais	6	9	000	geradas, gerados, gerais, gerem, geridos, gerir
infragao	8	9	000	infragao
justificativa	13	9	000	justificada, justificativa
nesta	5	9	000	nesta
orgaos	6	9	000	orgaos
participar	10	9	000	envolvimento, participa, participar
paulo	5	9	000	paulo
receita	7	9	000	receita, receitas
socio	5	9	000	socio, socios
basica	6	9	000	basica, basicamente, basicas, basicos
convenios	9	9	000	convenio, convenios
pratica	7	9	000	pratica, praticado, praticados, praticara, praticas

emprego	7	13	000	emprego, trabalhadores, trabalhista, trabalho, trabalhos
aplicacao	9	8	000	aplicacao
araguama	8	8	000	araguama
brito	5	8	000	brito
constante	9	8	000	constante, constantes
documentos	10	9	000	documento, documentos, papel
empresas	8	8	000	empresas
encargos	8	8	000	encargos
excelentissimo	14	8	000	excelentissimo
institute	9	8	000	institute
julgado	7	8	000	julgado, julgar
levando	7	8	000	levam, levando, levar
lucrativos	10	8	000	lucrativos
micro	5	8	000	micro
muitas	6	8	000	muitas, muito, muitos
proposta	8	8	000	proposta, propostas, proposto, propostos
quaisquer	9	8	000	quaisquer
risco	5	8	000	perigosos, risco, riscos
tecnico	7	8	000	tecnica, tecnicas, tecnico, tecnicos
titular	7	8	000	detentores, titular, titulo
visando	7	8	000	visando, visem

casos	5	8	000	casos, habitos, morada, morais, resident
categoria	9	8	000	categoria, classe, estatuto, ordem
montantes	9	8	000	importe, medida, medidas, montante, montantes, quantas, somar
unidade	7	9	000	integridade, total, totalidade, unidade
entidade	8	8	000	coisa, entidade
fmanceiros	10	7	000	fmanceira, fmanceiro, fmanceiros
viabilizar	10	7	000	viabilizar, viabilizara, viabilize, viabilizem
02773216	8	7	000	02773216
acordo	6	7	000	acordo, assentamento, assentamentos
agosto	6	7	000	agosto
aplicados	9	7	000	aplicados
assistencia	11	7	000	assistencia
associagao	10	7	000	associagao
atendimento	11	7	000	atendimento
coleta	6	8	000	coleta, coletiva, coletivas, coletivo, grupo
complementar	12	7	000	complementar
corrente	8	7	000	corrente, correntes, fluxo
defesa	6	7	000	defesa

designados	10	7	000	denominado, designado, designados
ensino	6	7	000	educativas, educativo, ensino
geral	5	7	000	geral, geralmente
homem	5	7	000	homem, humanas, humanidade
inclusive	9	7	000	inclusive
industrial	10	7	000	industrial
legalidade	10	7	000	legal, legalidade, legalmente
limpeza	7	7	000	limpeza
munidpio	8	7	000	munidpio
patrimonio	10	7	000	patrimonio
portal@araguaina	16	7	000	portal@araguaina
primeiro	8	7	000	primeiro
profissionais	13	7	000	profissionais
profissional	12	7	000	profissional
provenientes	12	7	000	provenientes
rurais	6	7	000	rurais
soares	6	7	000	soares
solicitado	10	7	000	requerer, requerimento, rogamos, solicitado, solicitamos, solicitando
tempo	5	7	000	tempo
terrenos	8	7	000	solidos, terreno, terrenos
transferencia	13	7	000	transferencia, transferencias
transitada	10	7	000	transit, transitada
trinta	6	7	000	trinta

uniao	5	7	000	uniao
constituem	10	7	000	constituem, constituída, constituídas, constituído, constituídos
disposto	8	7	000	dispostes, disposto
fisicas	7	7	000	fisica, fisicas
executivo	9	17	000	administrador, administradores, administrativa, administrativos, executivo
carencia	8	6	000	carencia, carencias
cumprir	7	6	000	cumpra, cumprindo, cumprir
juridicas	9	6	000	juridica, juridicas
tantas	6	6	000	tantas, tanto, tantos
administrative	14	6	000	administrative
agricultura	11	6	000	agricultura
aprovou	7	6	000	aprovou
aragulana	9	6	000	aragulana
assinatura	10	6	000	assinatura
atribuigoes	11	6	000	atribuigoes
brasil	6	6	000	brasil
celebrado	9	6	000	celebrado, celebrados, celebrar, celebrou
civil	5	6	000	civil
cometimento	11	6	000	cometer, cometidas, cometimento
compromisso	11	6	000	compromisso, compromissos

comunit	7	6	000	comunit, comunitaria, comunitarias
comunitario	11	6	000	comunitario
consignados	11	6	000	consignadas, consignados, consignara
consonancia	11	6	000	consonancia
credenciado	11	6	000	credenciado
critérios	9	6	000	critério, critérios
decreto	7	6	000	decreta, decretar, decreto
direito	7	6	000	direito, direitos
disposi	7	6	000	disposi
efetivo	7	6	000	efetiva, efetivamente, efetivo
familiar	8	6	000	familiar, familias
fungao	6	6	000	fungao
houver	6	6	000	houve, houver
igual	5	6	000	igual, paradas, parar, pares
informagoes	11	6	000	informagoes
interesse	9	6	000	interesse
mensagem	8	6	000	mensagem
mercado	7	6	000	mercado
necessaries	11	6	000	necessaries
necessario	10	6	000	necessario, necessarios
novas	5	6	000	novas, novos
paldcio	7	6	000	paldcio
parecer	7	6	000	entendimento, parecer, pareceres
percentual	10	6	000	percentual

pessoa	6	6	000	pessoa
processo	8	12	000	procedimentos, process, processo
propria	7	6	000	propria, proprias, propries
realizagao	10	6	000	realizagao
receber	7	6	000	receber, receberem, recebidas, recebimento
reciclar	8	6	000	reciclar
regulamenta	11	6	000	regulamenta, regulamentais, regulamentara, regulamentarem
representam	11	6	000	representa, representadas, representados, representam, representativas
representantes	14	6	000	representante, representantes
responsabilidade	16	6	000	respons, responsabilidade, responsabilidades
segundo	7	6	000	segundo
services	8	6	000	servic, service, services, servicios
setembro	8	6	000	setembro
suplementadas	13	6	000	suplementadas, suplementar
utilizado	9	6	000	utilizado
votacao	7	6	000	votacao
campo	5	9	000	campo, disciplina, disciplinar, quadra, quadrados, quadro

limite	6	6	000	balizamento, limitado, limite, limites, marcadas
melhor	6	6	000	melhor, melhorar, melhoria, reforma
objeto	6	6	000	coisa, objeto
acompanhamento	14	5	000	acompanhamento
adequagao	9	5	000	adequagao
ag6es	5	5	000	ag6es
aprovar	7	5	000	aprovar
areas	5	5	000	areas
atletas	7	5	000	atletas
busca	5	5	000	busca, buscando
cobrados	8	5	000	cobrado, cobrados
colegiado	9	5	000	colegiado
constituigao	12	5	000	constituigao
contr	5	5	000	contr, contraria, contrastes
custear	7	5	000	custeados, custear, custo, custos
declara	7	5	000	declara
declarada	9	5	000	declarada, declarado, declarar
desportiva	10	5	000	desportiva, esportivos
disparidades	12	5	000	disparidade, disparidades
empreendedores	14	5	000	empreendedores
equipamentos	12	5	000	equipamento, equipamentos
escolha	7	5	000	alternativa, escolha
estadual	8	5	000	estadual
estao	5	5	000	estao
estipulados	11	5	000	estipulados

ficam	5	5	000	ficam, ficando, ficar, ficara
ficha	5	5	000	ficha
fixar	5	5	000	fixada, fixados, fixar, fixos
formal	6	5	000	formal
funcionamento	13	5	000	funcionamento, funcionara
geragao	7	5	000	geragao
grupo	5	6	000	corpo, equipe, grupo, pessoal, quadrilha
haloum	6	5	000	haloum
importancia	11	5	000	importancia
infrator	8	5	000	infrator
margo	5	5	000	margo
materials	9	5	000	materials
milenio	7	5	000	milenio
minhas	6	5	000	minhas
municipa	8	5	000	municip, municipa, municipais
municpio	9	5	000	municpio
nomeado	7	5	000	nomeado, nomeados, nomes
obras	5	5	000	obras
operagao	8	5	000	operagao
outubro	7	5	000	outubro
passa	5	5	000	passa, passam
periodo	7	5	000	periodicamente, periodo
poiitica	8	5	000	poiitica
preservagao	11	5	000	preservagao
preservagso	11	5	000	preservagso
presidents	10	5	000	presidents

prestadas	9	5	000	presta, prestadas, prestados, prestar
prestacao	9	5	000	prestacao
proferida	9	5	000	proferida
prote	5	5	000	prote, proto
reais	5	5	000	reais
reconhecimento	14	5	000	reconhecido, reconhecidos, reconhecimento
redugao	7	5	000	redugao
somente	7	5	000	somente
tarifas	7	5	000	tarifas
tocantinense	12	5	000	tocantinense
urgencia	8	5	000	urgencia
vedada	6	5	000	vedada, vedado
votag	5	5	000	votag
votagso	7	5	000	votags, votagso
barros	6	8	000	barros, quadra, quadrados, quadro, tirando
abraao	6	4	000	abraao
administracao	13	4	000	administracao
anual	5	4	000	anual, anualmente
apresentado	11	4	000	apresentado
aprovacao	9	4	000	aprovacao
atribui	7	4	000	atribui
atuacao	7	4	000	atuacao
aumento	7	5	000	aumento, crescimento
autonomia	9	4	000	autonomia
autorizada	10	4	000	autorizada
branco	6	4	000	branco
cadeia	6	4	000	cadeia, cados

caput	5	4	000	caput
causa	5	4	000	causa, causara, causas
condenagao	10	4	000	condenagao
considera	9	4	000	considera
consorcio	9	4	000	consorcio, consorcios
correrao	8	4	000	correrao
curso	5	4	000	curso, cursos
definidas	9	4	000	definidas, definido, definira
devolugao	9	4	000	devolugao
dimas	5	4	000	dimas
diretrizes	10	4	000	diretrizes
disposicoes	11	4	000	disposicoes
disso	5	4	000	disso
divida	6	4	000	divida
dotagoes	8	4	000	dotagoes
econ6mica	9	4	000	econ6mica
economia	8	4	000	economia
empenho	7	4	000	empenho
entende	7	4	000	entende
escolar	7	4	000	escolar
especie	7	4	000	especie
especificas	11	4	000	especifica, especificas, especificos
estabelecimento	15	4	000	estabelecimento, estabelecimentos
estar	5	4	000	estar
estudos	7	4	000	estudos
falta	5	4	000	falta, lacunas

favorecidos	11	4	000	favorecer, favorecidos
feita	5	6	000	empreendimento, empreendimentos, feita
fevereiro	9	4	000	fevereiro
fmanciamentos	13	4	000	fmanciamento, fmanciamentos
formagao	8	4	000	formagao
fumaga	6	4	000	fumaga
gestor	6	4	000	gestor, gestores
implanta9ao	11	4	000	implanta9ao
indireta	8	4	000	indireta
informais	9	4	000	informais
institui	8	4	000	institui
instituigao	11	4	000	instituigao
instituigoes	12	4	000	instituigoes
janeiro	7	4	000	janeiro
judicial	8	4	000	judicial
limpa	5	4	000	limpa
localizados	11	4	000	localizada, localizadas, localizados
manutengao	10	4	000	manutengao
materia	7	4	000	matas, materia, materias
minima	6	4	000	minima, minimo
monetaria	9	4	000	monetaria
moralidade	10	4	000	moralidade
nacionais	9	4	000	nacionais
natural	7	4	000	nativas, natural
negdcios	8	4	000	negdcios
nogueira	8	4	000	nogueira

observadas	10	4	000	observadas
ocupar	6	4	000	ocupar
operapao	8	4	000	operapao
orgamentaria	12	4	000	orgamentaria
palacio	7	4	000	palacio
parcerias	9	4	000	parcerias
particular	10	4	000	particulados, particular, particulares
poderao	7	4	000	poderao
populagao	9	4	000	populagao
principio	9	4	000	principio, principios
problemas	9	4	000	dificuldades, problemas
processes	9	4	000	proces, processes
propositura	11	4	000	propositura
provimento	10	4	000	abastecimento, provimento
redagao	7	4	000	redagao
referentes	10	4	000	referentes
regional	8	4	000	regional
registros	9	4	000	registrando, registre, registros
regular	7	4	000	regula, regulamento, regular
relativas	9	4	000	relate, relativas
relevante	9	4	000	relevante, relevantes
respective	10	4	000	respective
respeito	8	4	000	respeitada, respeitadas, respeito
ribeiro	7	4	000	ribeiro

ronaldo	7	4	000	ronaldo
servidor	8	4	000	servidor, servidores
supra	5	4	000	supra
taxas	5	4	000	taxas
tenha	5	4	000	tenha
toxicos	7	4	000	toxicas, toxico, toxicos
tribunal	8	4	000	tribunal
unanimidade	11	4	000	unanimidade
urbana	6	4	000	urbana
urgentissima	12	4	000	urgentissima
utilizagao	10	4	000	utilizagao
utilizar	8	4	000	utilizar
valderez	8	4	000	valderez
valorizagao	11	4	000	valorizagao
vigente	7	4	000	vigente
vinculados	10	4	000	vinculados, vincular, vinculo
vista	5	4	000	vista, vistas, visto
voltadas	8	4	000	voltadas, voltados
votagio	7	4	000	votagio
administrativa	14	11	000	administrador, administradores, administrativa, administrativos, governo
empresa	7	10	000	empreendimento, empreendimentos, empresa, firmando, firmar
figurou	7	4	000	figuram, figurou, ponto
sentido	7	4	000	orientativo, sentido, sentidos

atmosferico	11	3	000	atmosferica, atmosferico
beneficio	9	3	000	beneficio, beneficios
capazes	7	3	000	capaz, capazes
ceder	5	3	000	ceder, cedidos
cidadaos	8	3	000	cidadao, cidadaos
compreendendo	13	3	000	compreendendo, compreendera, compreendido
contribuem	10	3	000	contribuem, contribuindo, contribuir
debitar	7	3	000	debitar, debitos
depositados	11	3	000	depositados, depositaria, deposito
disponibilizada	15	3	000	disponibilizada, disponibilizadas, disponibilizara
distribui	9	3	000	distribui, distribuidas, distribuir
econdmica	9	3	000	econdmica, econdmicas
expressamente	13	3	000	expressamente, expressiva
formuladas	10	3	000	formuladas, formulando
gases	5	3	000	gases, gasosas
gratificada	11	3	000	gratificada, gratificadas
maioria	7	3	000	maior, maioria
ministerio	10	3	000	ministerio, ministerios
modalidades	11	3	000	modalidade, modalidades

necessita	9	3	000	necessita, necessitadas
permitira	9	3	000	permita, permitira
plena	5	3	000	plena, pleno
possuem	7	3	000	possuem, possui, possuir
potencialmente	14	3	000	potencial, potencialmente
previamente	11	3	000	prevera, previamente
proporcionar	12	3	000	proporcionar, proporcionem
regras	6	3	000	regra, regras
relatorio	9	3	000	relatorio, relatorios
resultantes	11	3	000	resultante, resultantes
situa9oes	9	3	000	situa9, situa9oes
subsequentes	12	3	000	subsequente, subsequentes
transferir	10	3	000	transferidos, transferir
abuso	5	3	000	abuso
acerca	6	3	000	acerca
acompanhar	10	3	000	acompanhar
adicionais	10	3	000	adicionais
administraqao	13	3	000	administraqao
afastamento	11	3	000	afastamento, afastamentos
agricola	8	3	000	agricola
ajude	5	3	000	ajude
alterar	7	3	000	alterar
ambient	7	3	000	ambient
antunes	7	3	000	antunes
anuais	6	3	000	anuais

anulado	7	3	000	anulado
aplicacao	9	3	000	aplicacao
aplicada	8	3	000	aplicada
aplicagoes	10	3	000	aplicagoes
aragu	5	3	000	aragu
araguainense	12	3	000	araguainense
assegurar	9	3	000	assegurar
associa	7	3	000	associa
associapao	10	3	000	associapao
associate	9	3	000	associate
autoriza	8	3	000	autoriza
auxiliar	8	3	000	auxiliar, colaborar
beneficiarios	13	3	000	beneficiarios
capacitagao	11	3	000	capacitagao
capitulo	8	3	000	capitulo
carater	7	3	000	carater
coibir	6	3	000	coibir
comercial	9	3	000	comercial
comercializagao	15	3	000	comercializagao
comissao	8	3	000	comissao
composigao	10	3	000	composigao
composta	8	3	000	composta, composto, compostos
condi	5	3	000	condi, condos
conferidas	10	3	000	conferidas
conserva9ao	11	3	000	conserva9ao
contabilidade	13	3	000	contabil, contabilidade
continuidade	12	3	000	continuidade, seguimentos
contratualmente	15	3	000	contratualmente

contribuigao	12	3	000	contribuigao
corre9ao	8	3	000	corre9ao
crian9as	8	3	000	crian9as
crimes	6	3	000	crimes
cultural	8	3	000	cultural
cumprimento	11	3	000	cumprimento
deficiencias	12	3	000	deficiencias
denuncias	9	3	000	denuncias
desejarem	9	3	000	desejarem, desejem, vontade
determina	9	3	000	determina, determinara, determine
diante	6	3	000	diante
diesel	6	3	000	diesel
dinamicos	9	3	000	dinamicos, dinamismo, vital
dinamizagao	11	3	000	dinamizagao
dispositivos	12	3	000	dispositivos
divino	6	3	000	divino
doagao	6	3	000	doagao
doagoes	7	3	000	doagoes
dotapoes	8	3	000	dotapoes
educa	5	3	000	educa
educacionais	12	3	000	educacionais
educapao	8	3	000	educapao
egregia	7	3	000	egregia
eleitoral	9	3	000	eleitoral
empreendimentos	15	5	000	empreendimento, empreendimentos, iniciativa, iniciativas
empregos	8	3	000	empregos

emprestimo	10	3	000	emprestimo
encontra	8	3	000	encontra
escolas	7	3	000	escolas
estejam	7	3	000	estejam
estimulem	9	3	000	estimulem
estrutura	9	3	000	estrutura
etario	6	3	000	etario
eventualmente	13	3	000	eventualmente, possibilidade, possibilidades
excelencias	11	3	000	excelencias
excluidos	9	3	000	excluidos
execu9ao	8	3	000	execu9ao
exercer	7	3	000	exercer
expressa	8	3	000	expressa
federais	8	3	000	federados, federais
filantropicas	13	3	000	filantropicamente, filantropicas
fiscal	6	3	000	fiscal
fortalecimento	14	3	000	fortalecimento
fungoes	7	3	000	fungoes
fungso	6	3	000	fungso
gabinprefeitura@g mail	21	3	000	gabinprefeitura@g mail
gerencial	9	3	000	gerencial
horas	5	3	000	horas
idade	5	3	000	idade
imoveis	7	3	000	imoveis
imovel	6	3	000	imovel
impedimento	11	3	000	impedimento, impedimentos
implantagao	11	3	000	implantagao
incentive	9	3	000	incentive

incisos	7	3	000	incisos
infra	5	3	000	infra
infragoes	9	3	000	infragoes
instituido	10	3	000	instituido
instituir	9	3	000	instituir
instituto	9	3	000	instituto
intermunicipal	14	3	000	intermunicipal
investimento	12	3	000	investimento, investimentos
israel	6	3	000	israel
judiciario	10	3	000	judiciario
justiga	7	3	000	justiga
legislagao	10	3	000	legislagao
licitagao	9	3	000	licitagao
livre	5	3	000	livre, livres
local	5	3	000	local, localidade
martins	7	3	000	martins
mensais	7	3	000	mensais
municipals	10	3	000	municipals
nessa	5	3	000	nessa
normas	6	3	000	normas
novembro	8	3	000	novembro
objetivando	11	3	000	objetivando
obrigatoriamente	16	3	000	obrigatoriamente
observando	10	3	000	observando
oficiais	8	3	000	oficiais
orgamentarias	13	3	000	orgamentarias
pajeu	5	3	000	pajeu
penais	6	3	000	penais, penalidades, penas
piscicultura	12	3	000	piscicultura

planejamento	12	3	000	planejadas, planejamento
polos	5	3	000	polos
prerrogativas	13	3	000	prerrogativas
presidcnte	10	3	000	presidcnte
presidencia	11	3	000	presidencia
proposito	9	3	000	proposito
proprios	8	3	000	proprios
prote9ao	8	3	000	prote9ao
provado	7	3	000	exame, provado
publica9ao	10	3	000	publica9ao
qualificagao	12	3	000	qualificagao
quatro	6	3	000	quatro
reals	5	3	000	reals
recuperagao	11	3	000	recuperagao
regimento	9	3	000	regimento
regionais	9	3	000	regionais
relagao	7	3	000	relagao
relatives	9	3	000	relatives
religiosa	9	3	000	religiosa, religiosas, religiosos
rendimentos	11	3	000	rendiment, rendimentos
residues	8	3	000	residues
salvo	5	3	000	salvo
secretary	9	3	000	secretary
sejam	5	3	000	sejam
sempre	6	3	000	sempre
silva	5	3	000	silva
solidariedade	13	3	000	solidariedade
superior	8	3	000	superior

suplente	8	3	000	suplente
suspense	8	3	000	suspense
tamos	5	3	000	tamos
tecnologia	10	3	000	tecnologia, tecnologias, tecnologica
tratamento	10	3	000	medicos, tratamento
urbanos	7	3	000	urbanos
verbas	6	3	000	verba, verbas
quadra	6	6	000	quadra, quadrados, quadro, tabela
procedimentos	13	4	000	comportem, conduta, procedimentos
assunto	7	3	000	assunto, coisa, temos
pertence	8	3	000	pertence, pertencer, propriedade
possam	6	3	000	possam, posse, propriedade
02773	5	2	000	02773
090600	6	2	000	090600
341v7022	8	2	000	341v7022
77818	5	2	000	77818
abrangendo	10	2	000	abrangendo
acordos	7	2	000	acordos
administra	10	2	000	administra
administra9ao	13	2	000	administra9ao
adolescentes	12	2	000	adolescentes
advindos	8	2	000	advindos
aervigoa	8	2	000	aervigoa
agdes	5	2	000	agdes

agenda	6	2	000	agenda
agricult	8	2	000	agricult
agropecuaria	12	2	000	agropecuaria
agropecuario	12	2	000	agropecuario
ajuda	5	3	000	ajuda, socorro
amazonia	8	2	000	amazonia
ambiental	9	2	000	ambiental
ambientai	9	2	000	ambientai
ambito	6	2	000	ambito
amigos	6	2	000	amigos
amortizagao	11	2	000	amortizagao
ampliar	7	2	000	ampliar
andar	5	2	000	andar
anhansuera	10	2	000	anhansuera
apenas	6	2	000	apenas
aplica	6	2	000	aplica
aplica9	7	2	000	aplica9
aplicado	8	2	000	aplicado
aplicando	9	2	000	aplicando
aplicaveis	10	2	000	aplicaveis
apresentar	10	2	000	apresentar
aprimorar	9	2	000	aprimorar
aprovados	9	2	000	aprovados
aprovando	9	2	000	aprovando
aptidoes	8	2	000	aptidoes
aquela	6	2	000	aquela
aquicultura	11	2	000	aquicultura
aquisigao	9	2	000	aquisigao
aragominas	10	2	000	aragominas
araguaia	8	2	000	araguaia
araguain	8	2	000	araguain

araujo	6	2	000	araujo
arrecada	8	2	000	arrecada
artigos	7	2	000	artigos
aspecto	7	2	000	aspecto
aspectos	8	2	000	aspectos
assemelhados	12	2	000	assemelhados
assistencial	12	2	000	assistencial
associado	9	2	000	associado
associados	10	2	000	associados
associagoes	11	2	000	associagoes
atender	7	2	000	atender
atribuigao	10	2	000	atribuigao
atuar	5	2	000	atuar
atuara	6	2	000	atuara
avaes	5	2	000	avaes
avenida	7	2	000	avenida
babaculandia	12	2	000	babaculandia
balangos	8	2	000	balangos
bastante	8	2	000	bastante, bastantes
bioma	5	2	000	bioma
bolsas	6	2	000	bolsas, males
caaara	6	2	000	caaara
cabera	6	2	000	cabera
cabiveis	8	2	000	cabiveis
campanha	8	2	000	campanha, campanhas
capitagao	8	2	000	capitagao
cardoso	7	2	000	cardoso
carece	6	2	000	carece, carecem
carmolandia	11	2	000	carmolandia
central	7	2	000	central

cerrado	7	2	000	cerrado
cessao	6	2	000	cessao
cidaoe	6	2	000	cidaoe
ciencia	7	2	000	ciencia
cleide	6	2	000	cleide
cleidim	7	2	000	cleidim, cleidima
cobrange	8	2	000	cobrange
codigo	6	2	000	codigo
colenda	7	2	000	colenda
combate	7	2	000	combate
comission	9	2	000	comission, comissionados
compete	7	2	000	compete
competencia	11	2	000	competencia, competencias
completude	10	2	000	completude
comporao	8	2	000	comporao
comprometendo	13	2	000	comprometendo, comprometidos
comunitcirio	12	2	000	comunitcirio, comunitcirios
concorrer	9	2	000	concorrer
condigao	8	2	000	condigao
confer	6	2	000	confer, confiarem
confianga	9	2	000	confianga
conseeu	7	2	000	conseeu, conser
conserv	7	2	000	conserv, preserva
conservagao	11	2	000	conservagao
consistente	11	2	000	consistente, consistentes
constar	7	2	000	constar
constitucionalment e	19	2	000	constitucionalment e

constituidas	12	2	000	constituidas
construcao	10	2	000	construcao
consume	7	2	000	consume, consumo
contabeis	9	2	000	contabeis
contempladas	12	2	000	contempladas
contratagao	11	2	000	contratagao
convocada	9	2	000	convocada, convocar
cooperacao	10	2	000	cooperacao
coord	5	2	000	coord
correio	7	2	000	correio, correspondente
correlatas	10	2	000	correlatas
corresponde	11	2	000	corresponde, correspondera
criacao	7	2	000	criacao
criminosa	9	2	000	criminosa, criminoso
criticado	9	2	000	criticado, critico
culturais	9	2	000	culturais
custeio	7	2	000	custeio
dando	5	2	000	dando
danos	5	2	000	danos, danosas
decorrencia	11	2	000	decorrencia
defmido	7	2	000	defmido, defmir
definitiva	9	2	000	definitiva, definitivamente
demonstratives	14	2	000	demonstratives
descarte	8	2	000	descarte
descumprimento	14	2	000	descumprimento, descumprir
desempenhar	11	2	000	desempenhar, desempenho

destina9ao	10	2	000	destina9ao
dimensoes	9	2	000	dimensoes
disponibilidade	15	2	000	disponibilidade
disposi9oes	11	2	000	disposi9oes
disposigdes	11	2	000	disposigdes
dissolucao	10	2	000	dissolucao
diversificagao	14	2	000	diversificagao
dobro	5	2	000	dobro
doloso	6	2	000	doloso
dreas	5	2	000	dreas
educacional	11	2	000	educacional
educate	7	2	000	educate
eervicoa	8	2	000	eervicoa
efetuados	9	2	000	efetuados
eficiencia	10	2	000	eficiencia
elaboragao	10	2	000	elaboragao
elaborar	8	2	000	elaborar
eleitorais	10	2	000	eleitorais
eleitos	7	2	000	eleitos
emitir	6	2	000	emitir
empresarios	11	2	000	empresarios
encaminhamento	14	2	000	encaminhamento
eontrario	9	2	000	eontrario
equivalente	11	2	000	equivalente
escolares	9	2	000	escolares
escrito	7	2	000	escrito
esforgos	8	2	000	esforgos
esgotos	7	2	000	esgotos
estaduais	9	2	000	estaduais
estnitura	9	2	000	estnitura
eventuais	9	2	000	eventuais

excelencia	10	2	000	excelencia
excesso	7	2	000	excesso
exclusiva	9	2	000	exclusiva, exclusivamente
exclusive	9	2	000	exclusive
execu	5	2	000	execu
executando	10	2	000	executando
existe	6	2	000	existe
existencia	10	2	000	existencia
exmos	5	2	000	exmos
exonera	7	2	000	exonera
exoneragao	10	2	000	exoneragao
exposto	7	2	000	exposto
facilitar	9	2	000	facilitar, facilitara
fauna	5	2	000	fauna
filantrdpica	12	2	000	filantrdpica, filantrdpicas
fiscalizadoras	14	2	000	fiscalizadoras, fiscalizados
flora	5	2	000	flora
fmalidade	9	2	000	fmalidade
folhas	6	2	000	folhas
formula9ao	10	2	000	formula9ao
forte	5	2	000	forte, fortes
fundamentado	12	2	000	fundamentado, fundamentos
fundamentals	12	2	000	fundamentals
futuras	7	2	000	futuras, futuro
gab1nete	8	2	000	gab1nete
gerenciais	10	2	000	gerenciais
govemo	6	2	000	govemo
gravosa	7	2	000	gravosa

habitacionais	13	2	000	habitacionais
hipotese	8	2	000	hipotese
igrejas	7	2	000	igrejas
impedidos	9	2	000	impedidos
impessoalidade	14	2	000	impessoalidade
improbidade	11	2	000	improbidade
improprias	10	2	000	improprias
incentivo	9	2	000	incentivo
incluindo	9	2	000	incluindo
independente	12	2	000	independente, independentement e
indeterminado	13	2	000	indeterminado
indica	6	2	000	indica
indicados	9	2	000	indicados
indicar	7	2	000	indicar
indiretamente	13	2	000	indiretamente
inerentes	9	2	000	inerentes
iniciar	7	2	000	iniciar
injustificada	13	2	000	injustificada
instituiu	9	2	000	instituiu
instrumentos	12	2	000	instrumentos
integral	8	2	000	integral, integralmente
internet	8	2	000	internet
interno	7	2	000	interno
interventor	11	2	000	interventor
jimho	5	2	000	jimho
jovens	6	2	000	jovens
jundica	7	2	000	jundica
junior	6	2	000	junior
lagos	5	2	000	lagos

lazer	5	2	000	lazer
legitimadas	11	2	000	legitimadas, legitimidade
liberdade	9	2	000	liberdade
manutencao	10	2	000	manutencao
maquina	7	2	000	maquina, maquinas
marcelo	7	2	000	marcelo
marcus	6	2	000	marcus
materiais	9	2	000	materiais
mcluidas	8	2	000	mcluidas, mcluidos
mencionadas	11	2	000	mencionadas, mencionado
mensal	6	2	000	mensal, mensalmente
minorias	8	2	000	minorias
miranda	7	2	000	miranda
mllcnlo	7	2	000	mllcnlo
momento	7	2	000	momento
movimento	9	2	000	movimento
muricilandia	12	2	000	muricilandia
naturals	8	2	000	naturals
necessanas	10	2	000	necessanas, necessanias
nevas	5	2	000	nevas, neves
nivel	5	2	000	nivel
nomeacao	8	2	000	nomeacao
nomeagao	8	2	000	nomeagao
norte	5	2	000	norte
noventa	7	2	000	noventa
npvps	5	2	000	npvps
numero	6	2	000	numero
obedecer	8	2	000	obedecer

obedecera	9	2	000	obedecera
ocorre	6	2	000	ocorre
ocorrendia	10	2	000	ocorrendia
olinda	6	2	000	olinda
oonformidade	12	2	000	oonformidade
opera	5	2	000	opera
operate	7	2	000	operate
orcamentarias	13	2	000	orcamentarias
orcamento	9	2	000	orcamento
organiza9ao	11	2	000	organiza9ao
organizacionais	15	2	000	organizacionais
organizada	10	2	000	organizada
organizagao	11	2	000	organizagao
originarios	11	2	000	originarios
oriundos	8	2	000	oriundos
paisagistico	12	2	000	paisagistico
países	6	2	000	países
parametros	10	2	000	parametros
participagao	12	2	000	participagao
participantes	13	2	000	participantes
partioipando	12	2	000	partioipando, partioipativo
pereira	7	2	000	pereira
permanente	10	2	000	permanente
pertinente	10	2	000	pertinente, pertinentes
policia	7	2	000	policia, policiais
populacao	9	2	000	populacao
portadores	10	2	000	portadores
porte	5	2	000	porte, portes
potenciaiidades	15	2	000	potenciaiidades
prasa	5	2	000	prasa, prase

prcsidcnte	10	2	000	prcsidcnte
prdprias	8	2	000	prdprias
preenche	8	2	000	preenche, preenchendo
prejudiquem	11	2	000	prejudiquem
presents	8	2	000	presents
preservag	9	2	000	preservag
prestagoes	10	2	000	prestagoes
preto	5	2	000	preto
previsao	8	2	000	previsao
principais	10	2	000	principais
principles	10	2	000	principles
prodii9ao	9	2	000	prodii9ao
producao	8	2	000	producao
produqao	8	2	000	produqao
produzam	8	2	000	produzam, produzidos
proibida	8	2	000	proibida, proibido
projetc	7	2	000	projetc
pronaf	6	2	000	pronaf
publicapao	10	2	000	publicapao
publicato	9	2	000	publicato
quaiquer	8	2	000	quaiquer
quern	5	2	000	quern
questdes	8	2	000	questdes
realidade	9	2	000	realidade, realidades
realizagso	10	2	000	realizagso
recolhidas	10	2	000	recolhidas, recolhidos
recupera9ao	11	2	000	recupera9ao
reduzida	8	2	000	reduzida

rejane	6	2	000	rejane
relevancia	10	2	000	relevancia
remunerada	10	2	000	remunerada, remunerados
remuneragao	11	2	000	remuneragao
renovar	7	2	000	renovar
rentes	6	2	000	rentes
repasses	8	2	000	repasses
republica	9	2	000	republica
requisitar	10	2	000	requisitar, requisites
resende	7	2	000	resende
respondem	9	2	000	respondem, respondera
responsaveis	12	2	000	responsaveis
ressaltamos	11	2	000	ressaltamos, ressaltar
resto	5	2	000	resto, restos
reunioes	8	2	000	reunioes
rovado	6	2	000	rovado
rumoao	6	2	000	rumoao
sagem	5	2	000	sagem
saldo	5	2	000	saldo, saldos
salus	5	2	000	salus
santa	5	2	000	santa
sdlidos	7	2	000	sdlidos
seguindo	8	2	000	seguindo
seletiva	8	2	000	seletiva
sessenta	8	2	000	sessenta
sessses	7	2	000	sessses, sessso
setenta	7	2	000	setenta
sitio	5	2	000	sitio

situagao	8	2	000	situagao
socials	7	2	000	socials
subsecao	8	2	000	subsecao